



Paulo Renato Flores Durán

Juventude, cidadania crítica e confiança política

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Angela Maria de Randolpho Paiva

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Paulo Renato Flores Durán

Juventude, cidadania crítica e confiança política

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Angela Maria de Randolpho Paiva
Orientadora

Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio

Profa. Silvia Victoria Gerschman de Leis
FIOCRUZ

Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos
Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio

Prof. Nizar Messari
Coordenador Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2009

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Paulo Renato Flores Durán

Graduou-se em Ciências Sociais no Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio (2003). Fez mestrado na mesma instituição (2007-2008). É doutorando em Saúde Pública na ENSP/FIOCRUZ (2009-atual). Tem interesse nas seguintes áreas: Sociologia e Ciência Política; Saúde Pública. Atua nas seguintes áreas temáticas: Políticas Públicas e Gestão Social; Estratégias do Desenvolvimento Econômico e Social; Políticas de Saúde; Políticas Governamentais; Novo-institucionalismo, Pós-marxismo e Teoria Crítica da Sociedade.

Ficha Catalográfica

Durán, Paulo Renato Flores

Juventude, cidadania crítica e confiança política / Paulo Renato Flores Durán ; orientadora: Angela Maria de Randolpho Paiva. – 2009.

116 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Sociologia – Teses. 2. Democracia. 3. Cultura cívica. 4. Cidadania. 5. Confiança. 6. Desigualdade. I. Paiva, Angela Maria de Randolpho. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Sociologia e Política. III. Título.

CDD: 301

Dedico este trabalho a Natália, pelo amor e carinho,
companheirismo e parceria. Com ela aprendo mais sobre o
amor e sobre a vida... Sem ela, nada disso poderia ter sido feito.

Agradecimentos

Inúmeras pessoas e instituições, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho pudesse se realizar. A primeira pessoa a quem devo, não somente um, mas vários agradecimentos é para minha orientadora, Ângela Randolpho Paiva. Ela me acompanha desde minha graduação, me orientou na monografia final de curso e, agora, no mestrado. Sua paciência, generosidade, carinho e dedicação formam elementos centrais sem os quais não poderia ter alcançado esta meta. Sinto que com Ângela, eu aprendi (e, creio, continuarei ‘tomando várias lições’) sobre o “que é ser um cientista social”. A aposta que fez neste projeto de mestrado, a liberdade intelectual que me proporcionou – às vezes em argumentos espinhosos – e o debate crítico que realizou comigo nestes últimos anos, foram essenciais ao meu desenvolvimento profissional.

Devo a Marcelo Burgos, que igualmente me acompanha desde a graduação, a aposta em um ‘jovem sociólogo’. Inúmeras vezes me proporcionou espaços onde pudesse realizar o “ofício do cientista social”, desde a prática docente até a formulação e coordenação de projetos de pesquisa. Em que pesem minhas ‘viagens teórico-intelectualizantes’, tanto Marcelo quanto Ângela, sempre estiveram atentos ao meu desenvolvimento, me alertando para possíveis arroubos e me mostrando caminhos viáveis e seguros onde pudesse ancorar minhas idéias e projetos.

De igual forma, agradeço a Silvia Gerschman, minha orientadora no doutorado, pela gentileza com que me recebeu e aceitou o convite para participar da banca examinadora. Suas sugestões durante a defesa foram extremamente ricas e me ajudaram na formulação dos argumentos finais da dissertação; assim como, até hoje, suas sugestões me ajudam a pensar em novas e possíveis agendas de pesquisa.

Ao Professor Ricardo Ismael, que também foi meu professor na graduação e no mestrado, devo agradecer a criteriosa forma com que acompanhou minha formação, aceitando a suplência para defesa da dissertação; não haveria outra pessoa que substituísse seu olhar crítico e criterioso sem igual. Agradecimentos também à Professora Maria Alice Rezende de Carvalho que participou da banca de qualificação do projeto de mestrado trazendo algumas sugestões interessantes; pude acompanhá-la no estágio de docência, e aprender muito a respeito das inúmeras possibilidades de abordagens pedagógicas em teoria sociológica.

Sem incorrer em equívocos, estes(as) Professores(as) são, para mim, exemplos de intelectuais e pesquisadores que, tranquilamente, posso afirmar serem ‘meus modelos ideais’ de profissional.

Contei com a bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a qual pude realizar minhas investidas na pesquisa com tranquilidade. À PUC-Rio – minha ‘casa de formação’ – e ao Departamento de Sociologia e Política devo agradecer pelo espaço ideal para meu desenvolvimento como cidadão e profissional. À Ana Roxo, Mônica e Carla – da Secretaria do Departamento – agradeço a gentileza e carinho no atendimento aos trâmites e dúvidas cotidianos do mestrando. Ana Roxo merece mais de um agradecimento pelo carinho, paciência e disposição em transformar os ‘arquivos finais’ da dissertação em sua ‘versão final’.

Devo um agradecimento especial ao grupo de discussão – coordenado por Ângela Paiva, e composto por Julia, Michele, Edilaine e eu – que, semana ou quinzenalmente, se reunia com o propósito de discutir os desdobramentos da pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*. À Julia agradeço, especialmente, a disponibilidade em me colocar a par com todos os dados, quanti e qualitativos, da pesquisa. Em uma reunião realizada em dezembro de 2008, apresentamos a pesquisa para a Professora Helena Bomeny. Pude apresentar resultados parciais deste trabalho e recebi uma calorosa atenção da professora. Seu interesse e entusiasmo com a pesquisa contribuiu em vários aspectos para os inúmeros desdobramentos futuros. Particularmente, creio, com sua contribuição, meu ânimo em escrever e desenvolver as idéias que ora aqui se apresentam, ganharam muito.

Os anos de 2007 e 2008 foram excepcionais, tanto pessoal quanto profissionalmente. Natália, Antonia, Joaquim e Edilaine e eu formamos a turma de mestrado que se iniciou no primeiro semestre de 2007. Com eles(as) pude aprender muito a respeito de superação e vontade de saber; pessoalmente, creio, esses dois anos fizeram muita diferença em minha vida na companhia e amizade, sem igual, deles(as).

Antonia, desde que nos conhecemos, é uma verdadeira irmã que ganhei da vida. Espero que possamos realizar todos os projetos de pesquisa que tanto planejamos desde 2006.

Meus pais, como sempre, estiveram sempre ao meu lado em todas as minhas escolhas de trajetória pessoal. Tenho certeza que todas as idéias aqui trabalhadas, as defesas e crenças que exponho neste trabalho, guardam uma profunda relação com minha socialização e formação pessoal sob o amparo deles. Meus irmãos, e toda minha família, sempre me proporcionam ambiente amoroso e amistoso, nos quais me sinto amplamente amparado.

Dora Pacini, pacientemente, leu e corrigiu ortográfica e gramaticalmente este trabalho, e me deixou muito feliz ao saber que estava aprendendo muito acerca do assunto.

Meus amigos(as) dos tempos de colégio, apesar de não terem tido nenhum acesso a meu trabalho, contribuíram com a atmosfera fraterna que sempre rodeia nossos encontros. Com eles(as) aprendo muito sobre outros aspectos da vida que ultrapassam conhecimentos teóricos e científicos.

Da mesma forma, Natália – para quem dedico este trabalho –, além de parceira intelectual, é o grande amor de minha vida; ela, a cada dia, me proporciona os momentos mais felizes que posso desejar. Com ela ‘a vida se torna mais fácil’; sem ela, nada disso poderia ter sido dito e/ou realizado.

Resumo

Durán, Paulo Renato Flores; Paiva, Angela Maria de Randolpho (Orientadora). **Juventude, cidadania crítica e confiança política**. Rio de Janeiro, 2009. 116p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo principal do trabalho é demonstrar as relações entre a maré crescente de “cidadania crítica” – novo fenômeno das democracias contemporâneas, exposto pelo grau de aquiescência, maior ou menor, dos cidadãos com o regime político – e a “confiança”, relacionada aos sistemas sociais e político. Seu argumento principal parte de discussões teóricas específicas ao campo de estudos da Sociologia Política; a sugestão é a de que o contexto cívico importa, e é elemento central para o desenvolvimento e sustentação de regimes democratizantes. Para tanto foi importante revisitar os conceitos fundamentais de espaço público, cidadania e sociedade civil na modernidade ocidental, como variáveis instrumentais das teorias de cultura cívica. Da mesma forma, se torna fundamental problematizar esses conceitos e teses a partir das investigações que se debruçam sobre o desenvolvimento da sociedade política brasileira. Utilizamos os dados, quanti e qualitativos, da pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania* – realizada entre jovens do Rio de Janeiro, matriculados no ensino médio das redes pública e privada –, de forma tal que pudéssemos adequar os conceitos levantados à idéia de que os “cidadãos críticos” são aqueles que – assemelhados ao tipo ideal de *homo civicus*, indivíduo socializado em ambiente democrático – levam ao debate (público ou não) seu otimismo, ceticismo ou pessimismo com relação ao sistema político. A intenção é demonstrar a diferença entre *satisfação com o sistema político* e *adesão ao regime democrático*. Foi importante notar que, mesmo descontentes em relação ao sistema político (*satisfação*), o grau de aquiescência (*adesão*) ao regime democrático é alto.

Palavras-chave

Democracia; cultura cívica; cidadania; confiança; desigualdade

Abstract

Durán, Paulo Renato Flores; Paiva, Angela Maria de Randolpho (Advisor). **Youth, critical citizenship and political trust**. Rio de Janeiro, 2009. 116p. MSc. Dissertation - Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The main objective of the work is to demonstrate the relationship between the rising tide of “critical citizenship” – new phenomenon of the contemporary democracies, exposed by the degree of compliance, greater or less, of the citizens with the political regime – and the “trust” related to the social and political systems. Its principal argument derives from theoretical specific discussions of the field of studies of the Political Sociology; the hypothesis is that the civic context matters, and is a central element for the development and sustenance of regimes in the process of democratic consolidation. In order to do so it was important to revisit the basic concepts of public space, citizenship and civil society in western modernity, like instrumental variables of the theories of civic culture. Likewise, it is fundamental to problematize these concepts and theories from researches done main focus is the development of the political Brazilian society. We use the data, quanti and qualitative, of the research project *Youth, Civic Culture and Citizenship* – carried out between high school students in Rio de Janeiro, from both public and private systems. This way we could use the concepts related to the idea of “critical citizens” who in terms that what – concepts derived from the idea of critical citizens, who are the ones linked to the ideal type of homo civicus, that is, individuals socialized in a democratic environment which implies feelings be them pessimism, skepticism or optimism regarding the political system. The intention is to demonstrate the difference between satisfaction with the political system and compliance to the democratic regime. It was important to realize that, even discontented with the political system, the student showed a high degree of compliance to the democratic regime.

Keywords

Democracy; civic culture; citizenship; trust; inequality.

Sumário

1. Introdução	14
2. Cultura cívica, desenvolvimento político e juventude	23
2.1. Os estudos sobre cultura política: da tradição clássica à agenda de pesquisa pós-II Grande Guerra	23
2.2. As pesquisas sobre cultura política no Brasil	34
2.3. Juventude: consciência crítica, medos e expectativas	37
3. Cultura política, sentimento de nação e cidadania	47
3.1. Espaço público e cidadania: dos conceitos e teorias consagrados à uma reflexão histórico-sociológica sobre o Brasil	48
3.1.1. Cidadania e espaço público na teoria social moderna e contemporânea	48
3.1.2. Uma reflexão sobre a evolução e o desenvolvimento da cidadania no Brasil	56
3.2. Nação e cidadania na visão da juventude do Rio de Janeiro	67
4. Confiança e cultura política	76
4.1. Condicionantes da cultura política brasileira	77
4.2. Adesão e satisfação com o regime e sistema democrático	81
4.3. A confiança nas instituições da sociedade e a opinião da juventude do Rio de Janeiro	88
5. Considerações finais	99
6. Referências bibliográficas	104
Anexo	110

Lista de gráficos, quadros e tabelas

Gráfico 1 – A formação da “cultura política participativa”	28
Gráfico 2 – Círculos virtuosos e viciosos na cultura política das regiões italianas	30
Gráfico 3 – Sistema de ação política em funcionamento	32
Gráfico 4 – Confiança nas instituições do mundo da vida	95
Gráfico 5 – Confiança nas instituições públicas	97
Quadro 1 – Escola das redes de ensino pública e privada abordadas	20
Quadro 2 – Categorização das escolas segundo resultados do ENEM	20
Tabela 1 – Grau de civismo	38
Tabela 2 – A juventude no Brasil	39
Tabela 3 – Principais medos dos jovens	43
Tabela 4 – Escolaridade dos pais	46
Tabela 5 – Definição de nação	68
Tabela 6 – Sentimento de nação	69
Tabela 7 – Ser cidadão no Brasil	72
Tabela 8 – Adesão ao regime democrático	83
Tabela 9 – Percepção sobre atuação dos políticos	87
Tabela 10 – Confiança na polícia	91
Tabela 11 – Confiança nos partidos políticos	92
Tabela 12 – Confiança nos políticos	94

Nota sobre algumas convenções do texto

É necessário explicar algumas convenções utilizadas neste texto, de forma tal, que a leitura possa ficar clara. O texto se utiliza de muitas referências bibliográficas, tanto no corpo do texto quanto nas notas de rodapé. Essas notas cumprem duas funções principais:

- Adicionar alguma explicação às argumentações do texto que, embora façam parte da temática, não são extensivas aos objetivos da dissertação;
- Apresentar referências bibliográficas que não são utilizadas no texto, mas, de alguma forma, estão associadas às temáticas abordadas.

Ao citar as falas/opiniões dos alunos das escolas abordadas (ver quadro I, p. 6), preferimos utilizar a referência apenas ao tipo de rede. Assim, utilizamos as falas dos alunos como citação no corpo do texto, dando como referência: *Colégio da rede particular*; *Colégio da rede pública de “excelência”*; ou, *Colégio da rede pública*. Assim o fizemos de forma a manter uma preocupação genérica com a privacidade dos estudantes e das escolas.

Assistindo à discussão sobre Monarquia, sobre República, sobre revisão ou reforma constitucional, sobre parlamentarismo e presidencialismo, *eu me interrogava até que ponto as instituições reagem sobre os povos e estes sobre as instituições.*

Gilberto Amado, *Grão de Areia e Estudos Brasileiros*

INTRODUÇÃO

No Brasil, uma infinidade de estudos, clássicos e contemporâneos, procurou abordar o desenvolvimento da cultura política nacional através da compreensão do relacionamento que o homem comum (ou cidadão) estabelece com suas instituições. Seja nas abordagens clássicas do pensamento social brasileiro que visou analisar o impacto de nosso peculiar processo de modernização política na formação do caráter nacional¹, seja em investigações recentes que procuram entender a formação da opinião democrática entre os indivíduos, entende-se que essa agenda de pesquisas precisa avançar para novas direções. Nesta medida, o presente trabalho tem por objetivo perceber em que medida a cultura cívica e a percepção sobre a esfera pública e os direitos de cidadania, levando em conta expectativas em relação ao arranjo societário vigente e a confiança nas instituições da sociedade, podem estar desenvolvendo aquiescência mais fortalecida ao regime político democrático brasileiro. A sugestão principal é que, segundo a opinião de um público particular – jovens do Rio de Janeiro, alunos do ensino médio da rede pública e particular –, criando-se condições favoráveis ao regime democratizante, os padrões de “confiança nas instituições da sociedade” (partidos políticos, polícia, família, entre outras) poderiam modificar um certo padrão relações estabelecidos entre o cidadão e as instituições sociais, possibilitando “*compliances*” (ou aquiescência) mais fortes e duradouras.

Portanto, a pesquisa procura dialogar criticamente com alguns diagnósticos consagrados nas Ciências Sociais, brasileira e internacional, que estão profundamente referenciados pelas teorias de modernização. Assim, tal

¹ As investigações sobre “*national character*” foram amplamente disseminadas após a II Guerra Mundial. Conduzidas por grupos de antropólogos, na então denominada “escola de cultura e personalidade”, essas pesquisas influenciaram em inúmeros aspectos a geração de sociólogos e cientistas políticos que se debruçaram sobre estudos comparativos entre culturas políticas nacionais. Para mencionar apenas dois exemplos de antropólogas consagradas nesse corte de estudos, podemos citar as obras de Ruth Benedict (*Patterns of Culture*, New York, Penguin Books, 1934) e Margareth Mead (“The study of national character”, in, Daniel Lerner and Harold D. Lasswell, *The Policy Science*, Stanford, Stanford University Press, 1951).

como será discutido, o Brasil seria apenas mais um caso de ‘modernidade atrasada’ – em relação ao desenvolvimento anglo-saxônico e europeu – em diversas esferas (política, econômica, social e cultural)². Da mesma forma, toda uma literatura internacional, clássica e contemporânea, procura reificar o fato de que diferentes nações produzem, constroem, diferentes padrões de cultura política e cívica; e que, para tanto, existiriam modelos ideais (ou padrões) nacionais de cultura política e cívica mais adiantados que outros³. Oferecemos aqui um debate crítico-reflexivo sobre esses paradigmas: até que ponto poderíamos concordar esses diagnósticos? Ou, até que ponto nosso objeto de pesquisa, de fato, responde positivamente aos dados apresentados por tal literatura?

A pesquisa toma impulso com a análise dos resultados de uma outra investigação – *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, realizada no âmbito do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, entre 2003 e 2007 –, mais extensa, que procurou compreender a questão da cidadania e da cultura cívica, relacionada à juventude do Rio de Janeiro. Esta trabalhou com a hipótese, correlata à nossa, de que jovens entre 16 e 18 anos de idade do ensino médio, que cresceram em um período de consolidação democrática, vivenciam uma cultura política afim com o enraizamento cada vez mais crescente dos direitos humanos e das novas possibilidades de participação na esfera pública. Os dados desta pesquisa possibilitam um olhar, ora panorâmico ora aprofundado, sobre como os jovens constroem uma visão crítica acerca da cultura política nacional. Respondem, assim, de forma crítica e oposta, em certa medida, as indagações levantadas em torno dos dados apresentados pela literatura das Ciências Sociais, brasileira e internacional.

Neste sentido, a inserção do trabalho na agenda de pesquisa da Sociologia Política cumpre dois objetivos. O primeiro deles está associado à idéia de que, se a conformação de regimes democráticos deve levar em consideração a “cultura” – tal como afirma o conjunto de intervenções organizadas por Lawrence Harrison e Samuel Huntington (2000), intitulada *Culture matters: how values shape human*

² Optamos, neste caso, em trabalhar com autores que se referem a uma ‘constituição perversa’ do campo político brasileiro – e suas conseqüências na conformação da identidade cívico-democrática entre os brasileiros. Assim, deixamos de lado uma série de autores (particularmente aqueles vinculados a Escola de Sociologia Paulista) que interpretam o momento liberal brasileiro através da inserção das classes no sistema social total.

³ Que, como de resto, acompanha toda literatura que se encarregou da separação entre nações de ‘centro’ e de ‘periferia’ do desenvolvimento político e econômico.

progress –, a existência do personagem principal da democracia, o *homo civicus*, é essencial. Este empresta significado ao campo político na medida em que representa um tipo de indivíduo moldado e socializado em um ambiente cultural de valores morais, tais como, virtude, civismo e valorização da comunidade. Em que pese as inúmeras críticas feitas a esta categoria, inclusive a incapacidade desta em ser refletida no caso brasileiro, nesta pesquisa acreditamos que o tipo ideal do *homo civicus* se aproxima das tendências atuais da maré crescente de “*cidadãos críticos*” (NORRIS, 1999). Dentre uma variedade de pesquisadores – a maioria deles internacionais – a hipótese principal refere-se ao fato de que o descrédito crescente vivido pelas instituições públicas no mundo democrático, longe de romper os elos entre a sociedade e o Estado, está criando cidadãos mais sofisticados e críticos, em termos de expressão da opinião em espaços públicos; em outra chave de análise, similar a esta, a expansão de uma “*critical citizenship*” corresponderia a uma “*radicalização da democracia*”, nos termos expostos por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2006 e 1995).

Para tanto, trabalhamos com duas principais fontes: teóricas e empíricas. As abordagens teóricas a que se filia este trabalho sustentam a visão de que, sem aquele pano de fundo cultural – em que são socializados os cidadãos comuns –, regimes democráticos não se legitimam plenamente. Consideramos, neste sentido, que a experiência brasileira com os valores democráticos é recente e vive, atualmente, um aprofundamento crítico. Este aspecto será contemplado através dos recursos teóricos oriundos, ora do pensamento social brasileiro (que interpreta a construção da identidade política entre os cidadãos), ora de conceitos das teorias sociais modernas (tais como, espaço público, cidadania, cultura cívica, confiança, entre outros). Na parte empírica da pesquisa (que perpassa todos os capítulos), procurou-se apontar o modo pelo qual a hipótese levantada acima ganha relevo através da expressão de jovens do Rio de Janeiro e confere validade à idéia de que *a “cultura importa” e constitui elemento central na conformação de regimes democráticos.*

Esta é uma tese que remonta, pelo menos, aos trabalhos clássicos de Max Weber e Alexis de Tocqueville. Ambos apontaram para a importância das *idéias* e *valores* na construção social de sistemas e regimes políticos; e para o fato de que, o conjunto de idéias ou valores previamente compartilhados (ou as “*compliance*”

ideologies”, termo emprestado de Richard Wilson) levaria sistemas sociais e regimes políticos ao desenvolvimento de rotas de modernização afins, ora à democratização fundamental, ora a modelos tirânicos. Feitas as devidas atualizações para contextos sociais tão diversificados, extensas coleções de dados sobre opiniões e valores que conformam culturas políticas nacionais, produzidos através da aplicação de *surveys* mundiais por diversos institutos, tais como Eurobarômetro, *World Values Surveys* e Latinobarômetro, afirmam a importância de determinados indicadores atitudinais para o funcionamento de instituições democráticas.

Particularmente, as investigações interessadas em um público jovem (entre 16 e 18 anos de idade), dentre as quais esta dissertação procura ser uma amostra, tem a vantagem de se debruçar sobre uma geração nascida e criada em período ininterrupto de consolidação democrática. Para além das adversidades de um contexto social, como o brasileiro, onde persistem extremadas desigualdades educacionais e no acesso aos direitos de cidadania – como se poderá constatar na leitura dos capítulos –, esses jovens que participaram da pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, possuem escolarização suficiente para maior elaboração cognitiva e reflexiva acerca de temas que exigem a expressão da opinião sobre assuntos que impactam não apenas em círculos privados (família e amigos, por exemplo), mas também na sociedade como um todo. No que se refere à especificidade da questão da “juventude”, seguindo as detalhadas apreensões de Pierre Bourdieu, sendo esta apenas uma palavra,

“seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos ‘jovens’ que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quasi-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido” (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Ou seja, seria preciso que essas percepções – tal como faremos – fossem desagregadas, de forma tal que as definições para “juventude”, reflitam as *“disputas nos campos políticos e econômicos”* (NOVAES, 2006, p. 105). Tal

como veremos, essas percepções que a juventude tem sobre si mesma e sua condição num mundo globalizado, pós-industrial ou pós-moderno, ou ainda, de modernidade tardia⁴, precisam ser separadas porque correspondem, sempre, a visões de mundo diversificadas, orientadas pelo campo específico de origem (ou aquele em que se encontram).

É importante ressaltar que as conclusões que procuramos apontar, desconstruem duas versões de reflexão sobre cultura política e cívica no Brasil. A primeira versão é aquela condicionada por uma literatura que interpreta a nação através de uma chave de leitura do atraso. Muito embora as constatações de uma variedade de autores estejam condizentes com nossas realidades mais perversas (como a falta de coesão social entre os brasileiros, ou o agravo de uma cultura do campo político – burocracias, instituições representativas – engessada em engrenagens corporativistas, muitas vezes estranhas à realidade do cidadão comum), há novidade nessas versões quando nos deparamos com um público jovem que tece uma leitura bastante consistente e crítica, e que, portanto, estão suportados por uma “*habituação democrática*”. Esta expressão, como nos esclarece José Álvaro Moisés, “*corresponde ao modo como líderes políticos e públicos de massa, ao romperem com suas práticas autoritárias pregressas, acostumam-se aos procedimentos democráticos*” (MOISÉS, 1995, p. 20). Em um segundo processo de desconstrução, decorrente do primeiro, procuramos demonstrar que a juventude, longe de estar associada a adjetivos como *alienada* e *apolítica*, vem se mostrando como um público de massa reflexivo, que sabe apontar para os problemas nacionais e identificam as causas destes.

Antes, porém, de apresentar a estrutura dos capítulos deste trabalho, é necessário descrevermos um pouco sobre a origem das fontes de dados empíricos.

⁴ Muito embora as terminologias citadas sejam diversificadas segundo a perspectiva de cada autor, podemos entender por “globalização” (Zygmunt Bauman, *Globalização: as consequências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999), “pós-industrialismo” (Ronald Inglehart, *Modernization and Postmodernization*, Princeton, Princeton University Press, 1997), “pós-modernidade” (David Harvey, *Condição Pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 2005) e “modernidade tardia” (Giddens, 1991), momentos fenomênicos de mudança estrutural da ‘civilização ocidental moderna capitalista’, onde as instituições sociais dessa configuração sofrem alterações substantivas – para alguns desses autores ‘radicais’ – nas esferas da vida pública e privada.

Notas sobre a metodologia de trabalho e sobre o objeto pesquisado

A pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania* – que este trabalho toma como fonte de dados empíricos –, procurou apontar para a dimensão cívica no universo juvenil através da reflexão sobre os padrões de cidadania, “*forjados a partir da relação entre a cultura política de cada sociedade e suas instituições*” (PAIVA & BURGOS, 2003: 2). Em sua fase inicial, foram ouvidos jovens de classe média e média alta, selecionados em três áreas do Rio de Janeiro – Zona Sul, Barra e Tijuca –, com o objetivo de auferir as percepções que eles têm de temas cruciais, como cidadania, cultura política, identidade nacional, entre outros. Para tanto, foram entrevistados jovens selecionados nas melhores escolas dessas três regiões da cidade, ou seja, jovens com “*capital cultural*”, no sentido empregado por Bourdieu (1998), partindo da premissa de que eles reúnem as condições de serem reflexivos quando questionados sobre temas que vão além de seu mundo da vida imediato. Em um segundo momento, a mesma pesquisa pôde ser ampliada para estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, nas mesmas áreas da cidade, contemplando a mesma metodologia de trabalho: aplicação de um *survey* seguido de *grupos focais*⁵. Ainda, em um terceiro momento, foram escutados jovens da rede pública, que vamos chamar aqui, de “*excelência*”; são aqueles alunos que estudam nos dois Colégios de Aplicação (CAPs) e no Colégio Pedro II.

A investigação contemplou, portanto, 24 escolas na cidade do Rio de Janeiro (11 públicas e 13 particulares), em regiões de maior concentração de renda do universo urbano carioca.

Adotou-se a separação e categorização dos colégios a partir do critério de desigualdades entre diferentes ‘tipos’ de escolas. Assim, dois fatores foram relevantes ao mostrar essas diferenças entre escolas da *rede privada e da rede pública de “excelência”* e escolas da *rede pública*: (1) escolas de elite (rede privada e rede pública de “*excelência*”, cujo aluno possui renda média ou média alta) e escolas públicas (cujo alunado é de baixa renda); e (2) as notas do Exame

⁵ A descrição da pesquisa, bem como de suas etapas, tomou como referencial o projeto escrito pela Professora Ângela Randolpho Paiva (2008, mimeo).

Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujo resultado demonstra a disparidade de nível de ensino entre esses colégios.

QUADRO 1

ESCOLAS DAS REDES DE ENSINO PÚBLICAS E PRIVADAS ABORDADAS

REDE PARTICULAR	REDE PÚBLICA DE “EXCELÊNCIA”	REDE PÚBLICA
<p>ZONA SUL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Andrews - Colégio São Vicente - Colégio Santo Agostinho (unidade Leblon) - Escola Parque - Colégio Teresiano - CEAT - Colégio Santo Inácio <p>TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Palas - Colégio Marista São José - Colégio Santa Tereza de Jesus <p>BARRA DA TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Santo Agostinho (unidade Barra) - Colégio Anglo-Americano - Colégio Saint Jonh 	<p>ZONA SUL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Pedro II (unidade Humaitá) - Colégio de Aplicação da UFRJ <p>TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio de Aplicação da UERJ - Colégio Pedro II (unidade Tijuca) 	<p>ZONA SUL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Estadual (C.E.) André Maurois - C.E. Infante D. Henrique - C.E. Amaro Cavalcanti - C.E. Antônio Maria Teixeira <p>TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - C.E. Prado Junior - C.E. Herbert de Souza <p>BARRA DA TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - C.E. Vicente Januzzi

QUADRO 2

CATEGORIZAÇÃO DAS ESCOLAS SEGUNDO RESULTADOS DO ENEM

<p>Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (notas / Rio de Janeiro):</p>
<p>Escolas <u>Particulares</u> e <u>Públicas de “excelência”</u>: entre 70.0 e 90.0</p>
<p>Escolas <u>Públicas estaduais</u>: entre 40.0 e 60.0</p>

A idéia da pesquisa, que aplicou mil⁶ questionários e realizou 15 grupos focais nas escolas mencionadas, é analisar alguns tópicos importantes acerca da construção de uma opinião democrática afim com a noção de cultura cívica esposada por uma infinidade de investigações brasileiras e internacionais. Assim, serão utilizados dados quantitativos (oriundos do *survey*) e qualitativos (recolhidos nos grupos focais). As falas/opiniões dos jovens serão utilizadas para matizar os resultados quantitativos (aqueles que aparecem nas tabelas). Podem ser citados abaixo aqueles pontos que serão contemplados nesta dissertação:

- Construção identitária juvenil: medos e expectativas;
- Identidade cívica e nacional;
- Percepção da cidadania;
- Relação de confiança nas instituições básicas da sociedade.

No capítulo seguinte, este trabalho procurou apontar para as suas filiações teóricas principais e para como os jovens do Rio de Janeiro constroem uma versão reflexiva a respeito de sua identidade e dos medos e expectativas relacionadas à sua inscrição no mundo contemporâneo. Para tanto, procuramos produzir uma genealogia dos estudos pioneiros sobre cultura política e cívica e, em seguida, apontar para o modo como essas reflexões impactaram o pensamento social brasileiro. Com relação às pesquisas de corte culturalista, procuramos apontar para algumas categorias e conceitos consagrados que – muito embora à vaga de controvérsias – continuam orientando análises e interpretações acerca do desenvolvimento de uma cultura democrática no globo. Em que pesem as variadas críticas feitas por autores brasileiros a estes estudos – a mais forte delas relaciona a falta ou ausência de cultura cívica entre os brasileiros – procuramos demonstrar que o senso de civismo começa a se esboçar na capacidade reflexiva que o público de massa (jovens da rede pública e privada de ensino) tem de expressar sua visão acerca de sua condição no mundo.

No terceiro capítulo, procurando aprofundar a condição de “*cidadãos críticos*” – tal como caracterizamos esses jovens – nos debruçamos sobre as relações entre espaço público e cidadania e a forma como estes conceitos são

⁶ O questionário da pesquisa segue em Anexo, p. 89.

entendidos, tanto nos estudos brasileiros como pelo público investigado. A diferença entre a construção de teorias e conceitos feita por autores consagrados (Habermas, Marshall, Walzer, entre outros), e as reflexões sobre as condições de desenvolvimento da cidadania e do espaço público no Brasil, será demonstrada através de como estes dois conceitos foram apreendidos para compreensão dos desdobramentos e transformações do mundo moderno. Em que pesem algumas reflexões brasileiras identificarem uma *malaise* de formação – e o impacto desta na cultura e sociabilidade do cidadão comum – inúmeros autores vêm apontando para novas configurações e representações de cidadania e espaço público no Brasil. A pesquisa empírica com os jovens procurou demonstrar de que forma essas novas configurações e representações são apropriadas criticamente por este público.

Finalmente, o quarto capítulo aponta para a importância que o contexto cívico exerce na formação da opinião sobre a cultura política. Tal como procuramos demonstrar, a *adesão* ao regime democrático, necessariamente, não implica *satisfação* com o sistema político oriundo deste regime. Esta tese é amplamente desenvolvida através de recursos ao pensamento brasileiro (que reflete sobre as condicionantes e construções de nossas “gramáticas políticas”) e a uma variedade de argumentos – alguns deles expostos nos dois primeiros capítulos – que se debruçam sobre o impacto das relações de *confiança* (nas instituições do mundo da vida) na construção e desenvolvimento do mundo democrático.

2

CULTURA CÍVICA, DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E JUVENTUDE

Este capítulo tem por objetivo apontar para as principais filiações teóricas a que este trabalho está referido. Assim, em suas duas primeiras partes, iremos analisar os vínculos de nossas hipóteses com os estudos de corte culturalista, demonstrando a importância do contexto cívico no desenvolvimento de sistemas políticos democráticos. Serão apontados os conceitos e teorias clássicas desta vertente de estudos da Sociologia Política, assim como dar-se-á atenção às pesquisas empreendidas no Brasil que seguiram, de um modo ou de outro, o veio aberto pelos pioneiros.

Em sua terceira sessão, este capítulo focar-se-á no público jovem, pesquisado na cidade do Rio de Janeiro. Para que se possam relacionar os estudos culturalistas com os dados e fatos encontrados na pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, é importante abordar a questão da “juventude”. Como os jovens entrevistados se percebem? Ou, o que é ser jovem no Brasil hoje? A partir da abordagem deste primeiro assunto poderemos vincular e caracterizar essa faixa de indivíduos dentro dos moldes do *homo civicus* ou “*cidadão crítico*”; justamente pelo fato de que, em alguma medida, as opiniões dos jovens pesquisados demonstram a formação e socialização cívica dessa faixa de indivíduos.

2.1.

Os estudos sobre cultura política: da tradição clássica à agenda de pesquisa pós-II Grande Guerra

Um dos temas centrais da agenda de pesquisa da Sociologia Política, qual seja, a compreensão das relações e interações estabelecidas entre a sociedade dos indivíduos e o Estado (ou o que comumente se conhece como instituições

representativas), não é uma preocupação dos anos pós-II Grande Guerra ou dos anos recentes. Os vestígios destas relações podem ser encontrados desde, pelo menos, Platão e Aristóteles, para quem a comunidade representava importante papel na conformação de quaisquer que fossem os regimes políticos adotados. Para Maquiavel, Montesquieu e os contratualistas, igualmente, não se poderia pensar sobre o formato e atuação de um Estado forte, sem que a sociedade aquiescesse aos quesitos normativos daquele que, atualmente, chamamos de governo representativo.

Alexis de Tocqueville (1987) fora um dos primeiros autores do século XIX a perceber a importância do pano de fundo cultural no qual se estruturam as sociedades políticas – entendidos como valores associados à reciprocidade, solidariedade, confiança mútua, além da criação dos vínculos de sociabilidade. O autor colocava que o bom desempenho das instituições políticas da democracia somente se efetivaria na medida em que a sociedade fosse capaz de organizar seus interesses de forma autônoma. Ele observava que a “*arte da associação*” funcionava como um sistema de controle social sobre as instituições, capacitadora de uma educação pública (ou cívica) dos indivíduos para a democracia. É nesse sentido que a participação dos indivíduos nos assuntos públicos através do associativismo possibilitava uma governança democrática mais horizontal (ou igualitária). O que Tocqueville chamara de “*hábitos do coração*” – aqueles que promovem um “*conjunto de disposições intelectuais e morais que os homens introduzem no estado de sociedade*” (TOCQUEVILLE, 1987) – valeria como gradiente para a formação daquele pano de fundo cultural, sem o qual os governos poderiam se tornar ‘tirânicos’. Esse impulso dos indivíduos para a *liberdade e igualdade*, portanto, implicava em uma nova prática de ação política, característica da formação do espaço público de uma autônoma sociedade civil em luta pelos direitos de cidadania.

A constituição das sociedades modernas, solidamente constituídas enquanto comunidades nacionais, independentes territorialmente e soberanas politicamente, nem por isso deixou de produzir conflitos perversamente destrutivos dos laços sociais. As guerras entre as nações constituem fator importante nas análises de sociólogos e cientistas políticos acerca de seu impacto

na dissolução e reconstituição das sociedades democráticas¹. Este aspecto reforçou temas da agenda de investigações da Sociologia Política, principalmente depois da II Grande Guerra. O surgimento de regimes totalitários e autoritarismos levou a que um grande número de pesquisadores se questionassem sobre as causas destes estilos de regime político, quais as conseqüências para sociedades democráticas e como se processam as transições. O que se convencionou chamar de ‘transitologia’ se afirmou nos estudos sobre modernização e reformas políticas de sociedades que vivenciaram algum tipo de quebra da democracia. Talvez, a principal hipótese que se produziu através dessa literatura, entre os anos 1950 e 1970, seja que a passagem do ‘tradicional’ ao ‘moderno’ – tema clássico nas obras de Alexis de Tocqueville, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber – requer toda uma engenharia de mudanças sociais em larga escala, que perpassam, impreterivelmente, desde o sistema político e econômico até os valores básicos de sociabilidade do homem comum.

São exemplares dessa corrente de análise as obras de Barrington Moore (1966), Daniel Lerner e Edward Benfield². Para citar apenas um exemplo, a importância dos estudos sobre os processos de modernização é, desde o trabalho clássico de Moore (1966), uma constante nas investigações sobre o desenvolvimento social e político de comunidades nacionais. O ponto central nas análises desse autor é que, observando a passagem para a modernidade realizada por sociedades específicas (ele investiga três vias, ou possibilidades, do processo de modernização: as vias socialista revolucionária, democrática e autoritária), a “modernização conservadora”, sobretudo no caso dos *Junkers* alemães, conseguiu controlar a passagem para o mundo moderno “*sem deixar de contemplá-la e, inclusive, estimulá-la, sobretudo no que tange à industrialização, mas sem perder tampouco o controle do campo e mantendo suas propriedades oriundas do período feudal*” (DOMINGUES, 2002, p. 460). Ou seja, para esses autores, algumas sociedades tendem ao processo de modernização, muito embora realizem este processo sob a cláusula do ‘conservar-mudando’, o que, em última análise,

¹ Diferentes e importantes argumentos para compreensão do fenômeno da guerra podem ser encontrados em: Charles Tilly (*Coerção, capital e Estados europeus*, São Paulo, Editora USP, 1996), Anthony Giddens (*O Estado-nação e a violência*, São Paulo, Editora USP, 2001) e Norman Angell (*A grande ilusão*, Brasília, Editora UNB, 2002).

² As obras de Daniel Lerner e Edward Benfield são, respectivamente: *The passing of traditional society* (New York, The Free Press, 1965) e *The moral basis of a backward society* (New York, The Free Press, 1958).

caracterizaria essas sociedades como ‘sociedades moderno-tradicionais’, principalmente no que tange à via de tipo autoritária, ou “*conservative revolutions*”, na terminologia utilizada por Moore (1966: 414).

Há sem dúvida alguma, uma forte tendência (ou linha) evolucionista presente nessas abordagens – especialmente nos trabalhos de Lerner e Benfield – mas, esse estilo de argumentação influenciou grande parte da agenda de pesquisas de autores dos anos 1950 e, de alguma forma, ainda continua a influenciar. Atualmente, as pesquisas mundiais de valores ainda insistem nas tipificações clássicas das teorias de modernização. E, muito embora haja uma intensa produção crítica a respeito da real aplicabilidade desses recursos teórico-conceituais para se pensar a atualidade mundial e brasileira, de igual forma existe grande número de estudos e investigações que procuram legitimar todo um conjunto de hipóteses ancoradas nos *world values surveys*. Estes estudos têm procurado demonstrar que, na experiência do indivíduo com as instituições representativas, a importância da cultura política e cívica para o desenvolvimento e o bom desempenho de regimes democráticos é fator fundamental. Em outras palavras, essas investigações procuram ressaltar a correlação intrínseca entre as estruturas e arranjos políticos e o cimento cultural de uma determinada sociedade. O que Ronald Inglehart (1988) chamou de “*renascimento da cultura política*” foi o resultado de uma série de investigações empíricas sobre os sistemas de valores e atitudes que conformam padrões de cultura cívica e política no mundo democrático, e que tem impacto direto sobre os arranjos institucionais.

Na década de 1960, Gabriel Almond e Sidney Verba (1965) abordaram a questão da cultura cívica em uma pesquisa comparativa entre países democráticos (EUA e Inglaterra) e outros com baixa densidade democrática (Itália, Alemanha e México). Os autores ressaltavam as variáveis “cultura política e cívica” como relevantes para o estudo das mudanças no mundo democrático. As preferências políticas são dirimidas através de um pano de fundo cultural (crenças, valores e atitudes individuais), e, portanto, os arranjos institucionais não se consolidam independentemente dos contextos em que operam. Na pesquisa empírica levada a cabo por Almond e Verba – que redundou em tipificações de culturas políticas e numa definição culturalista de democracia – identificaram-se padrões de relacionamento dos indivíduos com o seu sistema político. Segundo os autores,

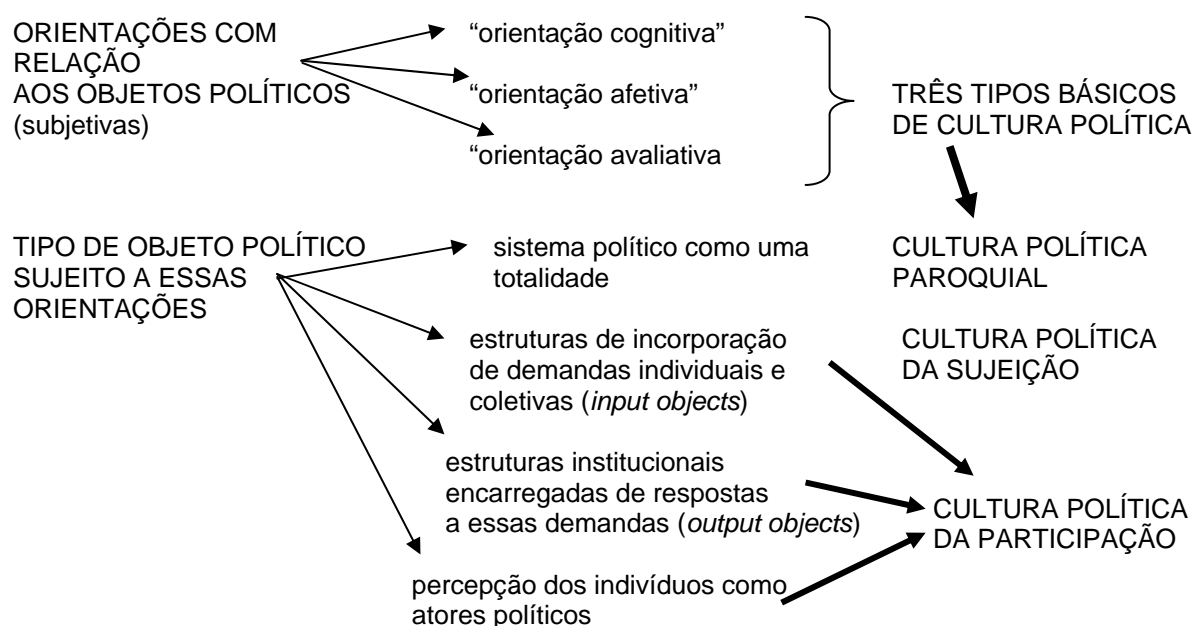
“the term ‘political culture’ thus refers to the specifically political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system” (ALMOND & VERBA, 1965, p. 12).

Para Almond e Verba, os diferentes tipos de cultura política são derivados do cruzamento de duas dimensões básicas: orientações com relação aos objetos políticos (subjetivas) e o tipo de objeto político sujeito a essas orientações. Segundo os autores, as orientações subjetivas com relação ao sistema político poderiam ser de três tipos: “orientação cognitiva” (conhecimento e crença com relação ao sistema e o papel dos atores nele inseridos), “orientação afetiva” (o sentimento que indivíduos nutrem pelo seu sistema político) e “orientação avaliativa” (o julgamento sobre objetos políticos, que implicam na conjunção de sentimento, conhecimento e informações sobre o sistema político). Esse último tipo de orientação subjetiva consubstanciaria um conjunto de valores orientadores de ações e atitudes individuais (ALMOND & VERBA, 1965, p. 13-14).

Com relação ao tipo de objeto político, quatro variáveis podem ser identificadas: sistema político como uma totalidade; estruturas de incorporação de demandas individuais e coletivas (*input objects*); estruturas institucionais encarregadas de respostas a essas demandas (*output objects*); e percepção dos indivíduos como atores políticos. Desse cruzamento, Almond e Verba chegam a três tipos básicos de cultura política: cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política da participação. O tipo paroquial de cultura política se caracterizaria por pouca diferenciação entre as dimensões religiosa e política e baixa participação dos indivíduos na política. A cultura política da sujeição se caracterizaria por uma maior dependência de orientações, sentimentos e opiniões em relação às estruturas institucionais encarregadas da administração das demandas. Finalmente, a cultura política de participação se caracterizaria por um equilíbrio entre as estruturas de *inputs* e *outputs* (ALMOND & VERBA, 1965, p. 14-26). O gráfico abaixo procura demonstrar a formação da “cultura política participativa” – que, de resto, é o ideal-tipo que nos interessa associar a idéia atual de uma maré crescente de “*cidadãos críticos*”:

GRÁFICO 1

A FORMAÇÃO DA “CULTURA POLÍTICA PARTICIPATIVA”



No final da década de 1970, Inglehart (1977) começou a produzir uma série de investigações empíricas sobre valores nas sociedades democráticas. O que o autor chamou de “*revolução silenciosa*” referia-se ao desenvolvimento, em escala mundial – a despeito das diferenças culturais entre as nações –, de um processo de mudança baseado nas prioridades valorativas dos indivíduos: nas sociedades industriais avançadas, eles estariam substituindo uma visão “*materialista*” (foco na segurança nacional, manutenção da ordem, combater o aumento dos preços, por exemplo) por uma postura “*pós-materialista*” (como, por exemplo, preocupação com o meio ambiente, progredir para uma sociedade mais humana e menos impessoal, lutar contra a delinquência). Enquanto na primeira – período histórico que, segundo os pesquisadores dos *world values surveys*, encontra-se no período entre guerras – os indivíduos estariam voltados para a reconstrução de suas vidas (em termos sócio-econômicos) e preocupados com a segurança nacional das nações, na postura “*pós-materialista*” eles se encontrariam, por volta década de 1970, com questões coletivas, que afetariam a vida de todos no conjunto da sociedade. À síndrome de valores pós-materialistas, Inglehart associou a uma “*self-expression values*”; enquanto na permanência da

visão materialista se esboçava uma “*survival values*” (INGLEHART, 2005, p. 48-56).

Assim, muito embora as pesquisas de Inglehart avançassem na esteira aberta por Almond e Verba, seus dados ainda persistiam no modelo auto-centrado das teorias de modernização. Ou seja, a vaga de controvérsias aberta pelo clássico *The civic culture* (1965), também estaria sendo colocada como um ponto crítico para o seu *The silent revolution* (1977). Um dos questionamentos críticos dirigidos aos estudos de Inglehart, por exemplo, poderia ser: como tornar viável a aplicação da idéia de “*revolução silenciosa*” em países como o Brasil, onde a expressão de “*survival values*” ainda é tão grande? Mais adiante, serão citadas algumas pesquisas realizadas no Brasil que, utilizando os índices propostos pelas investigações de Inglehart e dos institutos de pesquisa de opinião (como o Latinobarômetro), procuraram dar uma resposta a esta e outras perguntas.

Seguindo a tecitura das investigações sobre cultura política e cívica, as pesquisas empreendidas por Robert Putnam nas décadas de 1970 e 1990, na Itália, procuraram demonstrar as desigualdades regionais (em termos de modernização política e econômica) através do estoque de capital social (composto, principalmente, pelo “contexto cívico”), que levaria à determinação de “*círculos virtuosos ou viciosos*” no desenvolvimento político e social. Recuperando a síntese toquevilleana, na investigação sobre a experiência de criação de governos regionais na Itália – possibilitando o princípio de descentralização política e administrativa –, Putnam (2005) recupera a tese de que o contexto cívico é importante para o funcionamento das instituições. O autor vai além, e demonstra que a cultura cívica atua de forma positiva no desempenho das instituições, e sua falta produz obstáculos. Portanto, associado à confiança interpessoal e política, o contexto cívico traduz-se na construção de valores democráticos fundamentais para a autonomização dos indivíduos e da sociedade. Os “*recursos morais*”, tendo como pilares básicos, a confiança, a solidariedade, a reciprocidade e os sistemas de participação cívica, compõem o que Putnam chama de “*capital social*”.

Avaliando o desempenho institucional das regiões do norte e do sul da Itália, Putnam identificou disparidades de desenvolvimento social, político e econômico. As regiões do sul, apresentando uma forte rede clientelística, certos

padrões de “*familismo amoral*”³ e baixa identificação da população com as suas instituições, demonstraram o baixo desempenho das instituições; as regiões do norte, com bom desempenho das instituições, demonstraram alta satisfação e comprometimento da população nos assuntos públicos, mudanças promovidas pelo controle social criado ao longo da história. Nessa medida, essa caracterização possibilita o reconhecimento de “círculos viciosos e virtuosos” como determinantes do desempenho institucional. A conclusão básica contida nesse estudo de Putnam é a de que, o desempenho prático das instituições políticas sofre influência direta do contexto social. Assim, em resumo:

GRÁFICO 2

CÍRCULOS VIRTUOSOS E VICIOSOS NA CULTURA POLÍTICA DAS REGIÕES ITALIANAS

CÍRCULOS VICIOSOS (sul da Itália)	CÍRCULOS VIRTUOSOS (norte da Itália)
forte rede clientelística	bom desempenho das instituições públicas
baixa identificação da população com as suas instituições	alta satisfação e comprometimento da população nos assuntos públicos

Na esteira dessa onda de estudos culturalistas, existe uma vaga de controvérsias a respeito do modo como essas investigações identificam a relação entre o indivíduo e o sistema político. A principal crítica referida estaria ancorada na idéia de que as pesquisas empreendidas por Almond e Verba, assim como aquelas levadas a cabo nos *world values surveys* coordenadas por Inglehart, revela estarem informados por uma noção de cultura homogênea e auto-referida que, no limite, narraria a modelação de um tipo ideal de *homo civicus* afim à figura do indivíduo socializado num ambiente plenamente democratizado (PATEMAN, 1980; CARVALHO, 2002; RIBEIRO, 2007). Desconsiderariam, assim, diferenças culturais de recentes democracias consolidadas na década de 1980 e 1990, por

³ A expressão “*familismo amoral*” é desenvolvida na obra de Edward Benfield (1958); cf. nota 2, neste capítulo.

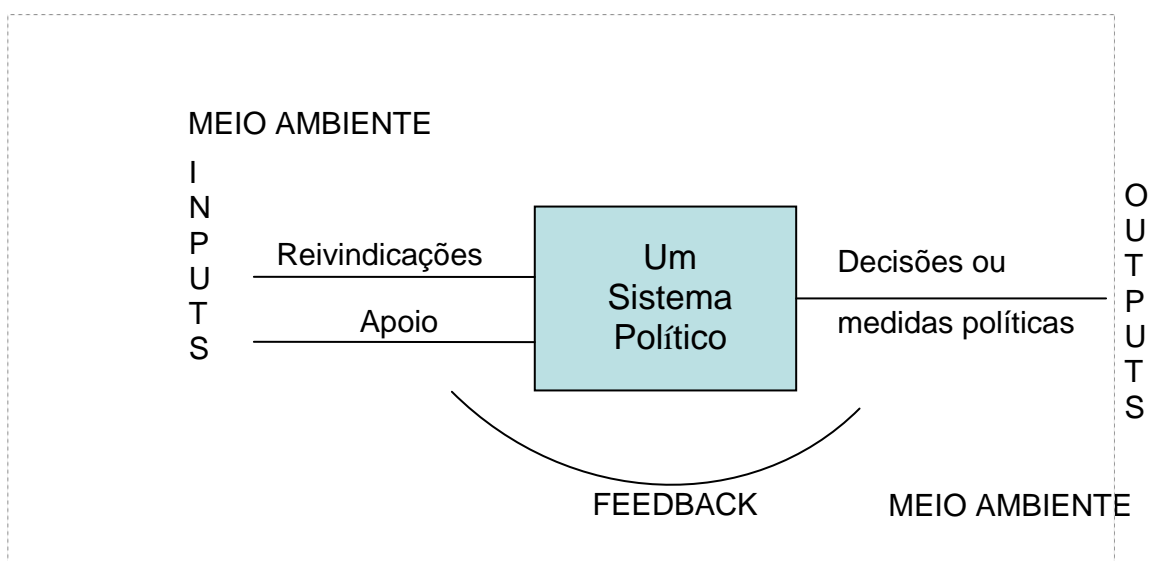
exemplo, as latino-americanas. Em que pese a importância destes estudos ainda hoje, a idéia reificada do *homo civicus* não se encontraria com aquela noção esposada nas décadas de 1950 e 1970. Tal como coloca uma intérprete recente destes trabalhos,

“(...) a atenção quase exclusiva que Almond e Verba teriam dedicado à relação indivíduo/sistema político inviabilizaria a percepção da democracia como um modelo auto-sustentado, que se baseia no treinamento social para a tomada de decisões e a aceitação de decisões coletivas” (CARVALHO, 2002, p. 299).

Recentemente as investigações de Pippa Norris e seus colaboradores identificaram que a idéia de *homo civicus* estaria se ajustando a uma maré crescente de “*critical citizens, or dissatisfied democrats*” (NORRIS, 1999, p. 3). Os cidadãos críticos seriam aqueles que levariam ao debate (público ou não) sua opinião favorável ou crítica de certos objetos (p. ex., desempenho do sistema político) relacionados diretamente com a *performance* do regime democrático.

Ancorados por uma ênfase *multidimensional* do estudo sobre a cultura política, a autora e seus colaboradores identificaram nas proposições de David Easton (1968 e 1970) variáveis importantes na condução de pesquisas empíricas que diferenciam a “adesão ao regime político” e a “satisfação com o sistema político”, possibilitando uma compreensão mais acurada das condicionantes externas da confiança política e social. Easton afirmou que a legitimidade política estaria sustentada por um reservatório de apoio (“*support*”) ao regime adotado; e que esta aquiescência dependeria em grande medida do contexto cívico em que os indivíduos são socializados, levando-os ou não a expressão da satisfação com as soluções que o sistema político delibera em relação a sua *fides* (crença no regime). Em síntese, como demonstra a figura abaixo, a perspectiva eastoniana sugere que o desenvolvimento político de um determinado regime está sujeito a relação que o mundo da política estabelece com o mundo da vida dos homens comuns.

GRÁFICO 3
SISTEMA DE AÇÃO POLÍTICA EM FUNCIONAMENTO



Fonte: Easton (1970, p. 24)

Tal como nas pesquisas de Putnam, a inovação da perspectiva eastoniana se encontra na idéia de que, se por um lado o *sistema político* é distinguível do meio ambiente que o circunda, por outro lado, ele é *influenciável* (em diversificadas instâncias) por este. A capacidade de *resposta* que um sistema político deve oferecer às reivindicações e suportes oferecidos pelo *meio ambiente* – ou, o movimento entre os *inputs* e os *outputs* – pode ser interpretada “*como esforços construtivos ou alternativos dos membros do sistema para harmonizar e acompanhar as pressões do meio ambiente e das próprias fontes internas ao sistema*” (EASTON, 1968, p. 49). Assim, como nas relações de reciprocidade, a persistência de um sistema político (vista pela sua estabilidade política e governabilidade) se encontra diretamente ligada ao fato de “*obter um feedback adequado sobre seu funcionamento passado e deve estar apto a tomar medidas que regulem seu comportamento futuro*” (EASTON, 1968, p. 49).

O que todas as pesquisas mencionadas aqui (denominadas de estudos culturalistas) procuraram, de alguma forma, apontar é que, a análise da vida das instituições políticas requer um esforço de compreensão dos condicionantes e das

conformações externas (os *feedbacks* recebidos dos cidadãos comuns) que lhes emprestam vida.

Muito embora a concepção de “*cidadãos críticos*” demarcada acima seja o fio condutor que sustenta o vínculo de associação entre as teorias culturalistas aqui apontadas e o objeto de pesquisa empírica apresentada – opinião sobre a cultura política brasileira de jovens matriculados no ensino médio da rede pública e privada de ensino do Rio de Janeiro – é importante ressaltar alguns pontos críticos de nossa abordagem.

O primeiro deles está associado ao uso da forma ideal-típica⁴ do *homo civicus*, tal como ilustrada nas abordagens de Almond e Verba, Inglehart e Putnam. A formação de uma “*cultura política participativa*” se encontra com a construção de identidades coletivas; ou, mais explicitamente, a conformação deste tipo ideal de cultura política está ancorada na formação de “*sujeitos políticos*” (GOHN, 2008: 142-170; ARATO e COHEN, 2001; TOURAINE, 1984: 141-164). Ora, e este seria o segundo ponto crítico de nossas análises, alguns autores brasileiros (como se verá no tópico a seguir) apontam para as inúmeras dificuldades desta formação nacional entre nós. Sendo assim, o Brasil padeceria de *malaise* de formação e constituição democrática afim com o tipo ideal de *homo civicus*; em conseqüência, na falta desta instituição, não poderíamos argumentar a favor da formação de “*sujeitos políticos*”. Este é o caso, também, de nosso objeto de pesquisa empírica – a juventude do ensino médio. Embora não possamos, teoricamente, afirmar a conformação desses jovens à idéia de sujeitos políticos, acreditamos – em oposição às teses pessimistas – que estamos lidando com uma possibilidade em vias de construção; ou seja, a opinião desses jovens pode estar apontando para a constituição, não originária, claro, de “*sujeitos políticos*” que alimentam um sentido de co-responsabilidade com o sistema político.

⁴ Max Weber construiu a concepção de “tipos ideais” com o propósito de serem “*representantes ilustrativos*” de uma determinada realidade. Porém os ideal-tipos são construções analíticas e servem de instrumento científico para ao analista de uma dada realidade; em outros termos, os tipos ideais são parâmetros pelos quais o cientista pode ancorar algumas hipóteses sobre um determinado fenômeno ou realidade sociopolítica; não correspondem, em si, a uma dada realidade. Cf. Weber (1991).

2.2.

As pesquisas sobre cultura política no Brasil

Não é de épocas recentes que os cientistas sociais têm se debruçado sobre a análise dos condicionantes que conformam a cultura política brasileira. Existe uma tradição de análises que remonta aos estudos clássicos do pensamento brasileiro (estes serão recuperados nos capítulos II e III), e que aponta para certas características de nossas especificidades e singularidades. Em que pese o teor desses diagnósticos (alguns apontando para nossa *malaise* de formação político-societal, outros reivindicando o papel importante de um tipo singular de espírito de *entrepreneurship*), todos eles procuraram apontar para as relações criadas entre a sociedade dos indivíduos e o Estado.

Em seguida serão abordados alguns diagnósticos contemporâneos produzidos por pesquisadores que procuraram compreender o impacto das bases sociais da democracia. Assim, será dada atenção às pesquisas de dois importantes cientistas sociais brasileiros.

Os estudos de Elisa Reis (1998) e Wanderley Guilherme dos Santos (1994) são exemplares do prolongamento – e avanço – das discussões clássicas sobre os condicionantes da formação de uma cultura política afim com um país periférico, como é o caso do Brasil. Nas investigações de Reis, a sobrevivência do regime democrático brasileiro, em convivência com quadros de extrema pobreza e desigualdades sociais permanentes, sofre grave ameaça. Nas palavras da autora, “*talvez a pobreza extrema, em combinação com a desigualdade, gere uma espécie de identidade social restritiva, alienada da esfera política*” (REIS, 1998, p. 274). Seria forçoso falar, aqui, de alienação da nação em relação ao campo político, tal como poderemos observar através das opiniões de jovens do ensino médio do Rio de Janeiro, muito embora a produção de “identidade social restritiva” seja um fato realista entre determinadas camadas da população brasileira. A desigualdade social marcante na sociedade brasileira deixa entrever dois aspectos importantes: primeiro, ela produz obstáculos à sustentabilidade e estabilidade do regime político; e, segundo, as desigualdades (juntamente com a pobreza e a falta de oportunidades) provocam um círculo vicioso em que, aqueles que se encontram à

margem da distribuição social, não encontram espaço para identificar-se com algum grau de identidade coletiva. Cabe aqui a citação, algo longa, da autora:

“A pobreza extrema e os altos níveis de privação relativa, como os que se observam no Brasil de hoje, reduzem o incentivo para se tornar parte de uma sociedade civil. O capital social (...) desvaloriza-se, (...) [e] uma espécie de vazão ou abismo se abre entre o sistema político e a sociedade mais ampla. (...) Ao mesmo tempo que devemos evitar cair na tentação de oferecer respostas fáceis, creio que seria plausível argumentar que uma parte importante do problema é consequência justamente da falta de uma identidade política mais ampla. (...) Enquanto um grande número de pessoas continuar achando que o sistema político vigente nada tem a ver com suas vidas cotidianas, nossa democracia será tímida e medíocre” (REIS, 1998, pp. 292-3).

A timidez de nosso sistema político, de que nos fala Reis, está estreitamente relacionada com a hipótese culturalista: a real eficácia de um sistema político encontra-se na dependência da cultura cívica de um país, e nas resultantes de escolhas de determinadas políticas governamentais que estão embutidas as expectativas de comportamentos da comunidade (EASTON, 1968; SANTOS, 1994, pp. 104-5). Seria justamente pelo fato de que as expectativas geradas por políticas governamentais não são percebidas como caixa de ressonância da vontade coletiva, que dados analisados por Santos, referentes à década de 1980, mostram um menor envolvimento do brasileiro com as formas clássicas de associativismo (sindicatos, associações voluntárias, de moradores, entre outras). Segundo o autor, esse decréscimo na participação do cidadão comum nos espaços públicos seria sintomático da ausência de cultura cívica no Brasil, gerando, no limite, fenômenos como o de *“hobbesianismo social”* (SANTOS, 1994, p. 79). A participação na vida pública e política da sociedade é condição para o sucesso de regimes democráticos. Se, ao contrário disso, encontramos a sociedade num estado hobbesiano – no qual cada indivíduo, como no estado de natureza desenhado por Thomas Hobbes no século XVII, busca cegamente a realização dos próprios interesses – verifica-se uma verdadeira erosão das normas que, em última instância, empresta sustentação a práticas como, por exemplo, a privatização dos espaços públicos. O sentido realista de democracia, esposado por alguns autores como Robert Dahl⁵ e Almond e Verba, é

⁵ A principal obra de Dahl, utilizada por Santos e outros autores, é *Poliarquia – participação e oposição* (São Paulo, Editora USP, 2005).

então distorcido, criando-se um verdadeiro estado de “anomia social”⁶ no qual as micro-sociedades estabelecem lógicas de normatização descoladas de um sentido coeso e solidário.

De fenômenos como o “familismo amoral” – expressão criada por Edward Benfield, em 1958 –, do qual Reis (1998) se utiliza para pensar o caso brasileiro, ao “*modelo máfia*”, que Santos (1994) constrói para uma análise das condicionantes de nossa cultura política, esboça-se a retração cada vez maior da esfera pública e uma “*cultura cívica predatória*”. É justamente em sociedade muito desiguais, como é o caso da brasileira, que a descrença na política – vista não como canal de representação dos interesses coletivos, mas como canal de acumulação de vantagens pessoais – e o baixo grau de participação social, afirmaria um quadro de incertezas e desconfortos sentidos pelo homem comum⁷. Assim, o fracasso na integração social de políticas governamentais orientadas pelos particularismos de interesses, afirma-se devido ao fato de que as desigualdades existentes não geram condições favoráveis à inclusão de grande parte da população no processo político-decisório; muito menos incentivos à participação social. Tal como afirma Santos,

“A erosão das normas favorece a desconfiança que em breve se faz acompanhar do temor da convivência social. Os laços de solidariedade se diluem e os indivíduos voltam-se para si próprios, recusando-se ao convívio social. O privado se sobrepõe ao público [, e] a erosão das normas de convivência destitui a arena pública de qualquer caráter simbólico positivo” (SANTOS, 1994, p. 109).

Estes diagnósticos levariam a inscrição do Brasil e dos brasileiros em um baixo padrão de civilidade, ou na fragilidade de uma cultura cívica ainda pouco habituada aos valores da democracia política. Mas esta não é, em outra chave de leitura, a abordagem de um crescente número de cientistas sociais que vêm empreendendo pesquisas sobre o grau de civismo entre os brasileiros. Adotando aqui a concepção de Santos acerca da idéia de cultura cívica – qual seja, “*o sistema de crenças, compartilhado pela população, quanto aos poderes públicos,*

⁶ O termo “*anomia social*” é aqui emprestado de Robert K. Merton, para quem – tal como na clássica acepção de Durkheim –, a falta de compartilhamento de uma “*tabla común de valores*” acabaria por levar certa parcela de indivíduos ao abandono de modos adaptativos baseados no coletivo (MERTON, 2002, pp. 232-234).

⁷ Essas incertezas e desconfortos poderão ser observados no item seguinte deste capítulo.

quanto à própria sociedade em que vive, e quanto ao catálogo de direitos e deveres que cada qual acredita ser o seu” (SANTOS, 1994, p. 105) – veremos a seguir que, mesmo expressando desconfiança política e um grau bastante elevado de descrença quanto ao mundo público, os jovens que foram interpelados pela pesquisa empírica que serve de pano de fundo para nossas hipóteses, apontam crítica e conscientemente para os fatores condicionantes de uma “habituação democrática” em construção. Portanto, muito longe de estar estagnada, ou de não produzir nenhum efeito quanto à percepção de democracia, a visão expressa por esses jovens acerca da concepção de cultura cívica acima mencionada, de fato poderia estar inscrevendo-os nos moldes do *homo civicus*? Sendo esta a primeira, talvez a principal indagação de nossa hipótese, começaremos abordando a visão mais geral dos jovens sobre sua própria condição dentro da sociedade brasileira. Esta nos informará também a respeito dos principais medos e expectativas em relação ao país; o que nos proporcionará importantes dados acerca da idéia que fazem de nossa cultura política e cívica.

2.3.

Juventude: consciência crítica, medos e expectativas

“A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém, é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade”.

(Karl Mannheim)⁸

Como já exposto na apresentação deste trabalho, esta pesquisa acredita que refletir sobre os padrões (ou níveis) de cultura política e cívica na camada jovem da população brasileira (mais especificamente, entre jovens de 16 a 18 anos de idade, moradores da cidade do Rio de Janeiro e matriculados na rede de ensino pública e privada), torna-se de singular importância, justamente pelo fato de que apresentam certas tendências comportamentais – as “*cognitive orientations*” de Almond e Verba (1965: 14) – essenciais na formação do indivíduo (ou ator

⁸ Cf. “O problema da juventude na sociedade moderna” in *Sociologia da Juventude*, I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 73.

social), capacitando-os numa concepção mais extensa de “*cidadãos críticos*” (NORRIS, 1999).

Utilizando a pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, que em sua primeira rodada procurou evidenciar como “cada segmento percebe as oportunidades abertas pela nova institucionalidade democrática” (PAIVA & BURGOS, 2003, p. 4), procuraremos apreender as percepções desse público jovem sobre aspectos da cultura política brasileira. Nosso primeiro contato com os dados da pesquisa, no entanto, procurará demonstrar que, se o *grau de civismo* extraído da primeira rodada de investigação com os jovens, como demonstra a tabela abaixo, revelou que “uma minoria dos jovens de ambas as redes fariam parte da categoria ‘padrão alto de cultura cívica’” (PAIVA E BURGOS, 2003, p. 5), é porque essa afirmação está ancorada numa certa percepção crítica de realidade⁹ que tencionamos apresentar.

TABELA 1
GRAU DE CIVISMO

Padrão de civilidade	Rede Particular	Rede Pública
Alto	13,4%	11,2%
Médio	40,3%	35,2%
Baixo	46,3%	53,6%
Total	100,0%	100,0%

Para além das considerações meramente teóricas a que este trabalho se filia, é importante ressaltar o contexto sócio-político em que essa camada jovem se situa. A juventude brasileira dos anos recentes (alunos do ensino médio carioca, com idade entre 16 e 18 anos) – sobre a qual a pesquisa recolheu dados – já nasce e se desenvolve num ambiente democratizado. Portanto, quando a esfera pública que organiza coletivamente os interesses do homem comum (em associações,

⁹ Essa percepção crítica de realidade, vale mencionar, é revelada por aquilo que Anthony Giddens chamou de “*consciência ontológica*”. Ou seja, aquela capacidade que os atores têm de discernir e expressar, verbalmente, aquilo que pensam sobre as condições sociais, especialmente a sua (GIDDENS, 2003, p. 440). Essa consciência, segundo o autor, está ancorada no que chama de “*monitoração reflexiva da ação*”; ou seja, no caráter deliberado do próprio agente de “*auto-interrogar-se em termos do que está acontecendo*” a sua volta e dentro de si-mesmo (GIDDENS, 2002, p. 75).

ONGs, sindicatos) se configura enquanto espaço autônomo (muito embora este seja um dado, por si só, que aponte positivamente para uma via de habituação dessa faixa com valores importantes da democracia) a percepção ontológica que os jovens têm de si mesmo deixa entrever algumas situações que é necessário problematizar. Para uma grande maioria, “ser jovem no Brasil” está associado à *insegurança*; são 32,3% na rede pública de ensino, 22,5% na rede pública de “excelência” e 30,3% na rede privada que optaram por esta alternativa oferecida no *survey*:

TABELA 2
A JUVENTUDE NO BRASIL

Ser jovem no Brasil é...	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de “excelência”	Rede Particular
mais difícil do que em país desenvolvido	20,3	30,5	22,0
bom, há muito o que fazer	28,6	25,8	25,0
igual em qualquer lugar	17,1	17,4	13,8
dá muita insegurança	32,3	22,5	30,3
Outro	1,4	1,4	7,8
Não respondeu	,3	2,3	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

Essa insegurança, que é o dado que mais chama atenção, está associada a problemas relacionados, principalmente, ao mundo público e aos problemas mais próximos da realidade do mundo da vida. É ainda impressionante notar como os jovens associam esses problemas, que fazem parte da conformação do mundo público, a uma crescente falta de coesão social entre os brasileiros; ou seja, quando afirmam a insegurança pública, a corrupção ou a violência urbana, esses indivíduos expressam seu descontentamento, não somente com a condição de jovens que lhes está sendo oferecida, mas igualmente com as condições que produzem uma percepção perversa de futuro.

“Porque aqui você tem insegurança, você tem uma corrupção absurda, você tem falta de educação, tem muitos problemas que dispersam o brasileiro. Nada que junte” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“E é um ciclo vicioso. A pessoa não consegue. O jovem não tem uma perspectiva de vida de crescer, ele tá naquele núcleo pobre, onde tem a violência, o tráfico, a violência familiar, aí ele não consegue, sai e vai pro trabalho. Aí ele não consegue nada no trabalho, aí ele vai pro tráfico. Aí a violência cresce e cresce e a Rosinha [governadora do estado do RJ] ainda acha que colocando mais polícia na rua vai resolver. Então é um ciclo. Aquele jovem que entrou só vai sair dali morto, ele não pensa em sair de lá e não pensa em não entrar” (Colégio da rede pública).

Nessas duas falas, podemos perceber que a visão crítica esposada por esses jovens refere-se justamente à atuação dos organismos públicos em resolver os principais problemas, tais como educação e violência. Essa postura desconstrói uma visão “romântica” de país e aponta para os fatores que poderiam controlar essas situações problemáticas:

“Como qualquer outra região do mundo o Brasil tem vários problemas, mas um dos maiores problemas do Brasil é a falta de vontade de resolver esses mesmos problemas” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“Eu acho que todo mundo vê de uma forma romântica que o Brasil vai crescer, vai melhorar, mas eu acho que não tem como ter esperança quando o país está sempre a mesma coisa” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“Porque nem todos têm educação; porque se todos tivessem, não teria violência. [Para] qualquer coisa a educação é que é a base. Qualquer coisa” (Colégio da rede particular).

Os fatores que poderiam mitigar a solução dos problemas apontados pelos jovens passam pelo investimento na educação (ressalvando-se que esse tema é uma constante na opinião destes jovens). Ao lado disso, segundo os jovens, é importante que a sociedade se mobilize mais no que diz respeito à vocalização destas demandas sociais; eles colocam, claramente, que percebem inércia das pessoas. Esse ponto se relaciona ao que Santos (1994) associa com um crescente fenômeno de desconfiança generalizada e individualismo.

“Não se vê ninguém falar em investimento em educação: ‘tem que botar exército pra invadir favela mesmo, matar todo mundo, acabar com o morro’... e agora

todo mundo reparou que alguma coisa tem que ser feita, mas a maioria da sociedade não tá nem aí... mas agora que a elite tá sendo vítima de assalto, aí tem que se fazer alguma coisa... mas muitas vezes é acabar com o morro, acabar com os pobres...” (Colégio da rede particular)

“Eu espero que o brasileiro, com tudo que tá acontecendo, melhore também. Saia da inércia. Comece a lutar por um país melhor. Que se nós formos perguntar para o povo todo qual sua expectativa pro futuro, certamente uma grande parte falará do vôlei brasileiro em 2010” (Colégio da rede pública de “excelência”)

“A educação é o maior, é o centro, a educação. Porque se o governo mudar a educação vai mudar tudo” (Colégio da rede pública)

Ao lado desta percepção crítica, os jovens se colocam na posição de geração futura que deve assumir responsabilidades em relação às várias facetas que os problemas nacionais apresentam. Eles apontam, como positivo, o fato de esses problemas nacionais (tais como a corrupção) estarem “aparecendo” para o público. E, nesse sentido, percebem a importância da vocalização das “reclamações” e demandas da sociedade.

“Nós somos os jovens que na próxima geração vão estar no poder e se a gente não fizer isso, não vai dar certo. Eu acho que pra mudar a gente tem que assumir a nossa responsabilidade” (Colégio da rede privada).

“Apesar de tudo, esta corrupção e da imagem que passa lá fora, que é muito ruim, eu acho que é positivo porque está surgindo, tudo isso está aparecendo, está sendo falado e então a gente pode reclamar” (Colégio da rede privada).

“Eu acho que a gente não deve só pensar na questão da violência. Acredito que as pessoas lá fora e aqui dentro têm que ver o Brasil de um jeito bonito, em termos assim, temos praias tropicais maravilhosas, temos até um desenvolvimento mesmo em ‘passos de tartaruga’, mas chegaremos numa situação legal, razoável e politicamente; eu acredito que devemos melhorar, porque os políticos não estão resolvendo a nossa situação” (Colégio da rede pública).

Muito embora a visão seja bastante crítica, e teça generalizações a respeito do mundo público (políticos, partidos políticos, entre outros; visão que será ampliada no capítulo III), os jovens acreditam em um “sentimento de esperança”, que vem associado a uma preocupação com o outro – principalmente expressa pelo jovem da rede particular de ensino diante da situação dos estudantes da rede pública. O estudante da rede particular, de alguma maneira, sabe que está

estudando numa boa escola, que conta e está ancorado por recursos familiares, tal como na noção de “*capital social*” esposada por Bourdieu¹⁰. Segundo o autor, a família realiza, ao longo do processo de socialização de um indivíduo, certa quantidade de investimentos educativos que possibilitam a transmissão de “*capital cultural*” (que inclui saberes, práticas, valores, expectativas quanto ao futuro). As desigualdades sociais se produzem e reproduzem, segundo o autor, na medida em que o sistema permite o sucesso, àqueles indivíduos que acumulam uma maior soma de capital cultural. Enquanto isso, o jovem da rede pública de ensino não dispõe desta mesma rede de recursos, mas mesmo assim há esperança de que haja mudanças.

“Eu espero que nessa minha geração cresça alguma coisa nesse país, que melhore alguma coisa, mas é difícil. Estudos aí dizem que se começar a muda agora, as coisas só começam a melhorar daqui a cem anos. Mas eu tenho esperança que um dia mude, eu não tenho medo do futuro porque eu estudo em um colégio particular e tenho uma condição de vida boa, assim como todos os que estão aqui, mas eu tenho medo pelo outros, tenho medo por aqueles que não têm essa condição boa que eu tenho” (Colégio da rede privada).

“Acho que o sentimento de todo brasileiro é um sentimento de esperança. Apesar das tristezas, apesar das dificuldades, apesar das angústias, sempre o brasileiro tem esse clima de esperança, esse clima de mudança. Tanto é que em todas as eleições nós ficamos: ‘e aí, vai votar em quem?’, pensando ‘será que dessa vez muda realmente?’; sempre no ar com essa esperança” (Colégio da rede pública).

Quanto aos principais medos, existe entre as redes de ensino, uma constante. Ao pedir que enumerassem os três principais medos, de uma lista oferecida no *survey*, os jovens se colocaram da seguinte forma:

¹⁰ O que Bourdieu chama de capital social, seria o “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”. Assim, seguindo para as fileiras do mercado de trabalho, “o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado ao seu serviço” (BOURDIEU, 1998, pp. 67 e 74).

TABELA 3
PRINCIPAIS MEDOS DOS JOVENS

Principais medos	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de “excelência”	Rede Particular
1º	Violência urbana	Violência urbana	Violência urbana
2º	Mercado de trabalho	Mercado de trabalho	Mercado de trabalho
3º	Desemprego dos pais	Desemprego dos pais	Problemas do país piorarem

É sintomático que o primeiro medo apontado pelos jovens seja o da violência urbana, tanto na rede pública quanto na rede particular, ainda que essa violência tenha representações variadas para jovens de classes sociais tão diferenciadas, como ficará evidente na análise das falas oriundas dos grupos focais, evidenciadas mais adiante.

Ao vincular o problema da violência à escassez de liberdade (ou a ausência dela nos meios urbanos), Maria Alice Rezende de Carvalho problematiza a questão a partir da dimensão política, em que está encerrada “*a baixa legitimação da autoridade política do Estado, cujo privatismo congênito estreitou excessivamente a dimensão da polis, condenando praticamente toda a sociedade à condição de bárbaros*” (CARVALHO, 2000, p. 55). A autora constrói a expressão “*cidade escassa*” para caracterizar a condição residual dos direitos de cidadania, aliada à pouca competência das ações governamentais para incluir as demandas sociais ao sistema político. A cena urbana passa, portanto, a pautar-se por ausências: “*uma sociedade sem cultura cívica, sem vida associativa, sem partidos enraizados, sem, sequer, normas confiáveis que favorecessem a convivência e a reprodução sociais*” (CARVALHO, 2000, p. 60). É a essa expressão que os jovens de diferentes redes de ensino se referem nas falas abaixo:

“Medo de ser assaltada a qualquer momento, a qualquer hora... não é só de noite. Você é assaltado 4h da tarde, 2h da tarde, que isso?!? Você não pode mais sair de casa” (Colégio da rede pública).

“Essa violência toda, assalto, bala perdida, várias coisas” (Colégio da rede pública).

“Eu não penso muito no desemprego, eu penso na violência. Porque a gente faz um programa de vida, pensando no futuro e por causa da violência não sabe se vai participar de tudo que está planejando. A gente dentro de casa, ou mesmo saindo de casa, a violência coloca medo” (Colégio da rede pública).

Os jovens estudantes da rede pública, como mostra bem a fala abaixo, convivem com uma situação de “medo no lugar onde moram”¹¹. Essa situação, além de ser agravada pela escassez de liberdade cidadina, é potencializada ainda mais pelo que Luiz Antonio Machado da Silva e seus colaboradores chamaram de “*vida sob cerco*”. O autor coloca que a escalada da violência urbana mantém os moradores – principalmente moradores de favelas – sob uma determinada rotina (já transformada em *habitus*), que gira em torno da ordem social dominante. Essa rotina aproxima, forçosamente, o cidadão comum da “*sociabilidade violenta*”, entendida como um padrão específico de vulnerabilidade (ou risco social) diante da submissão ao medo gerado por uma ordem instituída – seja por traficantes, ou mesmo por policiais – que, no limite, está pautando “o desenvolvimento de uma desconfiança generalizada” (MACHADO, 2008, pp. 41, 42 e 45):

“Acho que as pessoas da escola pública convivem com o medo no lugar onde eles moram. As pessoas que geram a violência geralmente estão lá dentro. As pessoas de colégio público têm menos medo de ser assaltado de sofrer alguma violência, um seqüestro, de ter o carro roubado” (Colégio da rede particular).

O segundo medo apontado pelos jovens da rede pública e particular de ensino, está associado ao “mercado de trabalho”; ou, melhor, as chances de sucesso escolar (passagem da escola para universidade) e ingresso no mundo do trabalho. Os jovens sentem a instabilidade a que estão submetidos. Diferentemente do estudante da rede privada de ensino que, como já mencionado, está ancorado por uma rede de sociabilidade que pode garantir uma boa escolaridade e colocação no mercado de trabalho, os jovens da rede pública enxergam com certa distância e angústia o seu futuro. É importante ressaltar como esses jovens da rede pública visualizam suas oportunidades – seja de ingresso na

¹¹ Ainda que não tenhamos os dados de moradia desses jovens, foi constatado nos grupos focais que, os jovens da rede pública moram – em sua grande maioria – em favelas ou em áreas de risco.

universidade, seja no mercado de trabalho – quase como uma barreira a ser transposta a duros custos:

“Eu tenho medo de agitar minha vida toda e não conseguir me realizar nela, não conseguir ter uma vida de que eu me orgulhe” (Colégio da rede privada)

“É o desejo de conseguir um trabalho estável, com salário fixo. E saber que eu garanti uma boa parte da minha vida...” (Colégio da rede privada)

“Eu fico frustrado em me ver hoje, no terceiro ano do ensino médio, olhar pra mim e pro mundo e ver que eu não tenho uma base, que eu não tenho uma educação que eu queria ter. Uma educação que os alunos do São Bento têm e eu não tenho. Uma falta de oportunidade” (Colégio da rede pública)

“Acho que uma das maiores expectativas nossas aqui é o caso de conseguir um emprego. Porque hoje tá muito difícil. Para passar para uma faculdade, nossa! Tem que comer os livros pra conseguir, ainda mais se for pública, porque particular quase ninguém tem condições de pagar” (Colégio da rede pública)

Resta colocar um agravo a essas percepções do aluno da rede pública, que está relacionado com a escolaridade dos pais. A percentagem (41,3% e 39,8%) de pais dos alunos da rede pública que não conseguem completar o ensino fundamental e médio é extremamente alta; enquanto que 48,4% e 48,5% de pais dos alunos da rede pública de “excelência” e da privada possuem o ensino superior completo (sem contar, como mostra a tabela abaixo, a percentagem daqueles que possuem títulos de pós-graduação). Ou seja, os jovens da rede pública não contam com um estofo herdado de “*capital cultural*” (BOURDIEU, 1998), tal como os da rede pública de “excelência” e os da rede privada, que, segundo Giddens (1991, pp. 95-102) é necessário, para que se produza no indivíduo uma “*confiança básica*”, pilar do sentimento de ser e estar-no-mundo¹².

¹² Segundo Giddens, “*uma pessoa que está existencialmente insegura sobre seus diversos eus, ou se os outros realmente existem, ou se o que é percebido realmente existe, pode ser inteiramente incapaz de habitar o mesmo universo social como os outros seres humanos. (...) A confiança nos outros é desenvolvida em conjugação com a formação de um senso interno de confiabilidade, que fornece ulteriormente uma base para uma auto-identidade estável*” (GIDDENS, 1991, pp. 96-7, grifo meu).

TABELA 4
ESCOLARIDADE DOS PAIS

Escolaridade dos pais	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de “excelência”	Rede Particular
Fundamental	41,3	4,2	0,9
Médio	39,8	15,5	5,6
Superior	13,8	48,4	48,5
Pós-graduação	2,0	31,0	44,8
Não estudou	2,6	0,9	0,2
Não respondeu	0,6	-	-
Total	100,0	100,0	100,0

É interessante notar como os jovens associam suas possibilidades, assim como seus medos e expectativas, aos problemas do seu entorno social. Eles entendem claramente que os problemas e medos enunciados (violência, falta de oportunidade, insegurança) estão associados ao tema da política, e como esta resolve, ou envia um *feedback* – embora precariamente – aos apetites sociais. Os jovens expressam criticamente a opinião de que, tal como observou Carvalho (2000, p. 55), aqueles apetites não são articulados “à *vida política organizada*”. Portanto, “ser jovem no Brasil” não está meramente associado às angústias de uma camada que está prestes a ingressar no mundo da vida pós-socialização primária; há uma forte consciência ontológica crítica que indica para os limites colocados pela inscrição do país em uma determinada via de modernização que não traz consigo, ou melhor, que dissocia os interesses coletivos dos interesses do Estado. No capítulo seguinte será descrito o processo de modernização brasileiro e o impacto da *national e state-building* na expansão da cidadania e no sentimento de nação.

Cultura política, sentimento de nação e cidadania

“Eu amo a liberdade por gosto e a igualdade por instinto e por razão”.

(Alexis de Tocqueville)¹

A frase atribuída a Alexis de Tocqueville expressa, por dois motivos, a epígrafe deste capítulo. Primeiro, situando-nos acerca da razão pela qual o aristocrata francês se expressou desta forma, é importante lembrar que a democracia liberal tem como base estruturante a preocupação com a liberdade, que deve estar permanentemente associada à preocupação com a igualdade; ou seja, para Tocqueville, a “igualdade de condições” somente se realizaria num ambiente de liberdades plenas. Em segundo lugar, no que se refere à argumentação particular deste capítulo, a história brasileira de expansão de liberdades fundamentais e de construção da cidadania social tanto difere da narrativa tocquevilleana sobre a originalidade norte-americana, quanto se assemelha ao seu tom, hoje, na preferência do brasileiro pelo regime político democrático. Não deixa de ser paradoxal, porque no Brasil liberdade e igualdade nem sempre foram pré-requisitos para o processo de modernização nacional. Mas, em outros dois sentidos, a epígrafe do capítulo se justifica: (1) se por um lado, como se verá pelas análises do andamento da modernidade no Brasil, certa medida de igualdade foi implementada antes de se expandirem as liberdades fundamentais, por outro, (2) o “gosto, instinto e razão”, por ambos os elementos de cidadania, estariam presentes nas orientações cognitivas do brasileiro e na sua avaliação sobre alguns aspectos centrais acerca dos temas *nação* e *cidadania*.

Antes, porém, faremos uma inflexão e trataremos em seguida, detidamente, de alguns aspectos importantes para os objetivos desta investigação. As teorias e conceitos consagrados sobre cidadania e espaço público informam nosso trabalho acerca dos significados e condições de construção social que

¹ Cf. Correspondance Anglaise – correspondance d’Alexis de Tocqueville avec Henry Reeve et John Stuart Mill, in, *Oeuvres Complète*, Paris, Gallimard, tomo VI, vol. 1.

Richard Wilson (1992) denominou de “*compliance ideologies*”, ou seja, um conjunto de crenças e valores compartilhados que conformam, de um lado a estruturação de uma cultura política afim a determinado modo de vida; por outro lado, funcionam como suporte essencial da vida política nacional. Porém, nem sempre essas teorias e conceitos se encaixam no desenvolvimento histórico-social brasileiro, posto que foram construídos para se compreender o universo de civilização moderna européia; no limite, podem ser contrastados ou atualizados para se pensar em possibilidades de avanços e retrocessos.

3.1.

Espaço público e cidadania: dos conceitos e teorias consagrados a uma reflexão histórico-sociológica sobre o Brasil

3.1.1.

Cidadania e espaço público na teoria social moderna e contemporânea

A emergência do debate em torno da chamada *questão social* é, originalmente, proposta pela “grande transformação” – no sentido sugerido por Karl Polanyi (2000) – que agitaria as mudanças da nascente sociedade moderna capitalista entre os séculos XVIII e XX. Nesse sentido, o aparecimento de modernas estruturas de Estados-nação surge da cisão entre espaço público e privado, provocada pelas revoluções da modernidade². Estas promoveram a libertação dos indivíduos da ‘jaula’ das sociedades tradicionais (ou feudais), estratificadas verticalmente, e de sua sujeição às normatividades impostas por um mundo naturalizante. Muito embora houvesse um otimismo crescente com as promessas de um ‘novo mundo’ – que colocava os indivíduos não mais como sujeitos passivos, mas como cidadãos de direito –, o advento da ‘sociedade industrial’, entendida como antítese do medievo, trouxera à cena pública questões sociais nunca antes pensadas, enquanto marcos para a abertura de agendas

² As revoluções da modernidade aqui consideradas são: a Revolução Inglesa (1689), a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Americana (1776). Estas impulsionaram a modernidade na via dos valores democratizantes: a *igualdade* e a *liberdade*.

políticas. A miséria, o pauperismo, a exploração trabalhista, as carências sociais de amplas camadas populacionais e as desigualdades daí geradas, promoveram a emergência de lutas sociais e de novas modalidades de *agencies* – ou “*politicization of associational life*” (HABERMAS, 1999, p. 424) – como poder constituinte da vida dos indivíduos e da política democrática.

A esfera social torna-se lugar onde os interesses, as atividades e as instituições assumem papéis públicos, enquanto finalidades da política podem assumir funções privadas. Essa perspectiva histórica, contida no trabalho de Hannah Arendt (1995), coloca uma das primeiras idéias de direitos dos indivíduos, ora em seu aspecto subjetivo (da liberdade de participação), ora no aspecto objetivo (onde a esfera estatal impõe-se como intervencionista no espaço comum).

A promoção do social – ou da *esfera social* – refere-se, assim, a esse mundo dos interesses comuns, onde todos os homens partilham de uma mesma experiência: a “durabilidade da vida”. Arendt opõe, ao modelo de espaço associativo, o modelo de “espaço agonístico” da *polis* grega, onde “*cada homem tinha constantemente que se distinguir de todos os outros, demonstrar, através de feitos ou realizações singulares, que era o melhor de todos*” (ARENDRT, 2000, p. 51). Ao contrário de uma ideologia onde estar sujeito às necessidades do *homo laborans*, era sujeitar-se a “agir como escravos”, a emergência do *social* significava a vitória do homem frente às necessidades de cunho estritamente biológico, expressando assim a condição de liberdade. A participação na vida pública significava, assim, uma conquista dos homens, que se projetava para além da mera satisfação de necessidades biológicas. Com a separação dos universos público e privado, e o surgimento da cidade-Estado, os homens agora percebem sua vida nos termos do “*bios politikos*”, onde surge a “esfera dos negócios humanos”. Assim, Arendt afirma que,

“o ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe imperava com poderes incontestes e despóticos” (ARENDRT, 2000, pp. 35-36)

Muito embora essas noções de público e privado tenham sua origem na cidade-Estado grega, foi somente na modernidade que, de fato, houve uma ascendência da *esfera social*. Esta, não sendo nem pública nem privada, mas refletindo uma síntese desses dois universos, encontra sua forma política na construção dos estados nacionais (ARENDR, 2000, p. 37). Essa transformação do tecido social provoca profundas alterações nos modelos e concepções de “nação”, reconhecendo-se apenas que “os indivíduos privados têm interesses materiais e espirituais em comum, e só podem conservar sua privacidade e cuidar de seus próprios negócios quando um deles se encarrega de zelar por esses interesses comuns” (ARENDR, 2000, p. 44).

Assim, o aparecimento de uma “esfera pública” só foi possível porque os indivíduos – agora enquadrados na categoria de *cidadãos* – se tornaram autônomos e pautados pelo corte liberal clássico do *self-government*. A luta pela cidadania social tornara-se a mola propulsora pela qual os indivíduos mobilizavam as forças sociais no espaço público: liberdades civis e políticas – ao século XVIII e XIX – formaram, assim, conquistas dos cidadãos organizados num modelo inovador de sociedade civil. Assim, a nova relação entre *agency* e *structure* era, agora, construída pelas “*pessoas privadas reunidas num público*” (HABERMAS, 1984, p. 42).

Se, ao convergir para a esfera social, os indivíduos são emancipados das sujeições do *homo laborans* e podem assim ser reconhecidos politicamente na sua condição de *cidadão* moderno, um ponto em comum entre Arendt (2000) e a teoria do espaço público de Jürgen Habermas (1984) é a percepção da realização da política que se efetiva quando são criados princípios organizacionais possibilitadores da legitimação dos direitos fundamentais desses cidadãos. Assim, a emergência de espaços públicos autônomos e democráticos, onde podem ser organizados racionalmente os interesses do homem comum fora uma das construções modernas mais precisas no desafio da mobilização da sociedade para se autonomizar.

Habermas (1984) propôs-se a examinar as condições sociais que permitiram o surgimento da categoria “*esfera pública burguesa*”, analisando as suas tensões internas e as transformações estruturais sofridas com o advento da sociedade capitalista de mercado e do Estado de bem-estar social. O autor estava

interessado no potencial emancipatório contido nessa categoria, concebida como um espaço de interação discursiva e intersubjetiva entre os cidadãos. Ao construir um modelo discursivo de espaço público, defende que a modernidade emerge com a promoção do social – ou, de uma esfera pública (*Öffentlichkeit*), autônoma: através da argumentação e do debate, essa esfera reivindica um espaço de discussão com a autoridade, de forma que as demandas dos indivíduos sejam legitimadas publicamente. Essa construção social da esfera pública, segundo o autor, se deu através da mobilização da classe burguesa:

“Os burgueses são pessoas privadas; como tais, não governam. (...) eles atacam o próprio princípio de dominação vigente. O princípio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, à esfera pública, quer modificar a dominação enquanto tal” (HABERMAS, 1984, p. 43, grifo meu)

O meio de efetivação dessa contraposição constitui, para Habermas, uma forma de racionalização da política, baseada numa perspectiva dialógica, onde as ‘pessoas públicas’ utilizam uma “racionalidade comunicativa” para reivindicar os interesses comuns. Esse fato aponta justamente para um suposto equilíbrio de forças dentro do tecido social, legitimando uma estrutura relacional na qual os domínios – da autoridade estatal e do público burguês – sejam contrabalançados: *“a linha divisória entre Estado e sociedade, fundamental para o nosso contexto, separa a esfera pública do setor privado”* (HABERMAS, 1984, p. 45). O setor público limita-se a executar as funções do poder público (Estado e organizações burocráticas); o setor privado pertence aos dois universos (público e privado), na medida em que *“compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua esfera íntima, está aí [também] inserida”* (HABERMAS, 1984, p. 46). Contribuiu para a construção dessa linha divisória a atividade econômica privatizada que, segundo Habermas e Arendt, sai da esfera privada (especialmente relacionada a casa), e sede lugar a uma *“esfera privada que se tornou publicamente relevante”* (ARENDR, 2000, p. 33).

A emergência dessa esfera pública, segundo o autor, provém da emancipação da “esfera literária”, na medida em que esta intermedia, através das expressões da opinião pública, “o Estado e as necessidades da sociedade”. Esse

delineamento começa a se esboçar nos espaços de reunião da burguesia nas cidades; estes ganham estatuto de instituições. O que Habermas chama de “esfera pública literária” são, principalmente, os *coffee-houses*, os *salons* e as comunidades comensais, lugares onde o diálogo entre as pessoas se convertia em aberta crítica às formas de dominação: assim, começam a ser rompidas as estruturas antigas da sociedade de corte³. Para tal, Habermas esboça três “critérios institucionais comuns”, os quais legitimam esses espaços de sociabilidade enquanto esfera pública dialógica onde são debatidos e reivindicados os interesses do *cidadão*: (1) é “exigida uma espécie de sociabilidade que pressupõe algo como a igualdade de status” – que seria, igualmente no sentido arendtiano, a busca da “igualdade do simplesmente meramente humano”; (2) “a discussão num tal público pressupõe, (...) a problematização de setores que até, então não, eram considerados questionáveis” – principalmente os “bens culturais” que geram uma espécie de informação e são mercadorias “acessíveis a todos”; e (3) o processo que eleva a cultura para as formas de troca (ou reciprocidade) dialógica, “por princípio, leva, (...) ao não-fechamento do público – ou seja, por mais que o público fosse restrito, ele nunca poderia fechar-se, justamente porque se caracteriza como espaço comum, ou o de *todas* as pessoas privadas. Assim é que, para Habermas, as questões discutidas nesses espaços tornam-se gerais, no sentido de sua “acessibilidade: todos devem poder participar” (HABERMAS, 1984, p. 46-59).

Para Habermas, o que estava sendo posto em pauta pela sociedade burguesa era que as proposições discutíveis na seara da esfera pública deveriam ser de caráter geral, em relevância – na medida em que todos compartilham das mesmas demandas – e em acessibilidade. O propósito da construção dessa esfera pública dialógica era assegurar a representatividade política do povo-nação e a possibilidade de participação – muito embora uma série de entraves impedisse, ainda, a plena participação de todos os cidadãos.

O modelo discursivo de espaço público apresentado por Habermas refere-se ao lugar de disputa entre atores sociais – da sociedade civil, do Estado e do

³ No medievo, “*o mundo cultural humanista é inicialmente integrado à vida de corte*” (HABERMAS, 1984, p. 22). A representatividade pública significava marca de um *status*, estando ligada a insígnias, gestos e vestimentas, que normatizavam a sociabilidade. A comunicação política ainda não tinha local específico; ou seja não havia ainda o modelo habermasiano de esfera pública aberta a todos.

mercado – onde se reivindica a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização dos interesses comuns. O modelo habermasiano dá ênfase à participação política nos processos democráticos de tomada de decisão e deliberação, com os quais se criam mecanismos efetivos para que todos os afetados por deliberações normativas e políticas, possam participar democraticamente. Portanto, central na teoria habermasiana é o entendimento da formação da esfera pública como arena da formação da ‘vontade coletiva’, local onde se realiza a interação intersubjetiva (ou “dialógica”) de cidadãos conscientes, solidários e participativos.

Se a sociedade civil pode ser considerada como uma esfera de discurso público e participativo entre o Estado, a esfera pública e a esfera do mercado, podemos afirmar, portanto, que sua presença num sistema democrático é condição fundamental para a igualdade na “esfera social” (ARENDR, 2000), ao mesmo tempo em que se torna condição para a formação de um modelo e “esfera pública discursiva” (HABERMAS, 1984 e 1999).

As reflexões propostas por Michael Walzer (1995), nesse sentido, sugerem que a sociedade civil democrática pode estar criando o cenário mais favorável para a “boa vida”; entendendo esse termo como um conceito que associa um específico nível de bem-estar dos indivíduos (principalmente no que diz respeito a sua autonomia), com a participação na esfera pública (WALZER, 1995: 91). Nesse sentido, a sociedade civil, caracterizada pelo autor como “*the space of uncoerced human association and also the set of relational networks*”, seria a promotora de uma concepção compartilhada de “boa vida” (WALZER, 1995, p. 89), onde o espaço coberto por redes de associações (tais como sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, grupos de interesses), corrigiria as distorções efetuadas pelas perspectivas que mitigam alguma forma de exclusão social.

O autor acredita – na mesma esteira colocada por Habermas (1999) – que a *agency* de um Estado democrático, que cria espaço para uma sociedade civil democrática, é a “*associational life of civil society*”:

“only democratic civil society can sustain a democratic state. The civility that makes democratic politics possible can only be learned in the associational

networks. (...) Civil society is sufficiently democratic when in some, at least, of its parts we are able to recognize ourselves as authoritative and responsible participants. (...) And civil society is tested by its capacity to produce citizens whose interests, at least sometimes, reach further than themselves and their comrades, who looks after the political community that fosters and protects the associational networks” (WALZER, 1995, pp. 98, 104 e 105).

Walzer defende um “associativismo crítico” (“*critical associationalism*”), que é a ação da sociedade civil sobre a forma do Estado ampliado (WALZER, 1995, p. 105). Assim, a sociedade civil seria um espaço no qual indivíduos e atores políticos se conectam uns aos outros, e se corresponsalizam uns em relação aos outros: “*connected and responsible: without that, ‘free and equal’ is less attractive than we once thought it would be*” (WALZER, 1995, p. 107). A sociedade civil pode ser entendida enquanto um *argumento* – na medida em que, fora dela, não há espaço público de organização dos interesses –, ao mesmo tempo em que é um *procedimento* – que coloca os conceitos formais de liberdade e igualdade sob a dimensão da responsabilidade que está implícita na formação das “networks” da sociedade civil.

A marcha de “democratização fundamental” das sociedades modernas, segundo a reflexão aqui proposta, somente pôde se consolidar quando estiveram amplamente disseminados e consolidados canais de participação social – a esfera pública – e atores sociais mobilizados em torno de interesses comuns – a formação da sociedade civil. O conceito de cidadania social seria, então, aquele que fornece os três elementos fundamentais para a mobilização e participação.

Segundo a tipologia clássica proposta por Thomas H. Marshall (1967), os direitos de cidadania – no caso inglês – teriam evoluído sequencialmente e através de três etapas sucessivas: no século XVIII são conquistados os direitos civis (liberdades individuais, de expressão, de acesso às instituições); os direitos políticos, conquistados ao longo do século XIX, conferiam aos cidadãos o direito de participar da escolha de seus governos; e, finalmente, no século XX, os direitos sociais passam a integrar o conjunto da cidadania social (estes configuraram o *Welfare State*, e ampliavam o direito à proteção social do Estado: saúde, educação, legislação trabalhista, habitação e saneamento, entre outros). Essa conquista fora fruto das revoluções sociais (principalmente a inglesa e a francesa) que promoveram toda uma concepção de cidadania como reivindicação de todos

para gozar dessas condições, sendo, em última instância, “*uma exigência para ser admitido numa participação na herança social, o que, por sua vez, significa uma reivindicação para serem admitidos como membros completos da sociedade, isto é, como cidadãos*” (MARSHALL, 1967, pp. 61-62 e 64-65)⁴.

Se estas leituras sobre o desenvolvimento gradual da cidadania e da esfera pública ajudam a compreender a importância das relações criadas pelas “*compliances ideologies*”, por outro lado, como veremos abaixo, no Brasil essas teorias e conceitos sofrem com inúmeras controvérsias, dependendo da chave de leitura que se adote. Primeiro, porque a história de institucionalização de nossa *nation-building* não seguiu uma seqüência de rupturas, como exposto acima, que lograriam criar um espaço autônomo de *self-government* dos indivíduos frente às estruturas políticas. Nesse sentido, o conflito social, entre nós, não ganhara terreno propício para que a concepção esposada por Wilson (1992), na qual valores e crenças são compartilhados, e a formação política nacional depende do pano de fundo cultural, fosse disseminada no tecido social. Que, por fim, daria margem ao desenvolvimento daquele indivíduo socializado em um ambiente cívico-participativo.

⁴ Mas o modelo de Marshall sofreu algumas revisões teóricas – justamente por ser um modelo auto-referido a um contexto muito particular. Bryan Turner (1995) lembra que a maneira como se dá o processo de organização do espaço público de uma sociedade está referida a uma organização da própria cultura. Esta, por conseguinte, se refletirá no avanço dos direitos de cidadania. Os processos particulares de cada Estado-nação na via da modernização implicam, para Turner, em diferentes formas (“ativa” ou “passiva”) de desenvolvimento e ampliação do exercício da cidadania social. A forma “ativa” implicaria numa organização seqüencial da cidadania, feita através da mobilização da sociedade civil organizada num espaço público consolidado (são as variantes inglesa, francesa e norte-americana); enquanto que a forma “passiva” implicou, como no caso germânico, numa ‘modernização conservadora’ e numa ampliação da cidadania ‘de cima para baixo’. O ponto importante a ressaltar nessas reflexões diz respeito à importância dada aos processos culturais e políticos de cada nação. Turner nos diz que, “*the transfer of sovereignty from the body of the king to the body politic of citizen is thus a major turning point in the history of western democracies, because it indicates a major expansion of political space, indeed the creation of political spaces*” (TURNER, 1995).

3.1.2.

Uma reflexão sobre a evolução e o desenvolvimento da cidadania no Brasil

No Brasil, se as narrativas produzidas ao longo de décadas de reflexão sobre o processo de modernização procuram ressaltar nossa *malaise* política e social, como se percebe em Oliveira Vianna (1987), ou apontar nossas diferenças com outras modalidades de colonização ibero-americana (como a espanhola), segundo Holanda (1999), o fato é que seríamos caracterizados por uma congênita formação cultural deixada entre nós pelos colonizadores. Importaria, nesse sentido, caracterizar nossa inautenticidade em termos de produção de sólidas bases de solidariedade social e de reconhecimento político. Ao caracterizar a passagem para uma ordem burguesa no Brasil, como um caso de “revolução sem revolução”, Luiz Werneck Vianna afirma que a independência fora obra,

“de um Piemonte sem rivais significativos, internos e externos, que não sofria a oposição de um Vaticano, de potências estrangeiras – aliás, estava associado à maior delas –, de uma cultura política de cidades-Estado e de uma aguerrida presença jacobina, e que, por isso mesmo, podia conceber sua realidade como uma matéria-prima dócil à sua manipulação” (WERNECK VIANNA, 2004, p. 44).

A obra de Oliveira Vianna (1987) é, sem dúvida, neste sentido, uma de nossas observações, ao mesmo tempo, mais vivaz e crítica acerca da ausência de uma identidade cívica solidamente estruturada na base da sociabilidade brasileira. Em que pese suas afirmações de que *“esse ermo está povoado”* (VIANNA, 1987, p. 113), o autor contrapõe nossa *malaise* de formação social, política e econômica (o Brasil real) às instituições de origem anglo-saxãs; em verdade, um país que importava os modelos de instituições de um outro solo, e que, por isso mesmo, não encontrava terreno propício à efetivação de uma sociedade democrática tal como vivenciada pelas *towns* americanas. Entre nós, segundo Vianna, faltariam os *“institutos de solidariedade e cooperação, principalmente de solidariedade e cooperação vicinal, tão comuns e numerosos entre os velhos povos ocidentais”* (VIANNA, 1987, p. 149); o que, em última instância, daria abrigo ao nosso quadro social incompleto.

Os contornos da formação rural brasileira, para o autor, conferem a regência de um estilo de modernização calcada no feudalismo como ordem. Assim, a organização clânica da sociedade realiza uma espécie de solidariedade “*em torno do senhor rural*” (VIANNA, 1987, p. 133), não conhecendo o homem comum a formação do espírito do *self-government*, “*essa grande escola de capacidade para a vida municipal que nos falta inteiramente*” (VIANNA, 1987). Tal como em Holanda (1999), para quem o “patriarcalismo” reinante na sociedade brasileira seria causa de uma incompleta separação entre o público e o privado, em Vianna,

“*Depois da solidariedade parental, tão enérgica ainda hoje nas zonas sertanejas, é o clã fazendeiro a única forma militante de solidariedade social em nosso povo. Entre o chefe e o seu clã se forma uma espécie daquilo que Joaquim Nabuco chamou, uma vez, de ‘tribo patriarcal isolada do mundo’. Tamanha é entre um e outro a comunidade de sentimentos e o espírito de obediência e união*” (VIANNA, 1987, p. 145).

Portanto, o período que vai da transição do trabalho livre até a proclamação da república, consolida nossa via de “modernização autoritária” (REIS, 1982, p. 337). Seria esta a chave de leitura apontada por Vianna, que aposta na construção de um Estado corporativista, sem o qual a *nation-building* não encontraria sentido. Podemos ainda contar o fato de que nossa República fora inaugurada sem a participação do elemento rousseauiano da vontade geral; ou, tal como ressalta José Murilo de Carvalho, “*o povo assistiu bestializado à proclamação da República*” (2001, p. 14, grifo meu).

Essa versão de nossa construção nacional não deixou de causar impactos expressivos na sociabilidade do homem comum e na forma como este se relacionaria com o Estado. Ao lado da obra consagrada de Vianna, *Raízes do Brasil* – publicada em 1936 –, de Sérgio Buarque de Holanda (1999) pode ser considerada uma das grandes interpretações dos caminhos e descaminhos da formação do caráter nacional brasileiro.

As formas específicas de sociabilidade que matizam a formação identitária e o caráter nacional brasileiro constituem, para Holanda, nossa ambigüidade original: o “novo”, a modernidade, se instaura associado a um elemento de tensão permanente que não se dissolveu com o momento republicano. Com isso, o

tradicionalismo ibérico criou raízes profundas na formação de uma sociedade dos indivíduos. Em contraposição a ética protestante (que capacitou, no sentido weberiano, a organização de um *self-government* individual pautado pela racionalidade e pela idéia de “vocação”), o “personalismo ibérico” agenciou uma cultura de aversão à ética do trabalho. Para Holanda, a falta de organização associativa, de coesão de interesses e de racionalização da vida, aliada ao personalismo que se afasta do individualismo moderno e a um autoritarismo como forma de organização do tecido social, formam a noção de “desordem”, fruto da matriz portuguesa – tradicionalista e autocrática.

Para Holanda, interpretar o sentido atribuído à idéia de “*revolução lenta*” seria compreender as condições sócio-culturais pelas quais evoluíram nossas estruturas nacionais. Os principais pontos, nesse sentido, são: a concepção buarquiiana de cordialidade e a relação do brasileiro com as esferas pública e privada. Entendo que, para Holanda, a consideração sobre esses dois pontos – e seu impacto na *nation-building* –, constituem a marca registrada que conformaram as amarras de nossa modernização.

Ao referir-se à “*cordialidade*”, Holanda busca enfatizar uma característica marcante do modo de ser do brasileiro: a dificuldade de cumprir os ritualismos sociais rigidamente formais e pessoais. A cordialidade passa, segundo o autor, a caracterizar um tipo de “*mentalidade*” que estrutura uma norma de conduta baseada na gentileza e na amizade. Para Holanda,

“a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definitivo do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal” (HOLANDA, 1999, pp. 146-147).

Holanda acredita que a cordialidade funciona como uma cápsula protetora, uma estratégia de sobrevivência na sociedade – lembrando que a postura cordial desindividualiza o sujeito, transformando-o em “*pessoa*”⁵. Por isso mesmo,

⁵ Vale ressaltar que, Roberto DaMatta, em *Carnavais, malandros e heróis*, procura trabalhar com a distinção criada por nós entre “*indivíduo*” e “*pessoa*” (DAMATTA, 1997, pp. 218 e ss.). Assim, o Brasil comporia duas ideologias dominantes: a hierárquica e a igualitarista. Na tela da lei, o Brasil

segundo Holanda, pela impossibilidade de auto-afirmar-se pelas suas próprias forças como indivíduo,

“no homem cordial, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros” (HOLANDA, 1999, p. 147).

A cultura da personalidade, crítica de Holanda voltada ao “personalismo ibérico” e à falta de ordenação e racionalização quanto à organização da vida republicana, se ligariam à dificuldade em desligar-se dos vícios da sociedade patriarcal, resquícios daquilo que irá chamar de “*moral das senzalas*”. Nesse sentido, na análise de Holanda, há uma avaliação do quanto a formação de uma sociedade patriarcal e escravocrata foi contaminada por diversificados vícios, que se estendem da vida social cotidiana à vida política nacional.

“Sinuosa até a violência, negadora de virtudes sociais, contemporizada e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, ‘moral das senzalas’ veio a imperar na administração, na economia e as crenças religiosas dos homens do tempo” (HOLANDA, 1999, p. 62).

Segundo o autor, esse tipo social criou, conseqüentemente, as dificuldades em separar, a partir de uma racionalização dos espaços sociais, o público e o privado. Sendo o Brasil tributário de uma estrutura de fundo arcaica, as estruturas modernizantes foram encapsuladas pela ordem patriarcal:

“O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, (...), onde prevalecem necessariamente a preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando (...) o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os

‘não deixaria nada a desejar’ em relação aos povos democráticos, porém nas relações de sociabilidade, entre o público e o privado, nosso país tenderia ao gosto pelo informal, pela falta de rigidez nas leis e, finalmente, seguindo Holanda, a preservação do “rígido paternalismo” na cultura política (HOLANDA, 1999, p. 85).

homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1999, p. 82, grifos meu).

Assim, segundo Holanda, a “*família patriarcal fornece o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados*” (1999, p. 85). Sem dúvida, o modelo do patriarcalismo, na visão do autor, tem um forte impacto na formação de nossa cultura e identidade nacional. Seria, portanto, nossa modernização uma derivação do fato de ter prevalecido, desde a colônia, o princípio de autoridade incontestada da vida doméstica? As sementes plantadas, entre nós, pelos portugueses criaram raízes inconfundivelmente originais e distintas do processo civilizatório ocidental? Para Holanda, as esferas da cultura e da política se contaminariam com as heranças rurais:

“Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplicas. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. (...) Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas pela península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias” (HOLANDA, 1999, pp. 80 e 81).

Holanda acredita que os ideais da Revolução Francesa e do liberalismo foram, de fato, uma bandeira para alguns de nossos intelectuais entre a marcha para a independência e a proclamação da república – assim como foram referências importantes para as nações “ibero-americanas”. Porém, como o “personalismo” conseguira abolir as resistências liberais, transformando o receituário democrático num mero disfarce, uma máscara, em si, entre o Brasil colônia e o republicano, nossa política continuaria a resistir a uma grande transformação. Existe, segundo o autor, um “elo secreto” entre a abolição e a proclamação da república que, sem delongas, pode ser considerado,

“uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda nossa vida nacional. (...) A grande revolução

brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século” (HOLANDA, 1999, p. 171).

Essa “revolução lenta” não foi uma grande ruptura modernizante. Estabeleceu-se, entre os ‘atores da mudança’, a cláusula do conservar-mudando – ou a regra da elite dirigente –, a qual pôde deixar intacta certas estruturas de poder e mando em nossa cultura política. Na esfera econômica, o quadro não seria diferente. Se, por um lado, vimos a insuficiência da “via americanista” entre nós, por outro, nossa modernização econômica foi realizada pela resistência à mera substituição de um tipo de política agrário-exportadora (o açúcar) por outra (o café):

“O resultado é que o domínio agrário deixa, aos poucos, de ser uma baronia, para se aproximar, em muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial. (...) O fazendeiro que se forma ao seu contato torna-se, no fundo, um tipo cidadão, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constitui, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio” (HOLANDA, 1999, p. 175).

Em certa medida, Holanda tem como referência a formação do “*one-self made man* burguês” weberiano⁶. Porém, para analisar o Brasil, o fato de se preservar entre nós, no âmago da cultura política, o “espírito do Brasil imperial”, deixaria a “*imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros*” (HOLANDA, 1999, p. 177). Nossa modernização conservadora, previne Holanda, seria fruto de processos “caudilhescos”. Cabe anotar que, como fenômeno que surge nos países ibero-americanos pós-independência, o caudilhismo se constitui como uma resposta à falta de uma organização política nacional: como não havia um governo organizado, os homens poderosos destes locais – os *estancieros*, as oligarquias tradicionais – se autonomearam líderes políticos. As conseqüências de nosso processo de modernização, organizado por nossos caudilhos, deixaria marcas profundas na formação da identidade política e nacional.

⁶ Essa caracterização do indivíduo moderno como “*one self-made man* burguês” encontra-se na obra de Max Weber (2004).

Holanda acaba por associar a “nossa revolução” a transformações epidérmicas, que, necessariamente, não impactariam nas estruturas da sociedade brasileira. Se, por um lado, efetuamos uma revolução a partir da abolição da escravatura, por outro, não pudemos deixar de conservar na cultura da sociedade os traços do personalismo e do cordialismo⁷

Assim, seguindo os diagnósticos de Vianna e Holanda, o que importaria perceber nesse processo é a falta ou ausência de *conflito* – base fundamental para a construção nacional de uma ordem democrática. Entre nós, percebe-se pela leitura de *Populações Meridionais do Brasil* e *Raízes do Brasil*, esta categoria necessária ao debate aberto e público para a construção e desenvolvimento de um ambiente democrático, fora percebida como insignificante, ou ainda perigosa, se vista pelo ângulo da elite dirigente e dominante.

O ponto aqui colocado é que, vista pelo ângulo histórico, de fato a experiência dos brasileiros com os valores democráticos e republicanos é recente, posto que houve variadas e duras experiências de interrupção de institucionalização desse regime (1937-1945 e 1964-1985).

Assim é que na história da construção da cidadania brasileira, o pólo estatal esteve na dianteira, numa via de concessão de direitos ‘de cima para baixo’. A qualificação, portanto, da categoria *povo* estaria associada a uma massa informe de pessoas – e não de *indivíduos* – que não constroem vínculos associativos, senão via chancela do Estado. Na reconstrução da evolução seqüencial dos direitos de cidadania no Brasil, Carvalho (2002) coloca que a construção de nossa democracia teve (e ainda tem), numa de suas marcas, o esforço de lidar com um fenômeno complexo, histórica e politicamente definido: a expansão dos elementos da cidadania social. Apoiado no trabalho de construção histórico-conceitual de Marshall (1967), Carvalho recompõe a ordem em que aquele autor demonstra a evolução seqüencial-etapista (cronológica) na qual os direitos de cidadania foram conquistados na Inglaterra, e ressalta que:

⁷ Por isso mesmo, para Holanda, a “via americana” – embora plantada na construção de nosso tipo *yankee*, como André Rebouças e o Visconde de Mauá – nunca foi uma solução buscada pelos atores estabelecidos (nossos caudilhos). Assim, afirma o autor, que “o americano ainda é interiormente inexistente” (HOLANDA, 1999, p. 172).

“O percurso inglês foi apenas um entre outros. A França, a Alemanha, os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção. Para dizer logo, houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na seqüência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros” (CARVALHO, 2002, p. 11-12).

Outros autores elaboram uma análise sobre essa tutela dos direitos de cidadania pelo Estado. Wanderley Guilherme dos Santos (1979) concebe o conceito de “cidadania regulada”, para quem o reconhecimento de “*membership individual*”, que confere a participação do cidadão na “herança social” – referida na concepção marshalliana –, somente seria possível devido à inserção no sistema trabalhista. Para o autor, “*a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei*” (SANTOS, 1979, p. 75). Este argumento expõe o que Leôncio Martins Rodrigues denomina de nosso modelo de “corporativismo estatal”. Neste autor, encontramos a perspectiva da construção da cidadania social centrada,

“[no] papel desempenhado pelo Estado no estabelecimento das estruturas sindicais e na organização compulsória das ‘classes produtoras’. (...) o Estado concede aos sindicatos (de empregados e empregadores) o direito de representar os interesses dos grupos profissionais e econômicos, quer dizer, das categorias” (RODRIGUES, 1990, p. 59, grifos meus).

A antecipação dos direitos sociais em contextos autoritários – flagrantemente produzindo uma atrofia nos elementos civil e político dos direitos de cidadania –, como demonstrou Carvalho (2002), introduzindo em nossa cultura política aquilo que Santos (1979) e Rodrigues (1990) denominaram de “*cidadania regulada*” e “*corporativismo estatal*”, respectivamente, pôde ser percebido por outros autores de nossa tradição intelectual como marca de um mal-estar congênito em nossa formação. A relação entre Estado e a classe trabalhadora, como mostra Angela de Castro Gomes (2005), seguiu sempre uma lógica material: troca de benefícios (ou, de direitos sociais), por obediência política. O Estado atrelou – desde 1933-34 – a carteira de trabalho, uma conquista de direitos dos trabalhadores, e a representação classista à condição de ‘trabalhador

sindicalizado’: “Só *‘quem tem ofício’* – quem é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – *‘tem benefício’*” (GOMES, 2005, p. 179, grifos da autora). Nessa medida, como já vimos em Vianna e Holanda, o trabalhador, o cidadão, não tinha alcançado sua autonomia como mecanismo para *estar* e *ser* representado na luta pelos seus direitos fundamentais. Segundo Santos,

“a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos do cidadão são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal” (SANTOS, 1979, p. 76, grifos meus).

O corporativismo estatal era a regra que aprisionava cidadãos e entidades de classe na lógica da elite dirigente:

“De um lado, existia um sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho, composto por entidades em parte reais e em parte fictícias, e, de outro, havia sindicatos que, mesmo tendo o reconhecimento oficial, permaneciam sob o controle de lideranças de esquerda. Evidentemente, havia associações indefinidas e outras onde o confronto era aberto, mas elas estavam fadadas a ser absorvidas por um ou outro grupo” (GOMES, 2005, p. 176).

O argumento que está sendo colocado indica o fato de as possibilidades de exercício da cidadania social (ter acesso a benefícios sociais, compartilhar de uma identidade cívica participativa) estarem vinculadas ao pólo estatal. Nessa esteira, ou seja, desses diagnósticos de nossa *malaise* de formação, podem ser retomados aqueles argumentos retóricos que Albert Hirschman (1992) denominou de “*tese da futilidade*” e “*tese da ameaça*”. Seguindo a tipologia de evolução dos direitos de cidadania, exposta por Marshall (1967), Hirschman afirma que estes argumentos retóricos foram utilizados pelas elites políticas conservadoras no sentido de emperrar o avanço de reformas ou mudanças sociais. Segundo o primeiro argumento, todas as tentativas de transformação social serão infrutíferas, “simplesmente não conseguirão ‘deixar uma marca’”; já a segunda tese, coloca que todo custo de reformas ou mudanças radicais na estrutura estatal (ou do relacionamento entre sociedade e Estado) “é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior” (HIRSCHMAN, 1992, pp. 15 e 16).

Esses diagnósticos acerca de nossa formação social e política, ancorados pelas ‘retóricas da intransigência’, deixam claro a dificuldade de legitimação de um regime democratizante entre nós, além daquilo que Samuel Huntington (1975, p. 47) denominou de “*institucionalização da participação*”, ou seja, a canalização das demandas sociais pelos governos, alicerçada por organizações vicinais de representação de interesses que, conseqüentemente, criam um maior controle do governo pelo povo.

É importante, neste momento, lembrar que se “*os conflitos aumentam a coesão social*” (HISCHMAN, 1996, p. 270), eles decorrem de três pontos básicos. Primeiro, eles são freqüentes e “assumem grande variedade de formas”; segundo, prestam-se a soluções conciliatórias e fomentam a “negociação”, ou a discussão; finalmente, soluções construídas no debate, negociação ou discussão nunca representam soluções definitivas (HIRSCHMAN, 1996, p. 274). Neste sentido, a sociedade brasileira, não somente para nossos autores consagrados, mas para uma variedade de outras reflexões atuais, possui em seu caráter formativo essa distinção essencial do conflito como pilar da constituição de nossa ordem democrático-liberal.

Após a intermitência entre surtos de autoritarismo e de democratização, a partir da década de 1980 o Brasil passa a vivenciar uma outra fase de “habituação democrática”. Entre as décadas de 1980 e 1990, diversos cientistas sociais começaram a abordar o tema da democracia brasileira como um processo de longa duração: estável, no que se refere ao sistema político (eleições livres e idôneas, competição entre partidos políticos), e que vai ganhando novas formas de relacionamento do homem comum com as instituições políticas. Portanto, a regulação do conflito, como colocado por Hirschman acima, agora passa pela ampliação da esfera pública, onde Estado e sociedade dialogam as diversificadas formas com que políticas governamentais serão desenhadas para o incremento da cidadania.

Em termos de garantias do devido ‘reconhecimento social’, Vera Telles acredita no que chamou de “*nova contratualidade*” como nova medida de igualitarismo e civilidade nas relações sociais (TELLES, 1994, p. 98). Essa nova dimensão da sociabilidade entre os brasileiros se esboçaria numa reinvenção da articulação entre o privado e o público, sendo um dos exemplos mais notórios

dessa transformação a ocorrida na esfera das relações do homem comum com o Direito. Muito antes de se esboçar como “colonização do mundo da vida” – na expressão já consagrada de Jürgen Habermas – o Direito fomentaria agendas públicas, “*pactuando o sentido de uma modernização necessária*” (TELLES, 1994, p. 99). Continua Telles, citando o exemplo da questão ambiental:

“Em outro registro, é isso também o que sugerem lutas sindicais que incorporam a questão do meio ambiente e qualidade de vida, bandeira que não é apenas um item a mais na agenda de reivindicação, pois faz referência a uma noção de bem comum, opera com uma medida de valor que estabelece um jogo inédito de identificações com moradores e populações afetadas por empresas poluidoras e define uma ordem de responsabilidade que se abre a uma negociação possível entre poderes públicos, empresas, sindicatos e entidades civis” (TELLES, 1994, p. 99).

O conflito é compreendido como um jogo natural que nasce de um ‘espaço público de sociabilidade democrática’, criando uma regra de igualdade que se torna necessária para a real percepção da própria igualdade como direito. É no espaço público – ou, para utilizar a referência de Nancy Fraser (1999), nos “*espaços públicos*”⁸ – que as múltiplas, diversificadas e plurais questões podem aparecer, fomentando a possibilidade do reconhecimento social. Ou seja, a aposta de autores como Telles, por exemplo, é no reconhecimento social e político entre iguais com demandas diferentes. O que a autora está trazendo, em sua argumentação, são as novas formas de sociabilidade e organização política, abertas pelas novas agendas político-sociais pós-1988. Este procedimento favorece a construção esclarecida de como operam os direitos, e como estes passam pela esfera de uma prática psicossocialmente internalizada, além das estruturas da linguagem e da representação.

Os conflitos passam, portanto, por uma nova esfera – contida na “nova contratualidade” –, a da “*justificação cívica*” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991), um dos registros de “*justificação pública*”, baseada na vontade coletiva e

⁸ Para que Fraser lance mão da idéia de que podem existir “*esferas públicas*” em competição, ela está considerando que “*in fact, the social inequalities among the interlocutors were not eliminated but only bracketed*” (FRASER, 1999, p. 119). O fato de que as desigualdades entre participantes da esfera pública não possam ser eliminadas, não quer dizer que não possa haver discussão e deliberação nestes espaços. A diversidade (ou a “diferença”) pode, segundo Fraser, fazer com que “*multiple publics*” surjam como um modo de “*parallel discursive arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs*” (FRASER, 1999, p. 123).

na igualdade. Para os dois autores mencionados, esse estilo de *justification* conduz os indivíduos para mais além de situações meramente concretas nas quais estão envolvidas. É na dinâmica da sociedade civil que podem ser construídas essas maneiras de lidar com o conflito como forma natural da construção democrática, entendida,

“como invenção histórica (e política) que depende de espaços públicos democráticos nos quais a pluralidade das opiniões se expressa, nos quais os conflitos ganham visibilidade e as diferenças se representam nas razões que constroem os critérios de validade e legitimidade dos interesses e aspirações defendidos como direitos” (TELLES, 1994, p. 101).

Assim, a dificuldade em transitar da esfera privada para a pública – típica dos argumentos de Vianna – não mais se encontraria com aquela *malaise* que incapacitaria o povo na mobilização pelo bem comum. Antes, seria por outras vias – uma delas institucional, ou os novos usos que os cidadãos têm feito da esfera do Direito⁹ – que o republicanismo estaria ganhando corpo na estrutura de sociabilidade dos brasileiros, ganhando com isso a “*habituação democrática*” (MOISÉS, 1995); ou seja, a interiorização de virtudes que caracterizariam um tipo brasileiro de *homo civicus*.

3.2.

Nação e cidadania na visão da juventude do Rio de Janeiro

Em que medida os jovens participantes da pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania* podem ser inscritos na categoria de “cidadãos críticos”? É possível, a partir dos dados coletados, afirmar a presença desse ‘tipo brasileiro de

⁹ Atualmente existe uma vasta literatura que procura abordar as novas formas de democratização do ‘acesso à justiça’. Devido, em grande parte, às “ondas de democratização”, o que vem sendo chamado de ‘judicialização da política e das relações sociais’ se caracteriza pelo protagonismo do Judiciário diante dos conflitos sociais. Ou seja, na falta de instituições públicas (como o Legislativo) que respondam a conflituosidade no tecido social – questões como: meio ambiente, relações consumeristas, entre outras – o “terceiro gigante”, na expressão que Mauro Cappelletti, toma para si essa carga de questões. Podemos citar os autores e obras, como exemplares dessa nova abordagem de estudos: Chester Neal Tate e Torbjorn Vallinder (*The global expansion of judicial power*, New York, New York University Press, 1995); Mauro Cappelletti (*Juízes legisladores?*, Porto Alegre, Fabris Editor, 1999); Antoine Garapon (*O juiz e a democracia: o guardião da promessas*, Rio de Janeiro, Revan, 1999); Luiz Werneck Vianna et. all. (*A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, Revan, 1999).

homo civicus? Por fim, em que medida esses jovens se identificam com os ideais de *liberdade e igualdade*; em que medida eles conectam estes princípios com o desenvolvimento atual dos direitos de cidadania? Estas são as principais questões que norteiam a parte final deste capítulo, no qual deixaremos que a empiria dialogue com as informações coletadas nas interpretações clássicas e contemporâneas do desenvolvimento de nossa comunidade nacional.

Em uma primeira abordagem dos dados, separamos as respostas que os jovens deram à pergunta sobre *nação*; ou o que compreendem por este termo. Na sua grande maioria, os jovens têm a consciência de que a idéia de nação está associada ao compartilhamento de valores comuns e de uma historicidade e cultura próprios. Muito embora exista um residual na rede pública de ensino (4,3% e 9,1%, respectivamente) que consideram que nação é “algo distante que não me diz respeito” e que “só me interessa para viver minha vida” – fato esse que não passa despercebido, justamente pelo fato de que é uma faixa de estudantes que é atingida por inúmeras carências, como se verá mais adiante –, é de se notar que esses jovens estejam associando a idéia a uma comunidade de interesses compartilhados.

TABELA 5
DEFINIÇÃO DE NAÇÃO

Definição de nação	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública “excelência”	Rede particular
É compartilhar cultura, história e valores	85,4	91,5	93,1
Algo distante que não me diz respeito	4,3	2,3	0,7
Só me interessa para eu viver minha vida	9,1	3,3	1,6
Outros	1,1	1,9	4,6
Não respondeu	-	0,9	-
Total	100,0	100,0	100,0

Por outro lado, se esses jovens conseguem captar o sentido essencial da idéia de nação, no que se refere à construção da identidade nacional compartilhada, eles percebem a questão a partir de, pelo menos, quatro ângulos de análise, que problematizam a simples abordagem da conceituação do termo nação.

TABELA 6
SENTIMENTO DE NAÇÃO

Que sentimento você tem pelo país?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública “excelência”	Rede particular
Orgulho	31,7	30,0	32,5
Vergonha	17,4	23,9	14,0
Indiferença	22,3	8,0	6,6
Inquietação	26,6	29,6	38,0
Outros	1,1	8,0	6,9
Não respondeu	0,9	0,5	2,1
Total	100,0	100,0	100,0

O primeiro aspecto importante a ressaltar diz respeito a um misto “patriotismo e orgulho” e “indignação e decepção”. Enquanto nas primeiras idéias, os jovens se sintam orgulhosos com certas características expressivas do povo brasileiro – esse ponto ficará mais claro adiante –, o segundo grupo está claramente associado ao campo da política e das instituições:

“Comigo é um pouco de patriotismo e indignação também. Você [vê] esses escândalos de corrupção aí; você fica com vontade de mudar tudo, mas sem saber como” (Colégio da rede particular).

“Dependendo do assunto pode ser orgulho ou pode ser uma decepção. Orgulho seria o esporte e a personalidade do povo brasileiro. Decepção seria a política... mais ou menos isso” (Colégio da rede particular).

Um segundo sentimento que sobressai (*vergonha*) está, igualmente, associado aos representantes e gestores públicos. Estejam associados ao cuidado com direitos difusos (por exemplo, o meio ambiente) ou aos direitos sociais

(saúde e educação), a visão dos jovens é de falta, ausência da presença do Estado no provimento e manutenção da cidadania social. A percepção é, também, de que a corrupção deixa entrever um sentimento de desamparo onde, no limite, é “o povo [que] se dá mal”:

“Não tem nada de bom aqui, só a natureza, mas nem isso se cuida direito”
(Colégio da rede pública).

“Eu também sinto vergonha na saúde, na educação...” (Colégio da rede pública).

“Vergonha. Políticos que roubam e continuam no poder, roubando” (Colégio da rede particular).

“Os políticos se dão bem e o povo se dá mal” (Colégio da rede pública).

A recorrência sobre o tema da educação, indicada anteriormente, aparece na fala abaixo, de um estudante da rede pública de ensino. O que está sendo colocado é a falta de identificação dos brasileiros com sua própria nação, devido ao fato de que não há uma educação (podemos colocar, pedagogia cívica) que leve os indivíduos ao sentimento de identidade compartilhada:

“Mas é um país que os próprios brasileiros não reconhecem, porque isso depende da educação que se dá (...)” (Colégio da rede pública).

À este fato também podem ser relacionadas as percepções de que, muito embora o Brasil demonstre inúmeras potencialidades para crescer e se desenvolver, a falta de um planejamento (ou de sustentabilidade nas políticas governamentais) e de consciência política enraizada na cultura democrática do homem comum, dificultam ainda mais uma visão positiva de nação entre esses jovens:

“Eu acho que o Brasil tem um grande potencial, tem tudo o que precisa, mas os governantes pensam muito a curto prazo; o Brasil, não tem um planejamento, uma coisa a longo prazo” (Colégio da rede particular).

“O povo não tem consciência política como tem em outros países. É uma coisa da cultura. Como é que ele pode ter influência sobre o governo se ele não sabe o que está acontecendo” (Colégio da rede particular).

Finalmente, no que se refere ao sentimento de nação, o *orgulho* apontado pelos jovens na tabela acima, não está vinculado a um fator de construção nacional. Antes, o orgulho se associa as belezas naturais e as características de “cordialidade” (para tomar emprestada a expressão de Holanda) do povo brasileiro:

“Eu gosto muito do povo brasileiro que é um povo carinhoso. É amigo. Se compararmos com a Europa, por exemplo, lá todos são muito sérios, cada um tem sua vida, são muito privados. O brasileiro não” (Colégio da rede particular).

“O povo brasileiro, acho até que a maioria dos outros países vê, é um povo muito alegre, que está sempre sorrindo, divertido. Não só o povo, mas também os lugares, a paisagem é maravilhosa. O Rio de Janeiro, por exemplo, é um lugar que eu tenho orgulho de morar. Muita gente vem pra cá, fica lotado no carnaval. É um orgulho” (Colégio da rede particular).

Podemos dizer, em linhas gerais, que a avaliação dos jovens a respeito da *nation-building* é constituída por uma mescla de crença na comunidade nacional (nos valores e história compartilhados, além da “esperança” no futuro) e ceticismo (implicando num permanente sentimento de dúvida e desconfiança quanto às vias escolhidas pelos representantes para fomentar o desenvolvimento nacional). Essa percepção da juventude coloca um importante desafio em relação à construção e ao desenvolvimento dos direitos de cidadania. Esse desafio já fora sentido pelos jovens quando se pediu que elencassem o significado de “ser cidadão” no Brasil. A tabela abaixo, em que fora perguntado o que é “ser cidadão” no Brasil, demonstra a variedade, e a extrema dificuldade do jovem de apontar para uma definição de *cidadão*.

Enquanto uma maioria dos estudantes das redes de ensino pública de “excelência” e particular (45,1% e 33,6%, respectivamente) faz referência a “participação política e social” como elemento central do cidadão, na rede pública essa visão é minoria e 20,6% aponta para o fato de que “ser cidadão” é uma “ilusão”. Essa percepção da juventude que vive a realidade da rede pública pode ser associada à visão, exposta no capítulo anterior, de total “insegurança” na definição de ser jovem no Brasil. É também ilustrativo o fato de que alguns jovens tenham apontado para o fato de que “exercer cargo político” estaria associado a inscrição do indivíduo como cidadão (18,3% na rede pública de ensino e 21,7%

na rede particular); a associação entre consumismo e ser cidadão também tem alguma relevância para alguns jovens: 31,1% na rede pública de ensino e 19% na rede particular apontam para esta relação. Quanto ao consumismo, pode-se perceber que, para algumas camadas, o fato de poder obter bens de consumo (os mais variados possíveis) confere um *status* social, que tece um link entre as duas idéias (cidadão – consumidor)¹⁰. É o que ressalta bem um dos jovens da rede particular de ensino:

“O que todo mundo vê todo dia na televisão é o consumo. E todos querem consumir, só que uns evidenciam isso não no ato, mas na impossibilidade”
(Colégio da rede particular).

TABELA 7
SER CIDADÃO NO BRASIL

Ser cidadão é...	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública “excelência”	Rede particular
Exercer cargo político	18,3	0,5	21,7
Participação política e social	17,7	45,1	33,6
Ser consumidor	31,1	8,5	19,0
Ilusão	20,6	2,8	10,1
Ser honesto	7,1	15,0	6,4
Difícil no Brasil	5,1	26,8	8,7

Ao expressar sua opinião sobre *cidadania*, os jovens abordam o assunto, principalmente, através de duas óticas: uma está relacionada a ter consciência dos próprios direitos (saber quais são eles e como fazer para garanti-los), fato que, ao mesmo tempo, esbarra no problema da pedagogia cívica, ou melhor, em um treinamento para a cidadania. Nessa via, em outra chave de percepção, os jovens

¹⁰ As pesquisas de Néstor García Canclini são muito claras neste sentido, ao mostrar como os cidadãos do século XVIII (inscritos já nas garantias dos direitos de cidadania) foram se transformando em consumidores (de diversificados produtos, além da própria cidadania). Ver a este respeito: *Consumidores e cidadãos*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

apontam para a falta de um maior nível de conhecimento a respeito dos seus direitos:

“É você fazer alguma coisa pelos seus direitos, você exigir seus direitos, Saber quais são seus direitos. Eu acho que a grande maioria das pessoas não sabe sobre os deveres e direitos” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“Eu acho também que as pessoas não sabem os seus direitos. Nem eu mesma sei os direitos e deveres que eu tenho. Nem eu sei!!!” (Colégio da rede pública).

“Se eu tivesse consciência dos meus direitos, se a sociedade como um todo tivesse consciência dos seus direitos eu acho que a gente não teria tantos problemas com a política quanto temos hoje” (Colégio da rede pública de “excelência”).

Fato interessante de se notar na fala desses jovens é a consciência crítica de que, se os brasileiros “sabem” sobre seus direitos, isso não impede que algumas coisas se resolvam pela margem da lei. Esses jovens são bem claros, como nas falas abaixo, quando associam uma visão de sociedade e cidadania calcada em normas, leis e regras que levam à sociabilidade cívica:

“Eu acho que o brasileiro não sabe o que é cidadão. Porque no momento em que você sonega um imposto, que você avança um sinal e joga lixo na rua, você não está sendo um cidadão” (Colégio da rede particular)

“Se você vive numa sociedade e essa sociedade é ditada por umas leis, todas as pessoas dessa sociedade têm que saber essas leis pra elas viverem” (Colégio da rede particular)

O “*jeitinho brasileiro*”, apontado por DaMatta (1997), pode ser também aqui apontado como um dos modos de navegação social pelos quais os brasileiros aprendem os códigos da moralidade pessoal – antítese da lei em seu sentido universalizante e igualitarista¹¹. Nesse sentido, fato de se perceberem em uma sociedade que é cada vez mais individualista, mitigaria a falta de visão cidadã: cada indivíduo persegue cegamente o seu bem-estar, não pensando no “bem comum”.

¹¹ Segundo DaMatta, “a astúcia, por seu turno, pode ser vista como um equivalente do jeito (ou do jeitinho) como um modo estruturalmente definido de utilizar as regras vigentes na ordem em proveito próprio, mas sem destruí-las ou coloca-las em causa” (DAMATTA, 1997, p. 291).

“Eu acho que as pessoas sabem, mas sabendo ou não elas passam por cima deles, [dos direitos]. Por exemplo, policial, policial sabe os deveres e os direitos dele, mas pô, ele é que passa o exemplo, sabe? Ele é o primeiro a se tornar corrupto, sabe?” (Colégio da rede pública de “excelência”)

“A gente vive numa sociedade individualista. O político lá rouba porque quer o dinheiro pra ele. Ele não pensa no bem comum. Aí, a cidadania é ajudar o próximo, ajudar a melhorar a sociedade” (Colégio da rede particular)

Por outro lado, existem novas maneiras pelas quais os indivíduos procuram representar e garantir a cidadania. Tal como demonstrou Jurgen Habermas, o “*agir comunicativo*” – que se opõe a uma racionalidade estritamente instrumental –, entendido como nova faceta representacional da sociedade e de se pensar as mediações necessárias para garantia dos direitos, funciona como ações orientadas para o “*entendimento mútuo*” (HABERMAS, 2003, p. 167). Assim, esse novo olhar para a questão da cidadania pode ser muito bem apreendido na seguinte fala de um estudante da rede pública de “excelência”:

“Bom, de duas coisas que eu acho interessante da cidadania: uma é você ter direitos e ter consciência desses direitos; outra coisa é você parar pra pensar em como agir para garantir seus direitos. Claro que temos deveres, mas esses deveres fazem parte dessa forma de agir para garantir que todos tenham garantidos seus direitos básicos para terem uma qualidade de vida básica. Então cidadania pra mim é mais do que ter direito e dever. É você perceber que essas duas coisas estão ligadas pra você ter uma sociedade em que você seja representado e que você tenha qualidade pra viver” (Colégio da rede pública de “excelência”).

Dessa forma, poder-se-ia chegar a um outro acordo societário, tal como coloca um outro jovem, estudante da rede particular de ensino:

“E exercer a cidadania hoje, seria aumentar a união da sociedade, acabar com os preconceitos, tratar todo mundo igual” (Colégio da rede particular).

Em relação aos deveres, os jovens se expressam criticamente, quando o assunto está relacionado ao cumprimento de certas normas e regras comuns. Ao mesmo tempo, eles argumentam que o desconhecimento dos deveres ultrapassa a arena privada (família), estendendo-se ao espaço público.

“Os jovens sabem muito dos direitos e deveres dentro da família, saindo dela eles pouco sabem” (Colégio da rede pública).

“É difícil cumprir os deveres aqui no Brasil quando a maioria das pessoas e dos representantes não cumpre...” (Colégio da rede particular).

O teor dessas informações é de tamanho posicionamento crítico, que a expressividade desses jovens faculta sua inscrição nas caracterizações de Norris (1999) a respeito dos “cidadãos críticos”, pois eles levam ao debate público seu posicionamento; além de estarem, como ressaltam Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991), levantando esse debate crítico e expondo-o a um tipo de “justificação cívica”. Porém, fica muito evidente o descontentamento dos jovens em relação àquela aplicabilidade dos princípios gerais norteadores de uma democracia liberal: há o “gosto, instinto e razão” por esses ideais, mas não há uma clara satisfação com o cumprimento deles pelas instituições públicas. Essa questão será abordada no próximo capítulo, onde a questão recairá sobre a questão da *confiança política*: as percepções sobre o sistema e regime democrático e avaliação acerca das instituições republicanas.

Confiança e cultura política

*“A esperança constante chama-se confiança...
O desespero constante chama-se desconfiança”*

(Thomas Hobbes)¹

A frase de Thomas Hobbes, extraída de *O Leviatã*, publicado em 1651, revela alguns ângulos importantes sobre a análise das relações de confiança nas instituições sociais estabelecida entre os indivíduos e suas instituições públicas. No ideário hobbesiano, a constituição de um Estado forte não poderia estar dissociada de um mínimo de aquiescência por parte do povo à condução dos rumos da nação pelos governantes. Em sua hipótese contratualista, um suposto “*estado de natureza*” social seria substituído pelo consenso generalizado entre os indivíduos acerca da necessidade do Estado; este se legitimaria na medida em que, entre governantes e governados, se constituísse um sistema de reciprocidade (de troca) que, conseqüentemente, enraizaria a confiança mútua. É neste sentido que, para Bourdieu,

“O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. (...) O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança” (BOURDIEU, 2004, p. 188).

Assim, o campo do político, em suas relações com os representados, se constitui numa *fides*, num compromisso firmado mutuamente nas relações de reciprocidade e confiança: “(...) o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele” (BOURDIEU, 2004, p. 188). Tomando como pano de fundo esse aspecto teórico, e analisando um conjunto de conceitos

¹ Cf. *Leviathan*, London, Penguin Classics, edited by C. B. Macpherson, 1985, p. 123 (no original: “Constant hope, confidence... Constant despayre, diffedence...”) (Edição brasileira: São Paulo, Editora Nova Cultural (Os Pensadores), 1999, p. 60).

emprestados da Sociologia Política, este capítulo tem por objetivo analisar a importância e os significados atribuídos ao conceito de *confiança nas instituições sociais* em relação às avaliações sobre a adesão e o desempenho das instituições políticas democráticas.

Será, no entanto, importante iniciar a análise deste ponto caracterizando as singularidades associadas às instituições políticas brasileiras e o impacto destas em nossa cultura política. Importa demonstrar que, muito embora o brasileiro, e mais especificamente o jovem da presente pesquisa, venha demonstrando sua aquiescência ao regime político democrático, o equilíbrio entre esta adesão à *democracia política* e a satisfação com a resolução de demandas pelo sistema político, é frágil. Em que pese nossa tentativa de esboçar um tipo ideal de *homo civicus* brasileiro, pautado pela idéia de uma maré crescente do “*cidadão crítico*”, a fragilidade do equilíbrio entre adesão e satisfação tem impacto concreto e substantivo na opinião do cidadão comum (tal como, igualmente, ficou demonstrado ao final do primeiro item do capítulo 2).

4.1.

Condicionantes da cultura política brasileira

Essa aguçada percepção, da relação de fragilidade entre adesão e satisfação com o regime democrático brasileiro, já passara sob o crivo de importantes intérpretes de nossa realidade, objeto de extensas análises sobre a construção do moderno Estado-nação. Diversos autores já mencionados no capítulo anterior, como Oliveira Vianna (1987), colocaram em foco a problemática construção daquela relação entre representantes e representados. Um passo a mais foi dado por Raymundo Faoro (1977) e Simon Schwartzman (1982) que procuraram analisar a formação e expansão de nossas modernas estruturas estatais através das permanências induzidas pela via de “modernização conservadora”. Implicaria este fato na construção de um tipo de “*Estado burocrático-patrimonial*”, misto de dominação racional-legal e alongamento de

traços da dominação tradicional², onde os interesses privados se sobreporiam aos interesses públicos³. Em seguida, abordaremos as implicações do “*patrimonialismo moderno*” na vida social brasileira, para, logo adiante, procurar contextualizar esses esboços explicativos através da percepção sobre o sistema democrático na atualidade.

Segundo Faoro, a sociedade brasileira fora moldada segundo um tipo de “*estamento patrimonialista*” oriundo de funcionários do Império – que serviam à Coroa portuguesa e, já no período republicano, do grupamento de funcionários que cercavam o chefe do Executivo. Mas, segundo o autor, esse modo específico de configuração da arena política brasileira não seria uma reminiscência do passado rural, ou ainda, um alongamento do poder dos senhores locais de terra. A máquina estatal colocada em movimento pelos “estamentos burocráticos” nunca servira aos interesses dos imperativos da dominação racional-legal; antes, corresponde a uma visão de que o poder conferido aos funcionários não é uma função pública, mas objeto de apropriação privada, privilégios concedidos aos grupos atados aos “*anéis burocráticos*” do Estado (CARDOSO, 1973, pp. 99 e ss.). Assim, o Estado brasileiro não se fundamentaria na representação dos interesses do homem comum e, sim, na acomodação dos interesses da administração tradicional. Nessa medida, para Faoro, o patrimonialismo teria se alongado no tempo e permanecido como traço distintivo da burocracia do Estado brasileiro:

“Característico principal, o de maior relevância econômica e cultural, será o predomínio, junto ao foco superior de poder, do quadro administrativo, o estamento que, de aristocrático, se burocratiza progressivamente, em mudança de acomodação e não estrutural” (FAORO, 1977, p. 736).

² As conceituações de “*dominação racional-legal*”, “*dominação tradicional*”, “*burocracia*”, “*patrimonialismo*” e “*estamento*” são oriundas da obra de Max Weber (1978).

³ Esta mesma chave de análise é uma constante na obra de outros autores que analisaram as especificidades da cultura política no Império brasileiro, dos quais podemos citar: José Murilo de Carvalho (*A construção da ordem e Teatro das sombras*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003), Fernando Uricoechea (*O minotauro imperial*, Rio de Janeiro, Editora DIFEL, 1978) e Ilmar Rohloff de Mattos (*O tempo saquarema*, São Paulo, Editora HUCITEC, 2004).

Ao contrário de outras interpretações que insistem no fato da ausência de uma sociedade feudal no desenvolvimento histórico brasileiro⁴, Faoro argumenta que o capitalismo moderno fora implantado no Brasil, mas não de forma espontânea – com a autonomia do burguês que deflagraria o desenvolvimento da esfera econômica descolonizada da esfera estatal. Pelo contrário, afirma Faoro,

“Enquanto o sistema feudal separa-se do capitalismo, enrijecendo-se antes de partir-se, o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia” (FAORO, 1977, p. 737).

A caracterização de “capitalismo politicamente orientado” seria uma forma de organização pré-capitalista, ancorada e moldada através do aparelhamento estatal, obedecendo aos seus interesses. É nesse sentido que a burocracia se constituiria apenas em um “*formalismo do Estado, a sua consciência e sua vontade, só excepcionalmente autônoma*” (FAORO, 1977, p. 737)⁵.

A abordagem que Faoro faz acerca da formação do Estado moderno brasileiro se afirma em um dado importante sobre a emergência e estruturação de uma cultura política afim com o tipo de dominação política tradicional. Na medida em que os “estamentos” se institucionalizam no corpo estatal, estes se separam da esfera de interesses do cidadão comum. O Estado se fortalece independentemente dos interesses coletivos, não se constituindo enquanto arena pública de diálogo civil e de formação cívica.

Numa outra chave interpretativa, Schwartzman argumenta que o patrimonialismo moderno, ou “*neopatrimonialismo*”, não se serve apenas como uma caracterização da permanência de estruturas de dominação tradicional. Como

⁴ Ver, por exemplo, a obra de Caio Prado Jr., *Formação da Brasil contemporâneo* (São Paulo, Brasiliense, 2006).

⁵ Segundo Cesar Guimarães, numa análise advinda da teoria de Marx, esta formação capitalista se caracterizaria como “*domínio burguês político incompleto*”, justamente pelo fato de que o poder Executivo (“*bonapartismo*”) se ancora e coloniza a esfera econômica e os interesses comuns. Nesta formação, há certo grau, maior ou menor, de influência da burguesia, “*mas não na direção dos negócios do Estado*” (GUIMARÃES, 1988, p. 39). Assim, a esfera do mercado não se autonomiza completamente, deixando de se configurar como elemento de formação da sociabilidade do homem comum.

forma atualizada de dominação política, realizada através de um estrato social específico, um campo social autônomo, o neopatrimonialismo funciona dentro das estruturas de um tipo de domínio político racional-legal; muito embora, como ressalta o autor,

“Assim como a dominação racional-legal pode degenerar em totalitarismo burocrático, é possível para este tipo de burocracia subsistir somente com seu componente racional, mas sem seu componente legal. Este é, em uma palavra, o elo teórico que faltava para a compreensão adequada dos sistemas políticos neopatrimoniais: a existência de uma racionalidade de tipo exclusivamente ‘técnico’, onde o papel do contrato social e da legalidade jurídica seja mínimo ou inexistente” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 49).

Tal como ressaltado no capítulo anterior, aqui se esboça uma dinâmica em que a ausência do conflito social – que, de alguma forma seria mediado pelo Estado – favorece “*gramáticas políticas*” (NUNES, 1999) assentadas, por exemplo, em formas como o “corporativismo estatal”⁶. Em última instância, a centralização administrativa, o clientelismo e o insulamento burocrático, criam as condições necessárias de institucionalização das estratégias de desenvolvimento das instituições políticas brasileiras (NUNES, 1999, pp. 32, 36 e 50).

Em que pesem permanências das dinâmicas entre as gramáticas políticas brasileiras, ao se redemocratizar (em 1985) o Brasil ampliou as esferas de participação da sociedade civil, além de estabelecer padrões bastante estáveis de modernização da democracia política. A seguir, serão estudados como esses condicionantes da cultura política brasileira podem ser examinados a luz da opinião de uma juventude que, se de um lado coloca claramente a adesão aos valores democráticos, por outro lado se sente insatisfeita com o desempenho do sistema político.

⁶ A diferença entre “corporativismo estatal” (onde há a cooptação dos interesses, ou a intermediação destes, sem a incorporação da participação da sociedade civil) e “corporativismo societal” (modo em que o Estado institucionaliza, em suas esferas de deliberação, a participação da sociedade civil organizada), é feita no clássico artigo de Phillippe C. Schmitter (“Still the century of corporatism?”, in, *The review of politics*, Notre Dame, 36(1), 1974).

4.2.

Adesão e satisfação com o regime e sistema democrático

Como demonstrado no primeiro capítulo, a reflexão sobre cultura política e cívica ganhou relevância depois da II Grande Guerra, quando então países acometidos pelos regimes autoritários, puderam reconstruir regimes democratizantes. Para tanto, contribuíram, em grande medida, os estudos de corte “culturalista”⁷, que pretendiam compreender a experiência dos cidadãos com as suas instituições. É por esta via teórica que procuraremos analisar os padrões de percepção dos jovens entrevistados pela pesquisa sobre a cultura política e cívica; assim como, a partir dos recursos teóricos mobilizados, poderemos apreender o quanto essa camada atribui importância à *cultura* na conformação do regime democrático.

A leitura sobre a cultura política brasileira, a partir das percepções de jovens da rede de ensino privada e pública, oferecida pelos dados do *survey* da pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, estará ancorada na perspectiva culturalista. Assim, não se pretende aqui caracterizar um tipo de *homo civicus* brasileiro, porque este tipo ideal fora criado para a compreensão de regimes democráticos originários (ALMOND & VERBA, 1965; TOCQUEVILLE, 1997), mas apontar para um ideal-tipo em vias de construção. A idéia de trabalhar com essa construção no Brasil contemporâneo, para alguns autores (REIS, 1998; SANTOS, 1994), seria inócua, justamente pelo fato de que nossa institucionalização democrática é recente e difere, portanto, daquela constituição originária, sem a qual o *homo civicus* não encontraria espaço para desenvolver-se. Nossa hipótese sugere que, mesmo não sendo originária, a consolidação da

⁷ A longa tradição de “estudos culturalistas” (entre as décadas de 1950 e 1970) promoveu a inserção das teorias de cultura cívica e de capital dentro de uma linha muito específica de estudos sobre o desenvolvimento político. Segundo Harry Eckstein (1988) e Paulo Krischke (1997), duas correntes, a “culturalista” e a “racionalista”, se contrapõem nos estudos e análises do desenvolvimento político. A linha culturalista caracteriza o indivíduo como *homo civicus* (socializado num ambiente cultural de valores morais, tais como, virtude, civismo, valorização da comunidade); essa linha teórica é herdeira do “humanismo cívico”, que se estende de Maquiavel a Tocqueville (1987), passando pelas investigações de Robert Bellah (1985) e as considerações comunitaristas de Charles Taylor. Os autores que compartilham da linha racionalista – consubstanciada pela escolha racional, teoria dos jogos e *public choice* –, caracterizam o indivíduo como *homo oeconomicus* (utilitarista, centrado nos próprios interesses, calculador das próprias ações); essa teoria adveio, principalmente, da tradição liberal, tal como exposta na obra de John Locke, chegando à elaboração neo-contratualista de John Rawls e o ortodoxismo neo-liberal.

democracia no Brasil mostraria, de alguma forma, a proposta de enraizamento de uma pedagogia cívica para a construção daquele tipo ideal de cidadão socializado num ambiente plenamente democratizado.

Na avaliação da cultura política de um regime democrático, seguindo esse pano de fundo teórico, importa perceber a efetividade – em termos de sustentabilidade e governabilidade – que os indivíduos (no caso em tela, jovens da rede de ensino pública e privada) atribuem ao funcionamento do sistema político. Segundo David Easton,

“apenas os inputs de reivindicações não são suficientes para manter um sistema político em operação. (...) A energia sob a forma de ações ou orientações promovendo ou se opondo a um sistema político, (...) devem também ser postas no sistema para mantê-lo em movimento. (...) Sem apoio, as reivindicações não poderiam ser satisfeitas ou os conflitos transformados em objetivos” (1970, p. 31).

Para esse autor, se os atores políticos devem agir na resolução das demandas sociais colocadas, eles não poderiam fazê-lo sem o “apoio” necessário, que é forjado na convergência (ou consenso) entre comunidade, tipo de regime e governo. O “apoio” ao sistema está referido às *compliances* estabelecidas com os atores que vão procurar solucionar suas demandas na arena política. O “apoio” ao regime político se refere à adesão consentida aos *“arranjos que regulam o modo pelo qual as reivindicações existentes no sistema são resolvidas e o modo pelo qual as decisões são colocadas em prática”*. A adesão, portanto, ao regime liga-se diretamente à legitimação e compreensão das *“regras do jogo”* (EASTON, 1970, pp. 32 e 33).

Na pesquisa empírica com jovens do Rio de Janeiro, verificou-se que, para a grande maioria dos jovens (39,7% da rede de ensino pública, 42% da rede pública de “excelência” e 62,3% da rede privada) a democracia é referida como o “melhor regime”; muito embora, quando citem “inadequado/necessidade de governo forte” (35,4% da rede de ensino pública, 35,3% da rede pública de “excelência” e 19% da rede privada), os jovens estejam perigosamente defendendo um Estado forte, que fosse mais atuante e exercesse um papel mais decisivo no enfrentamento de questões sociais.

TABELA 8
ADESÃO AO REGIME DEMOCRÁTICO

Opinião sobre a democracia	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de excelência	Rede Particular
Melhor regime	39,7	42,0	62,3
Inadequado / necessidade de governo forte	35,4	35,3	19,0
Mal necessário	4,9	9,7	7,7
Não me interessa	2,9	2,4	1,4
Regime de corrupção e violência	16,9	9,2	8,7

É importante ressaltar, igualmente, diferenças entre as redes de ensino. Se por um lado é consensual a adesão ao regime democrático, por outro lado, há uma diferença marcante entre, principalmente, a rede particular e a rede pública. A associação de “inadequação” em relação ao regime democrático é sentida de maneira mais intensa nos colégios da rede pública (35,4% apontaram essa alternativa no *survey*, quando perguntados “democracia no Brasil é...”, contra apenas 19% de estudantes da rede particular).

Quando o regime democrático é caracterizado como o “melhor regime”, os jovens tendem a associar a democracia como aquela capacitada para agregar demandas sociais diversificadas⁸. A percepção de que o regime democrático é “melhor” do que outras modalidades de regimes políticos é um dado relevante e bastante antenado com as tendências latino-americanas, como demonstra o trabalho de Marta Lagos (2000) no instituto chileno Latinobarômetro (citada mais abaixo). Porém, a esta adesão plena ao regime político democrático, está vinculada uma percepção crítica de que “na prática” – ou seja, na esfera do desempenho do sistema – existe uma exigência de aprimoramento na gestão da

⁸ Essa é uma perspectiva correlata aos estudos políticos contemporâneos, nos quais a ênfase recai sobre a valorização das “diferenças”. Seria, igualmente, uma tese correlata a de “*radicalização da democracia*”, tal como exposto em Laclau e Mouffe (2006 e 1995).

coisa pública e de modernização da cultura democrática. Este fato aparece nas opiniões citadas abaixo, que poderiam ser colocadas como representativas deste fato:

“[Para o] Brasil o melhor é a democracia mesmo porque é a única capaz de lidar com tantas diferenças” (Colégio da rede particular).

“Acho que é melhor a democracia. Mas acho que ela tem que ser bem exercida, tem que ser bem melhor do que agora” (Colégio da rede particular).

“Hoje em dia, dos sistemas que já foram criados e que nós já tivemos até hoje, ela seria teoricamente o mais justo. Mas ele é feito por seres humanos que são sujeitos a corrupção... E falando especificamente sobre o Brasil, o Brasil não é um país que tem uma cultura democrática. Nós tivemos várias ditaduras e o nosso povo não sabe o significado de democracia. Democracia é o governo do povo. E as pessoas não sabem disso. Para elas o governante é um superior que está ali pra mandar na gente, ele é que tem que resolver os problemas e fazer tudo por nós” (Colégio da rede particular).

“Democracia no caso, seria comum acordo entre os cidadãos e faltam idéias que unam e façam a nossa nação crescer. Falta eles se unirem e perguntarem para o povo” (Colégio da rede pública).

“A gente até tem uma democracia concretizada no Brasil, todo mundo tem direito à escolha, mas tem a ignorância da população que [torna as coisas para] os políticos muito fáceis.(...) A democracia no seu ideal funcionaria muito bem, mas na prática é muito diferente” (Colégio da rede pública de “excelência”).

É importante ressaltar, ainda, as duas opiniões citadas abaixo, que procuraram apontar para a questão da importância de pessoal capacitado para dirimir sobre as questões importantes para o coletivo, e, para como a vinculação e conformação do regime democrático com a expansão do capitalismo moderno, atualmente, é um dado que deve levar a busca de soluções “humanitárias”:

“Mas quem é que sabe o que é melhor pra todo mundo, na minha opinião, é quem tem mais informação. Nem todo mundo tem condição de analisar a situação, só quem pode ver a coisa de um panorama mais geral é que pode analisar melhor e ver o que é melhor pra maioria, analisar a situação. Tem gente que nem sabe o que é melhor pra si mesmo” (Colégio da rede particular).

“[O ideal] seria uma tentativa de aproximar mais experiências humanitárias com o capitalismo” (Colégio da rede particular).

É nessa via de adesão ao regime democrático, das grandes transformações operadas com a “terceira onda” de democratização (HUNTINGTON, 1994), que

a cultura política na nação se reordenou, com a promulgação da Constituição de 1988, e pôde estabelecer um elo de conexão com os interesses da sociedade. Nela, contida uma ‘filosofia pública’ que procura aproximar cada vez mais o homem comum das instituições e das esferas de deliberação, a democracia política se legitima enquanto regime de governo, não só na esfera institucional (reorganização dos partidos políticos, eleições competitivas, livres e idôneas, etc.), mas, também, enquanto afirmação do cidadão de que “*a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo*” (LAGOS, 2000).

Muito embora o ‘apoio à democracia’ e à ‘defesa’ do regime sejam, por si só, fatores de considerável mudança na percepção sobre a cultura política, vertendo esse diagnóstico para a consolidação e sustentabilidade do regime⁹, ainda é um questionamento de investigações recentes (ficando claro na afirmação dos jovens sobre a “necessidade de governo forte”), a razão pela qual persistem tão baixos os índices de ‘satisfação com o regime democrático’.

Lagos nos oferece uma possibilidade de resposta a esse questionamento. Muito embora, a partir das rodadas de aplicação de *surveys* pelo instituto chileno Latinobarômetro, 50% dos brasileiros afirmem apoiar a democracia (69% defendem o regime democrático ante outras formas de governo como o autoritarismo), só 20% estão satisfeitos com o sistema político e 4% oferecem uma visão do país enquanto uma “*democracia plena*” (LAGOS, 2000, p. 11). A autora, referenciada pelas investigações de corte culturalista, nos mostra que,

“Dada a história da região, com seu legado de colonialismo espanhol (assim como o português), seguido pelo regime dos grandes proprietários de terra e a prevalência da pobreza e do autoritarismo, não é surpreendente reconhecer a origem das tendências comuns que os latino-americanos desenvolveram como consequência: permanecer em silêncio com relação aos seus sentimentos e intenções verdadeiros, e enfatizar as aparências. Silêncio e aparência – gêmeos da desconfiança – têm sido historicamente uma ferramenta crucial para sobrevivência” (LAGOS, 2000, p. 2)

⁹ Este é um dado citado em pesquisas do instituto Latinobarômetro que se estende para a grande maioria das recentes democracias latino-americanas, como demonstram as pesquisas de Marta Lagos (2000).

Ao associar esse diagnóstico à metáfora forjada por Octávio Paz, qual seja, a “*máscara sorridente*”¹⁰, Lagos demonstra, primeiro, as dificuldades e os dilemas – herdados de “traços socioculturais profundamente enraizados” – que os povos latino-americanos enfrentaram no enraizamento de uma cultura democrática; segundo, ela nos aponta, as lutas políticas desses povos na esteira da redemocratização, apoiadas por amplas reformas econômicas, promoveram sua entrada no moderno *laissez-faire*. Mas, embora a ‘grande onda’ de modernização que afetou os sistemas políticos tenha provocado a idéia de que “*não é possível estabilidade sem crescimento econômico, e crescimento sustentado é impossível sem bases institucionais sólidas*”, a idéia de uma “*cultura cívica latino-americana inatingível*”, ancorada solidamente nos traços do personagem do *homo civicus*, ainda poderia ser assemelhada à imagem da máscara sorridente (LAGOS, 2000, pp. 2, 3 e 4).

Na pesquisa com os jovens da cidade do Rio de Janeiro, podemos começar a apreender um pouco dessa visão quase que “inatingível” de nossa cultura cívica, a partir da percepção que essa camada tece sobre a atuação da classe política. É representativo da investigação, o dado de que 55,7% dos jovens matriculados na rede pública de ensino, 55,9% dos da rede pública de “excelência” e 44,9% da rede privada, apontarem para o fato de que a política é apropriada para o “interesse pessoal” dos atores com ela envolvidos, enquanto que, para 25,5% – média extraída das três redes de ensino pesquisadas – a “maioria é demagoga”. Esse é um ponto de vista da avaliação política que recupera alguns diagnósticos de nosso déficit no desenvolvimento político democrático.

Parte desse diagnóstico de nossa complicada modernização e democratização, produzida por inúmeras gerações de pensadores (ressalte-se os autores trabalhados nos capítulos anteriores e neste, Sérgio Buarque Holanda, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Oliveira Vianna), atesta a falta – ou “*atrofia*” – de nosso elemento civil de cidadania (CARVALHO, 2001 e 2002) e o engessamento de nossas instituições como causas do “déficit democrático”. A falta de uma educação para a cultura cívica e de coesão social entre os brasileiros seriam conseqüências de uma institucionalização da ordem democrática realizada

¹⁰ A metáfora de Paz, utilizada por Lagos para caracterizar o traço comum do estilo de “cultura cívica latino-americana”, pode ser encontrada no *O labirinto da solidão* (São Paulo, Paz e Terra, 2006).

‘de cima para baixo’ (REIS, 1998; SANTOS, 1994). Sendo as raízes de nossa “modernização conservadora” ibéricas ou não, o fato é que a nação brasileira não teria conhecido – tal como nas grandes ‘revoluções democráticas originárias’ do mundo ocidental (EUA, França, Inglaterra) – uma “habituação democrática” (MOISÉS, 1995) que conferisse à sociedade dos indivíduos as características do *self-government* e a autonomia em relação aos seus próprios interesses.

TABELA 9
PERCEPÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DOS POLÍTICOS

Avaliação da política	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de excelência	Rede Particular
interesse pessoal dos políticos	55,7	55,9	44,9
A maioria é eficiente	11,7	,9	5,9
maioria é demagoga	24,3	26,3	26,1
sociedade tem políticos que merece	8,0	7,5	9,6
outro	,3	8,5	11,4
Total	100,0	100,0	100,0

Se de um modo geral, a avaliação do sistema político se assemelha a diagnósticos de nossa *malaise* política, não se tornam estranhos os dados sobre a avaliação e percepção sobre o grau de representatividade dos políticos: 41% dos jovens da rede pública de ensino, 54,8% da rede pública de “excelência” e 35,5% da rede privada acreditam que a classe política não seria representante de suas demandas, enquanto 27,7% – média das três redes de ensino – acreditam que políticos “são um mal necessário”. Essa é uma avaliação, assim como a do sistema político, que pode ser considerada negativa.

“A democracia é um sistema que apresenta problemas porque é um sistema que não funciona pragmaticamente de forma rápida. Porque ele vai ouvir as diferentes partes e você vai ter que considerar as opiniões mais diferentes e mais

escabrosas pra você montar o seu programa final. Eu acho que a democracia ela pressupõe uma responsabilidade e uma ética muito grandes e que a gente muitas vezes não observa” (Colégio da rede pública de “excelência”)

É sob esse pano de fundo que procuraremos associar a percepção e avaliação dos jovens sobre sua cultura política, com a questão da importância da confiança política, e seu impacto, na conformação do regime democrático – entendido esse conceito como componente básico, não só para estruturação ontológica do indivíduo na contemporaneidade (GIDDENS, 1991), mas igualmente como valor democrático de sustentação do “apoio” e da “*compliance*” à sociedade democrática.

4.3. A confiança nas instituições da sociedade e a opinião da juventude do Rio de Janeiro

Atualmente, nas teorias de cultura cívica e capital social, o conceito de *confiança* (interpessoal e nas instituições) é um indicador importante na avaliação do desenvolvimento e do desempenho dos sistemas e instituições políticas (PUTNAM, 2005). Embora haja, atualmente, uma vaga de controvérsias a respeito deste conceito (WARREN, 2004; FERES JR. & EISENBERG, 2006) – principalmente se ele pode ser operacionalizado para a compreensão de aspectos estruturantes das democracias políticas – essa investigação se propõe a demonstrar que os regimes políticos não se legitimam, nem se formalizam, sem um pano de fundo cultural-valorativo, no qual a confiança política tem um importante papel.

Como já demonstrado acima, Putnam (2005) colocara a confiança generalizada (nos “outros” – vizinhos, amigos, família – e nas instituições) como um dos pilares básicos do estoque de capital social de uma sociedade democrática. A confiança interpessoal estaria associada à capacidade de se estender este valor aos “outros generalizados”; ou seja, saindo da esfera de socialização primária (família), a confiança seria um sentimento que avançaria para espaços mais impessoais de sociabilidade. Esses recursos morais, de alguma forma, reforçariam a sociabilidade e socialização cívica. A confiança nas instituições públicas (governos) se relacionaria com as “cognitive orientations” dos indivíduos em

relação a determinados objetos da ação política de gestores, legisladores, órgãos burocráticos, entre outros. Para Putnam, as duas formas de confiança se inter-relacionam: na medida em que a confiança em instituições do mundo público diminui em determinada sociedade, a capacidade de estender este valor aos “outros” (vizinhos, membros de uma associação de bairro, por exemplo), igualmente sofre um declínio. O “contexto cívico”, na pesquisa levada a cabo pelo autor, se desenvolve a partir desses dois pilares básicos. Inglehart (2004) igualmente sugere que a confiança interpessoal e nas instituições está associada à estabilidade de sociedades democráticas, o que, por sua vez, aumenta as condições para o desenvolvimento econômico e as vantagens para promoção do “bem-estar”. Referenciado por diversificadas investigações sociais, dentre as quais a de Putnam, o autor coloca:

“interpersonal trust is essential to the cooperation with strangers that is a prerequisite for large-scale economic organizations, on which modern industrial economies are based. Thus, as Putnam demonstrates, networks of collaboration and a culture of interpersonal trust developed long ago in northern Italy; their greater development in the North helps explain why that region subsequently showed much more economic development than the South” (INGLEHART, 2004, p. 89).

No que diz respeito à confiança interpessoal, inúmeras controvérsias foram levantadas. Muito embora Mark Warren e seus colaboradores tenham se debruçados sobre os fatores que relacionam “democracia e confiança”, este autor sugere que *“democracy depends more on interpersonal trust than on trust in political institutions and elites, not all kinds of interpersonal trust are good for democracy”* (WARREN, 2004, p. 8). O ponto crítico para estas elaborações, segundo Feres Jr. e Eisenberg (2006), se encontra na persistência das teses levantadas pelas teorias da modernização, permitindo reducionismos na narrativa da modernidade. Assim, seria o ‘capitalismo moderno de corte protestante’ aquele tipo ideal que associaria os dois modos de confiança à democratização. Portanto, certas regiões do globo, como os países periféricos, não seriam atingidos pela onda desta herança cultural histórica (FERES JR. & EISENBERG, 2006, pp. 460-1).

Segundo Kenneth Newton (1999) as duas formas de representação da *fides* (ou crença, de uma forma geral) – confiança social e confiança política – não se

confundem; ou seja, uma não leva, necessariamente, à outra – tal como nas afirmações de Inglehart e Putnam, por exemplo. Segundo o autor,

“Much writing tends to assume that trust is all of a piece, that social trust and political trust are different sides of the same coin, and that social trust created by voluntary organizations and a strong civil society tends to create or strongly reinforce political trust. Conversely, the assumption often seems to be a confidence and trust in political institutions and officials is built on the basis of a strong civil society, well-developed organizations and associations in the community, and high levels of trust between citizens” (NEWTON, 1999, p. 179).

Tal como enfatizaremos a seguir, seguindo a maré crescente de “cidadãos críticos”, as duas formas básicas de confiança apontam para distintos modos de compreensão do jovem, a respeito da sociedade em que vive. Particularmente apontaremos para o fato de que, como ressaltou Warren, *“declining forms of trust in government could indicate that citizens are becoming more sophisticated about judging government officials”* (WARREN, 2004, pp. 347-8).

Através dos dados e opiniões coletados com jovens do Rio de Janeiro, poderemos verificar que, se é crescente o fenômeno da “desconfiança” nas instituições republicanas (polícia e partidos políticos) e nos representantes (políticos), estes confirmam, em alguma medida, a avaliação do desempenho, negativa, esboçada por eles no item anterior. Em relação à polícia, o sentimento de confiança é muito baixo: os dados que apontam para “pouca” ou “nenhuma” confiança tendem a demonstrar uma homogeneidade que, em última instância, revela a distância que a instituição policial tem da vida do cidadão comum.

Na percepção dos jovens, é claramente expresso esse sentimento de desconfiança e, no limite, medo. As opiniões expressas abaixo conferem substância à percepção de “cercamento” vivida por diversas camadas populacionais. Ou seja, ao invés de promover o fortalecimento da liberdade através da segurança, o aparelhamento institucional da polícia – e ainda mais os fatores que apontam para escalada da *“criminalidade e sociabilidade violenta”* (SILVA, 2008, pp. 36-44) – funciona de modo a instaurar um clima tenso de desordem e instabilidade:

“Eu prefiro não estar perto de policiais. Se você for parado numa blitz e o cara acha alguma coisa ali é só você dar 100 reais pro cara que ele te libera. Isso é safadeza... não da pra confiar” (Colégio da rede particular).

TABELA 10
CONFIANÇA NA POLÍCIA

O quanto de confiança você tem na polícia?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	5,4	1,9	0,7
Alguma	17,4	18,3	17,6
Pouca	43,7	50,2	47,6
Nenhuma	33,1	28,6	33,4
Não respondeu	0,3	0,9	0,7
Total	100,0	100,0	100,0

Essa visão de estudantes da rede particular de ensino, apesar de ser correlata a dos jovens da rede pública, demonstra uma diferença na percepção. Por exemplo, para o jovem da rede pública – como se sabe até mesmo pelo noticiário – a desconfiança no aparelhamento policial vem associado ao medo com a violência que, muitas vezes, é provocada no conflito entre quadrilhas de traficantes e policiais; ou, o que é ainda mais grave, na relação entre a figura do ‘bandido’ e a figura do ‘funcionário da segurança pública’.

“Tem polícia que se confia mais; a PM por exemplo, não dá pra confiar nada na PM, mas a polícia federal até vai. A PM é capaz de eles te roubarem. Mas na PF, até porque eles são mais bem remunerados. O salário do PM é tão pouco que seria mais lucro o bandido dar uma propina: aí, não sobe no meu morro não” (Colégio da rede pública).

É importante frisar a associação que os jovens fazem entre polícia, a bandidagem e a corrupção. Eles afirmam claramente que, em não se tornando bandidos, os policiais não conseguem sobreviver dentro da própria instituição. E, não surpreende a relação que fazem da figura do policial com a figura dos políticos. Em última instância, poderíamos associar esses dados críticos ao

fenômeno de “hobbesianismo social”, que Santos (1994, pp. 108-9) associa à “descrença e desconfiança generalizada”:

“Eu acho que a polícia agora tá virando bandido” (Colégio da rede pública).

“Hoje em dia todo o policial é corrupto e os que não são não crescem na polícia, são mortos, são mandados embora” (Colégio da rede privada).

“É que nem os políticos, eles vão se tornando muito ambiciosos. Se os bandidos derem dinheiro eles vão aceitar, porque eles não ganham bem, sabe?” (Colégio da rede pública).

Ao se debruçar sobre a relação de confiança nos partidos políticos, a impressão crescente de descrédito desta instituição entre os jovens (é quase homogêneo o dado de “pouca” confiança), se mostra muito nítida; embora ainda persista algum crédito nos partidos políticos – principalmente sentido na rede particular de ensino – se comparados aos dados de confiança nos “políticos” (analisados mais abaixo).

TABELA 11
CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS

O quanto de confiança você tem nos partidos?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	1,7	2,3	3,2
Alguma	11,4	13,6	29,4
Pouca	50,9	46,5	44,7
Nenhuma	35,7	36,6	21,6
Não respondeu	0,3	0,9	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

A visão crítica dos jovens em relação aos partidos se assemelha ao “modelo ‘máfia’” (SANTOS, 1994, p. 112), em que há uma privatização do mundo público em causa própria das organizações partidárias. Na opinião desses

jovens, é bastante claro o sentimento de afastamento dos partidos políticos dos interesses da sociedade que, no limite, são avaliados como *gangs*:

“Digamos: tem uma cara de direita e outro de esquerda. Eles se elegem, a gente crente que vai mudar, que vai fazer e acontecer e não acontece nada! (...) Não tem diferença de partido. Eles estão preocupados com eles mesmos, em ganhar dinheiro, ir lá fazer a campanha dele e ir embora, só pra continuar no poder” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“O partido pra mim é Gang pra roubar dinheiro. Todos eles, pra mim não tem outro jeito” (Colégio da rede pública).

“Acho que eles só estão pensando na questão do dinheiro. A questão de se preocupar, de fazer alguma coisa, acho que eles não estão nem aí. Acho que é mesmo conseguir o cargo, ganhar um dinheiro e fazer mesmo não fazem nada” (Colégio da rede pública).

No que diz respeito a este sentimento de afastamento, os jovens ainda colocam o problema da ideologia partidária. Assim, provocado pela sensação de instabilidade no universo dessas instituições públicas, os jovens não conseguem estabelecer diferenças ideológicas, o que compromete a satisfação com o sistema político, lembrando que, na sua percepção, os partidos políticos têm mais credibilidade do que os próprios atores políticos (representantes):

“Deveria ser o partido governando porque ai existe um cunho ideológico. Mas hoje em dia os partidos não têm mais esse vínculo. No Brasil a maioria da população vota na pessoa e não no partido” (Colégio da rede particular).

“Os partidos políticos aqui no Brasil, qual é a diferença de um partido pro outro? Os políticos ficam pulando de partido em partido o tempo inteiro, como é que a gente pode saber a diferença entre as ideologias dos partidos, se eles ficam mudando o tempo todo, como é que a gente pode saber qual é a ideologia deles?” (Colégio da rede particular).

“Pra mim, partido político não é só feito de político. Tem toda a militância, tem gente que já está no partido há 20 anos, eu conheço gente assim, pessoas que fundaram o partido e que nunca estiveram em governo nenhum. São pessoas honestas. Eu acho que é por isso que o partido teve uma maior credibilidade que os políticos.” (Colégio da rede pública).

Assim como nos partidos políticos, quando questionados sobre a confiança nos políticos (ou nos representantes), percebe-se claramente que a maioria dos jovens expressa desconfiança em relação aos homens públicos. Ressalvando-se

alguma pequena diferença entre a rede particular e a rede pública de ensino, a visão de desconfiança é generalizada: são 52,6% na rede pública, 56,4% na rede pública de “excelência” e 36% na rede particular que demonstra não ter “nenhuma” confiança nos políticos, conforme a tabela abaixo:

TABELA 12
CONFIANÇA NOS POLÍTICOS

O quanto de confiança você tem nos políticos?	Rede de ensino		
	Rede pública	Rede pública excelência	Rede particular
Muita	1,1	0,9	0,9
Alguma	8,3	10,4	14,5
Pouca	38,0	32,2	48,5
Nenhuma	52,6	56,4	36,0
Total	100,0	100,0	100,0

Os jovens constroem uma imagem do mundo político dominado pela ganância, pelos interesses privatistas, o que não deixa de espelhar a literatura e os argumentos mencionados acima (FAORO, 1975; SCHWARTZMAN, 1982; NUNES, 1999). Essa imagem, segundo as falas abaixo, são inculcadas, ou seja, já se tornaram habituais:

“Mas, os políticos que a gente já tem uma imagem formada, todo mundo já tem aquela opinião generalizada de que todo político é corrupto. Então com essa imagem que foi colocada na nossa cabeça já faz que a gente desacredite de todos eles, a gente nem separa mais o que é corrupto e o que é honesto. A gente pensa: quem pode ser um bom político neste meio?” (Colégio da rede particular).

“Pra mim todos os políticos são bonzinhos antes de ganhar a eleição. Depois que ganha começa a ver dinheiro na frente, a ganância cresce, aí quer mais do que deve, começa a meter a mão, aí pronto” (Colégio da rede pública).

Esta imagem, em última instância, vem carregada de uma forte expressão de desconfiança nos políticos. É expressiva a consciência destes jovens quando

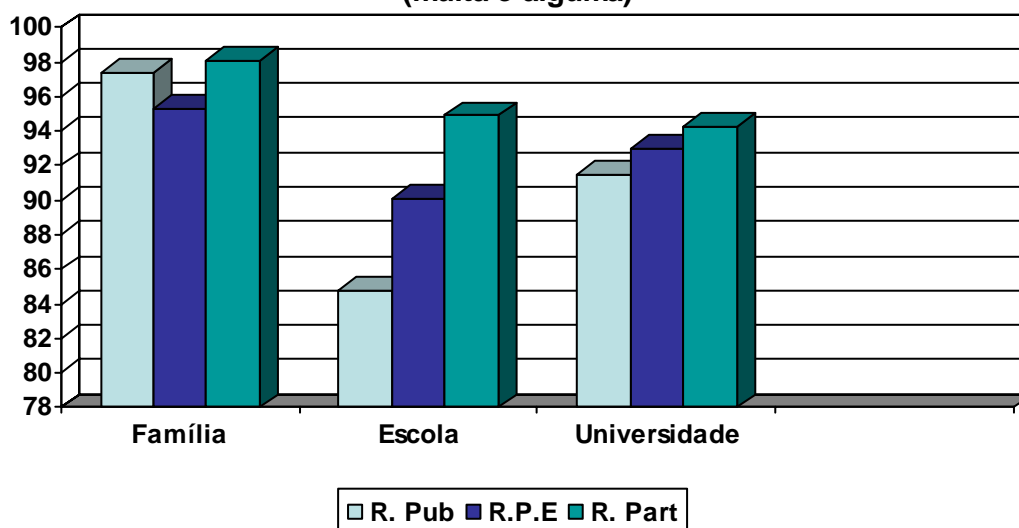
falam que seus representantes “não pensam na sociedade”; o que deixa entrever ainda mais a distância que o campo político criou com sociedade dos indivíduos:

“Eu não confio em ninguém que esteja fazendo política, não sei, eu olho pra televisão e não me inspiram confiança. Eu não votei. Tem aquela história de que um voto sempre pode fazer a diferença, eu acredito que sim, mas não dá, eu não confio em nenhum deles” (Colégio da rede particular)

“Não pensam como um todo; só pensam na própria pessoa: ‘Há eu quero ganhar mais do que aquele. Eu posso mais, eu quero mais’. Não pensam na sociedade” (Colégio da rede particular)

Enquanto cresce a percepção crítica de desconfiança generalizada com o a política, a confiança dos jovens é maior nas instituições de socialização primária (família e escola) e na universidade. O gráfico abaixo ilustra bem esta situação – que depois será comparada à baixa taxa de confiança política:

Gráfico 4
CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DO MUNDO DA VIDA
(muita e alguma)



A sensação de confiança mais fortalecida está nas instituições de sociabilidade mais próximas (escola e família). Este é um dado que já fora amplamente levantado por diversos autores da teoria social. Richard Sennett (1989) e Robert Putnam (2002), por exemplo, destacaram que o “*desengajamento*

cívico”, a erosão dos valores democráticos – tais como reciprocidade, solidariedade e confiança – além do esvaziamento dos espaços públicos, é um fenômeno crescente no mundo democrático. Desagregando esse dado através das opiniões dos jovens, podemos perceber, como representativo, que a família continua sendo a referência, o espelho no qual esse jovem deve se mirar:

“A família cuida dos seus interesses, é nela que você encontra proteção e que você se apóia. Você não pode confiar em mais ninguém, nem em policial, nem no sistema que já é tão corrupto” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“A família é o nosso núcleo, os pais se preocupam conosco, nos confortam” (Colégio da rede pública).

“Antigamente parece que as pessoas tinham mais orientação da família, mais educação, não ficava solto. A família é o espelho” (Colégio da rede pública)

“Eu acho que a família é a base de tudo, acho que você para viver bem tem que confiar na família” (Colégio da rede pública).

Este sentimento de desconfiança generalizado com o mundo público – que, no limite, leva a uma crescente privatização das relações sociais – se mostra muito representativo na opinião do jovem abaixo. Essa fala pode ser uma lente para a relação do homem comum com o universo da sociabilidade – entendida enquanto aquela relação com o “outro generalizado”¹¹ – e com o mundo da política:

“Na sua família, nos seus amigos, que você conhece então você confia. Mas lá fora você não conhece direito as pessoas, você pode se deixar levar pela aparência e de repente aquela pessoa pode te passar a perna, sabe... está cada uma querendo o seu ali...” (Colégio da rede particular).

Aqui pode ser retomado um diagnóstico de Santos, para quem, “a segurança e a confiabilidade só existem no estrito âmbito do privado, da reclusão familiar. Os indivíduos se isolam e passam a não contar senão consigo próprios na luta contra a imprevisibilidade do mundo social” (SANTOS, 1994, p. 109).

¹¹ A noção de “other generalized” é desenvolvida na obra de George H. Mead. Para este autor, “the attitude of the generalized others is the attitude of the whole community” (MEAD, 1962, p. 154).

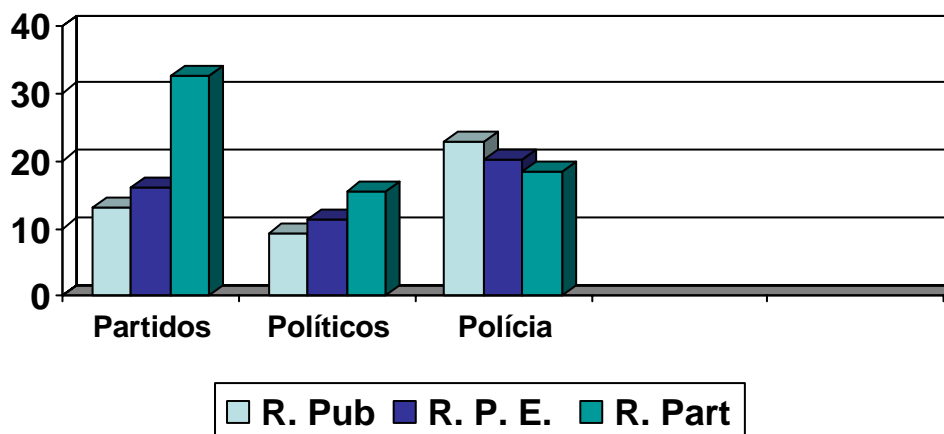
A imagem do “jogador de boliche solitário” (*bowling alone*), produzida como um símbolo do declínio da vida associativa nas sociedades democráticas contemporâneas – e que dá título a investigação de Putnam – é exemplar a respeito desta última opinião citada. Na pesquisa do cientista político norte-americano, se constata que,

“la desconfianza algo mayor en el prójimo en general manifestada por quienes viven en grandes ciudades no es una paranoia peculiar nacida del modo de vida urbano, sino una expresión realista de sus auténticas experiencias y de las normas sociales de su entorno. (...) cuando los habitantes de las grandes ciudades expresan desconfianza social, están informando con precisión sobre algo relativo a su entorno social” (PUTNAM, 2000, p. 181)

Não há aqui, como demonstrou Santos (1994), um quadro de “anomia social” – posto que não se trata de concordar que nossa cultura política é presa inescapável do estado hobbesiano, ou do “fenômeno ‘máfia’” – mas é expressiva a relação de causalidade: as crescentes tendências de desconfiança generalizada estão relacionadas a alguns objetos de avaliação (ou “cognitive orientations”, segundo Almond e Verba) com os quais os indivíduos entram em contato (por exemplo, partidos políticos, políticos e polícia, como demonstra o gráfico abaixo).

GRÁFICO 3

**CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
(muita e alguma)**



Ou seja, quanto maior a sensação de desconfiança no mundo público, menores se tornam as relações de confiança e reciprocidade com os “outros generalizados”; e maior se torna a tendência de privatização das relações sociais. Sennet é bastante preciso neste aspecto, ao lembrar que as “*tirantias da intimidade*” se tornaram um “*padrão de verdade para se medir as complexidades da realidade social*”. A perda de vínculos mais significativos com as representações da *res publica*, provoca uma gradual e constante transformação silenciosa nos valores mais básicos de construção do equilíbrio e do aprendizado que separa a vida pública e a vida privada (SENNETT, 1989, pp. 412-3)¹².

Muito embora Putnam e Sennett, em algum nível, estejam corretos em seus diagnósticos, o fato mesmo de que a opinião dos jovens da rede pública e particular de ensino do Rio de Janeiro tenda para uma avaliação negativa das instituições de regulação e representação do mundo público, é reveladora de uma consciência crítica expressa pelo civismo e preocupação com os valores modeladores de uma cultura democrática. É importante, igualmente, lembrar que a ordem democrática somente pode encontrar espaço num ambiente de socialização cívica; ou seja, em um espaço público que promova o exercício da cidadania e estabeleça padrões mínimos de igualdade entre os indivíduos. Aqui, finalmente, acreditamos que os jovens do Rio de Janeiro (matriculados na rede de ensino pública e privada) se inscrevem nessas novas categorias (“justificação cívica” e “cidadãos críticos”) que procuram lidar com a experiência do homem comum com o universo da política.

¹² Argumentos correlatos aos de Sennett podem ser encontrados na obra de Christopher Lasch, para quem “*desde o término na Segunda Guerra Mundial, o fim do mundo assomou como uma possibilidade hipotética, mas, nos últimos vinte anos, a sensação de perigo cresceu ainda mais, não apenas porque as condições sociais e econômicas tornaram-se mais instáveis, mas porque a esperança em uma política reparadora, em uma auto-reforma do sistema político, sofreu uma rápida queda. A expectativa de que a ação política pudesse humanizar gradualmente a sociedade industrial deu lugar a uma determinação de sobreviver ao naufrágio geral ou, mais modestamente, de manter intacta a própria vida, face às crescentes pressões. O risco de desintegração individual estimula um sentido de individualidade que não é ‘soberano’ ou ‘narcisista’, mas simplesmente sitiado*” (LASCH, 1990, p. 10).

Considerações Finais

Com este trabalho, procuramos demonstrar, em que pesem hipóteses em contrário, que a ‘opinião democrática’ do brasileiro, expressa nas relações com as instituições e com o espaço público, vem se alterando substancialmente, desde pelo menos a redemocratização: o conteúdo e a forma com que, hoje, o cidadão expressa seu otimismo, ceticismo ou pessimismo em relação ao desenvolvimento nacional tem a qualidade do que Norris (1999) denominou de “*cidadãos críticos*”. Essa ‘nova faceta’ do brasileiro foi discutida extensamente ao longo dos capítulos, onde foram expostos os discursos dos jovens estudantes da rede pública e particular de ensino do Rio de Janeiro, acerca de alguns aspectos da cultura política brasileira. Tencionamos, aqui, produzir uma resposta à hipótese de que a cidadania crítica contribui para uma “*compliance*”¹ mais forte dos brasileiros com a democracia; e, o fato dessa camada jovem se inserir, como colocado em diversas partes do trabalho, em outro contexto sóciopolítico – no qual a democratização não sofre intermitências –, tem uma relevância singular: pertencem a uma faixa que cresce em ambiente democratizado, além de se caracterizar como um jovem reflexivo e crítico, uma vez que há uma homogeneidade de escolarização.

A partir do que foi explicitado na apresentação, o trabalho com recursos teóricos e empíricos possibilitou traçar um panorama de singularidades que atravessam o desenvolvimento da cultura política brasileira; muito embora tenhamos decido trabalhar com autores que estão próximos da avaliação do impacto da cultura do campo político na conformação das “*compliances*” entre os cidadãos. Pôde-se verificar que há uma lenta, mas gradual marcha de habituação cívica – percebida nos padrões que conformam certas “*cognitive orientations*” dos

¹ O termo “*compliance*” é emprestado da obra de Richard Wilson (1992), para quem, como demonstrado no capítulo II, quatro desenvolvimentos das sociedades modernas são importantes para essa concepção: (1) a separação dos universos público e privado (ARENDETT, 2000; HABERMAS, 1984); (2) o aparecimento no tecido social do “*free men*” (LUKES, 1975), ou do indivíduo portador de direitos; (3) a concepção de métodos políticos racionais e pragmáticos (WEBER, 1978); e (4) o surgimento, em larga escala, de unidades políticas autônomas, os modernos Estados-nação, que se propõe o desenvolvimento e promoção dos direitos de cidadania (BENDIX, 1996).

cidadãos com relação ao campo político – ocorrendo através da construção de um senso crítico a respeito de temas essenciais para a sobrevivência da cultura democrática. O sentido atribuído a essa habituação foi extensamente apresentado na opinião acerca de temas como: percepção sobre os direitos de cidadania, sentimento de nação, avaliação sobre representatividade e sobre os representantes (adesão ao regime democrático e satisfação com o sistema político), relações de confiança social (ou seja, no “outro generalizado”) e de confiança política (nos partidos políticos, nos políticos e na polícia).

Nesse sentido, as opiniões dos jovens das redes pública e particular de ensino da cidade do Rio de Janeiro, são claras em diversos níveis: se, hoje, existe uma sensação de vergonha em relação ao mundo das instituições públicas; e, se esse sentimento arrefece a capacidade de confiança generalizada; se, como falam os jovens, deve existir mais consciência em relação aos direitos de cidadania, porque os indivíduos, ou não conhecem seus direitos, ou sabem a respeito, mas passam por cima deles; se, por fim, existe um crescente descrédito nas instituições do mundo público e, por isso mesmo, os indivíduos passam a confiar somente nas esferas de relacionamento mais próximo (família e escola, principalmente), estas percepções estão demonstrando a construção de um senso de civismo.

Por outro lado, em uma chave de leitura mais teórica, se o que falam Putnam (2002) e Sennett (1989) acerca do “*desengajamento cívico*” e da maior “*privatização das relações sociais*”, estiver correto, seria acertado falar, também, em uma crise do mundo democrático. Porém, uma das conclusões deste trabalho está referida justamente à visão contrária de uma suposta crise dessa natureza. Tal como ressaltamos, principalmente no primeiro e terceiro capítulos, o fato de existirem cidadãos descontentes, insatisfeitos e desconfiados em relação ao campo político, e esse discurso *estar presente* (ou latente) no modo como respondem às perguntas feitas – seja no *survey* ou nos grupos focais – faculta a percepção de novas representações a respeito da onda de civismo crítico que toma forma na cultura cívica do homem comum.

Assim, se por um lado é forçoso inscrever o brasileiro no tipo ideal de indivíduo moldado pela democracia política (o *homo civicus*), por outro, a maré crescente de cidadania crítica autoriza afirmar uma possível via de socialização cívica. Utilizando outros termos, como ressalta Moisés (1995), a “*habituação*

democrática” vem demonstrando uma crescente onda de civismo exposta na opinião crítica dos brasileiros. Em que pese nossa insistência na recuperação de categorias e expressões com pouca margem de absorção, hoje, nas Ciências Sociais (como, por exemplo, a idéia de um tipo ideal de *homo civicus*), acreditamos que são inúmeras as virtudes desse resgate.

Se a idéia de que contextos cívicos são importantes para a legitimação de regimes políticos, e, se esses contextos são formados por uma tecitura de relações de sociabilidade cívica (solidariedade, reciprocidade, confiança e sistemas de participação), então esta se torna imprescindível à presença do personagem principal da narrativa democrática: a inscrição, portanto, do *homo civicus* – ou de “*sujeitos políticos*” – é a daquele que detém certas orientações avaliativas que emprestam forma a uma socialização vinculada aos valores democráticos. Se de um lado não podemos negar a conformação do mundo atual à marcha inexorável do ‘capitalismo moderno’ – sendo aqui o *homo oeconomicus*, protagonista desse cenário –, e que a racionalidade instrumental que compõe a estrutura de comportamento dos indivíduos centrados nos próprios interesses não é, necessariamente, uma antítese à idéia de democracia, por outro lado os atores sociais contemporâneos têm consciência de que, ao lado dessa racionalidade instrumental, a razão comunicativa (expressão de um “*agir comunicativo*” que leva ao entendimento mútuo) deve ser parte de um treinamento mais amplo, de socialização cívica.

De fato, como mostramos nos três capítulos deste trabalho, uma variedade de autores do pensamento social brasileiro atesta o fato de que o *homo civicus* nunca teria se enraizado entre nós; ou, em outro registro, que este tipo ideal nunca teria encontrado espaço para se desenvolver aqui. Concordamos com esse diagnóstico em alguns pontos: devido a pouca habituação com os valores democráticos, fruto de um espaço público para poucos, de quebras do regime democrático e ascensão de autoritarismos, nosso tipo ideal de *homo civicus*, de fato, encontrou dificuldades para se projetar no espaço público; além disso, as poucas formas de intermediação de interesses do homem comum com suas instituições, realizadas nas formas do “corporativismo estatal”, colocaram em xeque a ascensão da autonomia societal frente às estruturas ampliadas do Estado; finalmente, cancelado na origem, o elemento civil de cidadania não teria

enraizado nos indivíduos o *self-government*. Assim, o desafio de democracias não-originárias (como é o caso do Brasil) passaria pela “*reedição do tema da solidariedade social sem o recurso a um consenso ético consuetudinário*” (CARVALHO, 2002).

Porém, esses diagnósticos não percebem que a “reedição do tema da solidariedade” deve ser colocada, como apostam outros autores (entre eles, Habermas), através de novas formas de representação, e apresentação do debate público onde uma “*racionalidade comunicativa*” seja o referencial para compreensão das vias pelas quais a democracia política pode se desenvolver. De outro modo, como ressaltamos em várias partes do trabalho, é necessário que o *conflito* seja entendido como um pilar das democracias contemporâneas, tal como ressaltou Hirschman (1996). O conflito latente no tecido social, expresso em debate público (ou não) favorece, assim, o “agir comunicativo” onde “*cada um conhece o interesse do outro*” (HABERMAS, 2003, p. 183). A falta do conflito, identificado por diversos autores intérpretes do Brasil, seria um dos condicionantes para a não projeção do *homo civicus* entre nós. Esta não é outra compreensão alternativa aos diagnósticos consagrados, mas uma forma de auscultar a ‘voz passiva de sujeitos da ação’ colocados, na grande maioria das vezes, como apolíticos ou alienados: os jovens. Os jovens da pesquisa, claramente valorizam, e estão amparados por um sentimento de liberdade. A questão crítica que é colocada por eles mesmos é: como transformar esse sentimento numa “*cultura cívica participativa*”?

Se esse modelo é uma ‘inquietação’ para as democracias tardias, é porque, através de um peculiar processo de modernização política, as instituições não têm conseguido incorporar as amplas camadas populacionais às dinâmicas propiciadoras de reconhecimento social, por um lado; mas por outro, como podem se incorporar à vida dos interesses comuns, se a *agency* possível para o indivíduo não passou por uma prévia pedagogia cívica? Muito embora seja nítido, em alguns aspectos, as desigualdades entre as redes de ensino pública, pública de “excelência” e privada, acreditamos que estão se formando cidadãos capazes de contornar a ‘inquietação periférica’. Este aspecto pode ser observado na homogeneidade de percepção dos jovens a respeito da desconfiança nas instituições públicas que está relacionada à falta (ou ausência) de investimentos

mais fortes na educação e na promoção dos direitos de cidadania.

Assim, procuramos demonstrar que, em meio a turbulências de crise de confiança nas instituições públicas, existe uma aposta na construção da “habituação democrática”, que vem projetando públicos de massa na inscrição do *homo civicus* ou “*cidadãos críticos*”. A reflexividade se torna, dessa maneira, a forma pela qual esses públicos (no caso em questão, jovens com idade entre 16 e 18 anos, estudantes das redes pública e privada de ensino), conseguem construir o posicionamento crítico necessário ao desenvolvimento de um senso de civismo, que mistura: um certo pessimismo, consciência crítica, indignação com alguns temas da cultura política e esperança. Sem estes estímulos, ainda estaríamos presos a opiniões atávicas (do tipo: público alienado e apolítico), que não alcançam os desdobramentos recentes da democracia brasileira.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Boston: Little & Brown, 1965.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 10ª ed., 2000.

BELLAH, Robert et. al. *Habits of the Heart*. Berkeley: University of California Press, 1996.

BENDIX, Reinhart. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Editora USP, 1996.

BOLTANSKI, Luc et THÉVENOT, Laurent. *De la Justification: les economies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. A “Juventude” é apenas uma Palavra *in* BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A Representação Política: elementos para uma teoria do campo político *in* BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª ed., 2004.

BOURDIEU, Pierre. Capital Social: notas provisórias *in* BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1973.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 2001.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cultura Política, Capital Social e a Questão do Déficit Democrático Brasileiro* *in* WERNECK VIANNA, Luiz. *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2002.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política* *in* PEREIRA, Carlos Messeder et. al. *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

COHEN, Jean e ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 6ª ed., 1997.

DOMINGUES, José Maurício. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol. 45, no. 3, pp. 459-482.

EASTON, David. Uma Tentativa de Análise dos Sistemas Políticos *in* AMORIM, Maria Stella (org.). *Sociologia Política*, II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

EASTON, David. *Uma Teoria de Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

ECKSTEIN, Harry. A Culturalist Theory of Political Change. **American Political Science Review**, Washington, no. 82, 1988, pp. 789-804.

FAORO, Raymundo. A Viagem Redonda: do patrimonialismo ao estamento *in* FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 4ª ed., 1977.

FERES JR., João e EISENBERG, José. Dormindo com o Inimigo: uma crítica ao conceito de confiança. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol. 49, no. 3, 2006, pp. 457-481.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere *in* CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1999.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2003.

GIDDENS, Anthony. A Trajetória do Eu *in* GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, Anthony. Confiança e Modernidade *in* GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 6ª reimpressão, 1991.

GOMES, Angela de Castro. A Lógica do “Quem tem Ofício tem Benefício” *in* GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3ª ed., 2005.

GOHN, Maria da Glória. Os paradigmas europeus sobre os movimentos sociais *in* GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GUIMARÃES, Cesar. Domínio Burguês Incompleto: a teoria do autoritarismo em Marx *in* CARVALHO, Nanci Valadares de. *Trilogia do Terror – a implantação: 1964*. São Paulo: Vértice, 1988.

HABERMAS, Jurgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª ed., 2003.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jurgen. Further reflections on the public sphere *in* CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1999.

HARRISON, Lawrence E. and HUNTINGTON, Samuel P. *Culture Matters: how values shape human progress*. New York: Basic Books, 2000.

HIRSCHMAN, Albert O. *A Retórica da Intransigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HIRSCHMAN, Albert O. Os Conflitos Sociais como Pilares das Sociedades de Mercado Democráticas *in* HIRSCHMAN, Albert O. *Auto-Subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª ed., 1999.

HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Forense Universitária/Editora USP, 1975.

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, Ronald and WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change, and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. **American Political Science Review**, Washington, no. 82, pp. 1203-1230.

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald. Trust, Well-Being, and Democracy *in* WARREN, Mark (ed.). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KRISCHKE, Paulo. Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: interfaces nos estudos da democratização. **BIB**, Rio de Janeiro, no. 43, 1º semestre, 1997, pp. 103-126.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y radicalización de la democracia* *in* LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista – hacia una radicalización de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LAGOS, Marta. A Máscara Sorridente da América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. VI, no. 1, abril, 2000, pp. 1-16.

LASCH, Christopher. O Mínimo Eu. São Paulo: Brasiliense, 5ª ed., 1990.

LUKES, Steven. El Individualismo. Barcelona: Ediciones Península, 1ª ed., 1975.

MARSHALL, Thomas H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEAD, George H. Mind, Self, and Society. Chicago: Chicago University Press, 1962.

MERTON, Robert K. Estructura Social y Anomia *in* MERTON, Robert K. Teoría y Estructura Sociales. México: Fondo de Cultura Económica, 4ª ed., 2002.

MOISÉS, José Álvaro. Os Brasileiros e a Democracia. São Paulo: Ática, 1995.

MOORE JR., Barrington. Social Origins of Dictatorship and Democracy. New York: Penguin Books, 1984.

MOUFFE, Chantal. Democratic politics today *in* MOUFFE, Chantal (ed.). Dimensions of radical democracy. New York: Verso, 1995.

NEWTON, Kenneth. Social and Political Trust in Established Democracies *in* NORRIS, Pippa (org.). Critical Citizens. New York: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. The Growth of Critical Citizens? *In* NORRIS, Pippa (org.). Critical Citizens. New York: Oxford University Press, 1999.

NOVAES, Regina Reyes. Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais *in* VIANNA, Hermano (org.). Galeras Cariocas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1ª ed., 2003.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª ed., 1999.

PAIVA, Ângela e BURGOS, Marcelo. Juventude e Cidadania *in* **Caderno de Sociologia Política e Cultura**, Rio de Janeiro, no. 2, pp. 2-7.

PAIVA, Ângela. Projeto de Pesquisa “Juventude, Cultura Cívica e Cidadania”. Rio de Janeiro: mimeo, 2008.

PATEMAN, Carole. The Civic Culture: a philosophic critique *in* ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney. The Civic Culture Revisited. Boston: Little & Brown, 1980.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 4ª ed., 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia (a experiência da Itália moderna)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PUTNAM, Robert. *Solo en la Bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

REIS, Elisa M. Pereira. Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol. 25, no. 3, 1982, pp. 331-348.

REIS, Elisa Pereira. Desigualdade e Solidariedade: uma releitura do “familismo amoroso” de Benfield *in* REIS, Elisa Pereira. *Processos e Escolhas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

REIS, Elisa Pereira. Pobreza, Desigualdade e Identidade Política *in* REIS, Elisa Pereira. *Processos e Escolhas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

RIBEIRO, Ednaldo. A Consistência das Medidas de Pós-materialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 22, no. 2, maio/ago., pp. 371-400.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O Sindicalismo Corporativo no Brasil *in* RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Do Laissez-Faire Repressivo à Cidadania em Recesso *in* SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Fronteiras do Estado Mínimo: indicações sobre o híbrido institucional brasileiro *in* SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed., 1982.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª reimpressão, 1989.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência Urbana, Sociabilidade Violenta e Agenda Pública *in* SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Vida sob Cerco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos *in* DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora USP, 2ª ed., 1987.

TURNER, Bryan. Outline of a theory of citizenship *in* MOUFFE, Chantal (ed.). *Dimensions of radical democracy*. New York: Verso, 1995.

VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Belo Horizonte/Niterói: Editora Itatiaia/Editora UFF, 7ª ed., vol. 1, 1987.

WALZER, Michael. The civil society argument *in* MOUFFE, Chantal (ed.). Dimensions of radical democracy. New York: Verso, 1995.

WARREN, Mark (ed.). Democracy and Trust. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Economy and Society (edited by Guenther Roth and Claus Wittich). Berkeley: University of California Press, vol. 2, 1978.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências e políticas sociais *in* WEBER, Max. Sobre a teoria das ciências sociais. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

WERNECK VIANNA, Luiz. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira *in* WERNECK VIANNA, Luiz. A Revolução Passiva. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed., 2004.

WILSON, Richard W. Compliance Ideologies: rethinking political culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Anexo

Questionário do *survey* aplicado nas unidades de ensino públicas e privadas

PUC-Rio

Pesquisa "Juventude, cultura cívica e cidadania"

Professora Angela Paiva

I- Perfil do entrevistado:

1- Colégio: _____

2- Idade/Sexo: _____

3- Estado de origem _____

4- Vive com: a) um dos pais b) ambos os pais c) outro: _____

5- Número de irmãos: _____

6- vestibular que pretende fazer: _____

7- Escolaridade dos pais:

a) ensino fundamental b) ensino médio c) graduação d) pós-graduação

8- Lazer: escolha as duas opções de lazer mais frequentes

a) praia b) cinema c) teatro d) tv e) shoppings

9- Música de preferência:

a) erudita b) MPB c) rock d) pop music e) forró f) hip-hop

g) funk h) eletrônica i) música regional Outro: _____

10- Enumere as duas fontes você utiliza com mais frequência para se informar sobre os assuntos do país:

() jornal () rádio () internet

() tv () revistas () conversas informais () não me informo

II- Cultura cívica e valores:

11- você participa de alguma atividade extra-curricular no colégio?

- a) Sim b) às vezes c) raramente d) nunca

12- Caso afirmativo, especifique o tipo:

- a) grêmio b) esporte c) ação social d) cultural

Atividade: _____

13- Você acredita que instituições políticas como Senado e Câmara ajudam a construir uma sociedade melhor?

- a) Muito b) mais ou menos c) quase nada d) nada

14- Você participa da vida associativa do país?

- a) Sim b) Não

15- Caso afirmativo, de que maneira? (pode escolher mais de uma em ordem de importância)

- a) partidos b) movimentos sociais
c) associações (grêmio, moradores, ONGs) Outro: _____

16- Dentre as instituições abaixo, quais inspiram muita/alguma/pouca/nenhuma confiança?

- | | |
|--------------------|-----------------------|
| a) Igreja _____ | f) militares _____ |
| b) partidos _____ | g) polícia _____ |
| c) família _____ | h) Universidade _____ |
| d) escola _____ | i) ONGs _____ |
| e) políticos _____ | j) Judiciário _____ |

17- Você tem confiança nas instituições brasileiras?

- a) Muito b) alguma c) pouca d) nenhuma

18- O Brasil é sabidamente um país injusto. Você acha que com o retorno à democracia

- a) a situação está melhorando bastante c) não está mudando nada
b) está havendo muito pouca mudança d) está até pior

19- Qual é o critério principal para a escolha da sua profissão?

- a) tem de me dar grande retorno financeiro
- b) fazer o que gosto mesmo sem garantir retorno financeiro
- c) perspectiva de sucesso
- d) ser útil à sociedade

Outros: _____

20- Quanto à questão racial, na sua opinião:

- a) não há preconceito racial mas sim social
- b) vivemos numa democracia racial
- c) há preconceito tanto racial quanto social
- d) há preconceito racial

21- Você tem religião?

- a) Sim
- b) Não

22- Qual? _____

23- Freqüenta os cultos e cerimônias de sua religião?

- a) sempre
- b) ocasionalmente
- c) raramente
- d) nunca

III- Percepção de cidadania:

24- Ser cidadão é:

- a) exercer um cargo político na sociedade
- b) participar na vida política e social do país
- c) ser consumidor e ter o direito de usufruir dos bens que a sociedade oferece
- d) uma ilusão
- e) ser honesto
- f) uma dificuldade num país como o Brasil

25- Você tem consciência de seus direitos e deveres como cidadão?

- a) Sim
- b) um pouco
- c) não sei quais são
- d) não me importa

26- a) Cite um dever de todo cidadão brasileiro: _____

b) Cite dois direitos seus como cidadão que você considera importante:

_____ e

27- O que você sente pelo país?

- a) orgulho
- b) vergonha
- c) indiferença
- d) inquietação

Outros: _____

28- Você considera o voto:

- a) um direito político importante
- b) é bom que seja obrigatório
- c) deveria ser opcional
- d) não adianta votar

29- Se você tivesse oportunidade, iria viver em outro país?

- a) nunca
- b) definitivamente
- c) temporariamente para estudo ou trabalho

30- Nação para você:

- a) é compartilhar cultura, história, valores
- b) algo distante que não me diz respeito
- c) só me interessa para eu viver a minha vida

Outro: _____

31- Frente à situação de desigualdade social no Brasil, você acha:

- a) nada, porque sempre foi assim;
- b) me incomoda mas não posso fazer nada;
- c) me incomoda mas não sei o que fazer
- d) me incomoda e tento fazer o que está ao meu alcance

IV- Avaliação da cultura política:

32- Democracia é:

- a) o melhor regime para se viver em sociedade
- b) bom só para país desenvolvido pois nós precisamos de governo mais forte
- c) um mal necessário
- d) algo que não me interessa
- e) um regime no qual prevalece a corrupção e violência

33- Fazendo uma avaliação da política, você diria que

- a) os políticos entram para a política para terem benefício próprio
- b) embora se diga o contrário, a maioria cumpre com eficiência seu papel
- c) em geral são demagogos
- d) cada sociedade tem os políticos que merece

Outro: _____

34- Ainda sobre os políticos:

- a) não me representam
- b) importantes para a democracia
- c) são um mal necessário

Outro: _____

35- Você vota?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe ainda

36- O que faz você se decidir por um candidato?

- a) Plataforma do partido
- b) ter certeza de que é honesto
- c) minha família ou amigos me ajudam
- d) trajetória do candidato

37- Você se considera informado sobre a situação política do país?

- a) Muito
- b) mais ou menos
- c) pouco
- d) não me interessa

38- Como se informa sobre política? Enumere as duas fontes principais:

- família jornais tv revistas
 professores internet não me informo

39- Você se considera preocupado com os problemas nacionais?

- a) Muito b) mais ou menos c) pouco d) nada

40- Os três problemas brasileiros mais graves são: (enumere em ordem de importância)

- saúde pública violência moradia
 drogas corrupção racismo
 pobreza desigualdade social poluição
 problema da terra meninos de rua trânsito
 impunidade
 má qualidade do ensino público

41- Quanto à sua relação com as pessoas,

- a) até provar o contrário, acho que as pessoas são honestas
b) só confio nos meus amigos
c) hoje em dia a gente deve estar sempre com um pé atrás
d) não dá para confiar nem nas pessoas de minha convivência

42- Em um nível mais pessoal, três de seus maiores medos são: (em ordem de importância)

- desemprego dos pais
 contrair doença sexualmente transmissível
 ser vítima de violência
 ter dificuldade de entrar no mercado de trabalho
 ter problemas familiares
 não arranjar namorado/a
 os problemas do país ficarem mais graves

Outro: _____

43- Ser jovem no Brasil é:

- a) mais difícil do que num país desenvolvido
- b) apesar de tudo é bom porque as coisas ainda estão por serem feitas
- c) igual a ser jovem em qualquer lugar
- d) dá muita insegurança

Outro: _____

44- Com a globalização, a situação do Brasil estará:

- a) melhor
- b) igual
- c) pior

IV- Temas gerais. Qual é sua opinião em relação a:

45- aborto:

- a) um direito da mulher
- b) um crime
- c) um pecado

46- Casamento entre homossexuais:

- a) um direito
- b) uma aberração
- c) um pecado

47- Direitos da mulher

- a) ainda são discriminadas
- b) já conquistaram todos os direitos
- c) não sei opinar

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)